



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 146 - QUARTA-FEIRA, 23 DE AGOSTO DE 2006 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
<p>Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p>1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p>2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB-MT</p> <p>1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p>2º Secretário João Alberto Souza – PMDB-MA</p>	<p>3º Secretário Paulo Octávio – PFL-DF</p> <p>4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO</p> <p>Suplentes de Secretário 1ª - Serys Shhessarenko – PT-MT 2º - Papaléo Paes – PSDB-AP 3º - Alvaro Dias – PSDB-PR 4º - Aelton Freitas – PL-MG</p>

LIDERANÇAS		
<p>MAIORIA (PMDB) – 20</p> <p>LÍDER Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho Romero Jucá Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando Ramez Tebet (vago)</p> <p>LÍDER DO PMDB – 20 Ney Suassuna</p> <p>VICE-LÍDERES DO PMDB Luiz Otávio Valdir Raupp (vago) (vago) Alberto Silva Wellington Salgado de Oliveira</p>	<p>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 16</p> <p>LÍDER Ideli Salvatti – PT</p> <p>VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p>LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti</p> <p>VICE-LÍDERES DO PT Sibá Machado Ana Júlia Carepa Flávio Arns Roberto Saturnino</p> <p>LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p>VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p>LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p>VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p>LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 32</p> <p>LÍDER Alvaro Dias – PSDB</p> <p>VICE-LÍDERES (vago) Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p>LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p>VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma (vago)</p> <p>LÍDER DO PSDB – 16 Arthur Virgílio</p> <p>VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p>LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p>VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p>LÍDER DO PRB– 2 Marcelo Crivella</p>	<p>LÍDER DO PTB – 5 Mozarildo Cavalcanti</p> <p>VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p>LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p>LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p>VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT (vago) (vago) Fernando Bezerra – PTB (vago)</p>

EXPEDIENTE	
<p>Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 44, DE 2006

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 309, de 4 de julho de 2006, que “Altera os valores constantes do Anexo II da Lei nº 10.862, de 20 de abril de 2004, que dispõe sobre a criação do Plano Especial de Cargos da Agência Brasileira de Inteligência -ABIN”, terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias, a partir de 2 de setembro de 2006, tendo em vista que sua votação não foi encenada nas duas Casas do Congresso Nacional.

Congresso Nacional, 22 de agosto de 2006. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 138ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 22 DE AGOSTO DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Recebimento do Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, com relação ao Relatório Parcial nº 1/2006-CN, da CPMI dos Sanguessugas. Designação dos relatores. Convocação de reunião e encaminhamento dos documentos aos Relatores. . 27286

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 240, de 2006-Complementar, que altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada. 27286

Projeto de Lei do Senado nº 241, de 2006, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre. 27287

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 928, de 2006, de autoria do Senador He-ráclito Fortes, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona. 27289

Nº 929, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta Roger Gracie pela conquista do Título de Vice-Campeão Absoluto no 10ª Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro. 27290

Nº 930, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos atletas do Amazonas, pela brilhante participação no 10ª Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro. 27290

Nº 931, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta amaz-onense Xande Ribeiro, pela conquista do Título Absoluto do 10ª Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro. 27291

Nº 932, de 2006, de autoria do Senador Ar-thur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Sra. Maria Edice Caitete, que completou 75 anos de idade. ... 27291

Nº 933, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para Dom José Afonso Ribeiro, que aos 78 anos, deixa a Diocese de Borba – AM. 27291

Nº 934, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso para o jovem atleta amazonense Emanuel Castro, que sagrou-se campeão da Copa Samel de Judô. 27292

Nº 935, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Padre Elói Roggia, nomeado Bispo da Prelazia de Borba – AM. ... 27292

Nº 936, de 2006, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando moção de con-gratulações ao empresário Fernando de Oliveira Carvalho pelos cinquenta anos de atividade do Grupo Publivendas de Publicidade. 27292

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Cobranças de garantias do governo federal para que os in-centivos fiscais para a produção de aparelhos de TV Digital fiquem restritos ao Pólo Industrial de Manaus, assim como os da fabricação dos conversores de televisores analógicos em digitais. 27293

SENADORA ÍRIS DE ARAÚJO – Registro da realização, no próximo domingo, do Exame Na-cional do Ensino Médio – Enem, em todo o país. Defesa da idéia da educação de qualidade como prioridade nacional, necessária ao crescimento econômico do País. 27300

SENADOR MARCOS GUERRA – Pesar pelo falecimento, no último dia 20, do ex-Senador Moacir Dalla. 27303

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – Considerações sobre o uso da máquina pública pelo presidente Lula, em sua campanha eleitoral. Solicita-ção da transcrição de diversas matérias publicadas pela imprensa sobre a corrupção no governo. 27305

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Re-gistro da sentença da Juíza da 6ª Vara Cível, do TJDF, reconhecendo que houve dano moral com relação à pessoa de S. Exa., em razão da atribuição de responsabilidade no desvio de dinheiro para a campanha do PT, feita por jornal desta cidade. 27309

SENADOR ALVARO DIAS – Comentários sobre matéria publicada no jornal *El País*, intitulada “*Brasil está desencantado com políticos*”. Considera-

ções sobre o quadro de desencanto e desesperança que se generaliza em todo o país, com relação aos políticos. Comentários à consulta do jornal **Gazeta do Povo** que mostra o desinteresse da população de Curitiba em acompanhar a propaganda eleitoral. ... 27311

SENADOR MAGNO MALTA – A importância do investimento nas políticas de prevenção ao uso das drogas. 27312

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Questionamentos sobre o PT que trabalha e o PT que festeja. 27314

SENADOR ROMEU TUMA – Apresentação de idéias e informações a respeito da presente conjuntura criminal desenfreada, exercida em especial pelo Crime Organizado. 27316

SENADOR PAULO OCTAVIO – Homenagem a memória do ex-presidente Juscelino Kubitschek, pelos 30 anos de sua morte, e solicitação de transcrição nos Anais do Senado Federal, da edição histórica da revista **Fatos e Fotos**, sobre a trajetória do grande estadista. 27329

SENADOR MARCOS GUERRA – Homenagem ao município de Colatina/ES, que completa 85 anos de emancipação política. 27332

SENADOR ROBERTO SATURNINO – Comentários à entrevista do Ministro Luiz Fernando Furlan, rebatendo matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, com relação a uma desaceleração da economia brasileira. 27332

SENADOR HERÁCLITO FORTES – Justificativas ao requerimento de informações dirigido ao Ministro da Fazenda, tendo em vista o pedido de autorização para elevação temporária de limite de endividamento da Transpetro. 27336

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Críticas à propaganda enganosa veiculada pelo atual governo, apoderando-se de obras que nada têm a ver com a atual administração. 27338

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros) – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Senador Moacyr Dalla, no último dia 20, no Estado do Espírito Santo. 27339

SENADOR SIBÁ MACHADO – Exalta as realizações do governo do presidente Lula. 27340

SENADORA HELOÍSA HELENA – Questionamentos sobre a política econômica do atual governo. 27345

SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Considerações sobre o crescimento dos índices de corrupção no governo Lula. 27349

1.2.5 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR VALDIR RAUPP – Elogios ao desenvolvimento alcançado pela indústria brasileira de

turismo e apelo no sentido da destinação de novos incentivos ao turismo rondoniense. 27354

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da realização, no Rio de Janeiro, do 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e do 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, a fim de debater o tema “Saúde Coletiva no mundo globalizado: rompendo barreiras sociais, econômicas e políticas”. Comentário sobre a matéria intitulada “Alckmin: onda de violência é represália”, publicada no **Jornal do Brasil**, edição de 8 do corrente. 27356

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Comentário sobre o editorial intitulado “Os riscos do descontrole”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 3 do corrente. 27358

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senador Alvaro Dias proferido na sessão do dia 21/08/2006. 27359

3 AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 22/08/2006

4 – EMENDAS

Nºs 1 a 6, oferecidas ao Projeto de Lei nº 13, de 2006 – CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, crédito especial no valor global de R\$ 209.908.000,00 (duzentos e nove milhões, novecentos e oito mil reais), para fins que especifica, e dá outras providências.. 27362

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA

6 – SECRETARIA DE COMISSÕES

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

11 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

14 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

15 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

16 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 138ª Sessão Não Deliberativa, em 22 de agosto de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, João Alberto Souza,
Romeu Tuma e Marcos Guerra*

(Inicia-se a sessão às 14 horas)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, na condição de Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal, informo a V. Ex^{as} que, com relação ao Relatório Parcial nº 1, de 2006 – CN, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para apurar denúncias envolvendo a compra de ambulâncias, designei os seguintes Senadores para relatar as matérias:

– Senador Demóstenes Torres – documentação referente à Senadora Serys Slhessarenko;

– Senador Sibá Machado – documentação referente ao Senador Magno Malta;

– Senador Jefferson Péres – documentação referente ao Senador Ney Suassuna.

Comunico, ainda, que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar está convocado para uma reunião a realizar-se amanhã, quarta-feira, dia 23 de agosto, às 10 horas, na Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa (Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), e que determinei à Secretaria-Geral da Mesa que encaminhasse aos relatores a documentação pertinente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2006 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circu-

lação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 2º do art. 2º e o § 2º do art. 4º, da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.
.....

§ 2º A concessão ou revogação total ou parcial de benefícios dependerão de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

..... (NR)”

“Art. 4º
.....

§ 2º O convênio ou a revogação total ou parcial de benefícios de que trata o § 2º do art. 2º desta Lei serão considerados rejeitados se não forem expressa ou tacitamente ratificados pelo Poder Executivo de, no mínimo, quatro quintos das Unidades da Federação. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O ICMS é nosso imposto mais importante. Trata-se da principal fonte de receita para a manutenção dos serviços públicos estaduais. Tendo em vista a relevância da matéria, a Constituição Federal (CF), em seu art. 155, delineou minuciosamente sua forma, alcance e limites. Nessa tarefa, buscou-se criar mecanismos que impedissem a chamada “guerra fiscal”, mas sem jamais ferir a autonomia de cada ente federativo para dispor sobre suas receitas.

Vemos exemplo dessa preocupação na alínea g do § 2º do art. 155, que determina que Lei Complementar regulará a forma como serão concedidas e revogadas as isenções, incentivos e benefícios fiscais. É

saudável e conveniente que os favores fiscais concedidos pelos Estados sejam precedidos de amplo entendimento entre os diversos membros da Federação.

A Lei Complementar (LC) nº 24, de 1975, regulamentadora do dispositivo, por ser anterior à Carta de 1988, foi além dos limites constitucionais, ferindo de morte a autonomia federativa e praticamente inviabilizando a concessão de benefícios fiscais. Ao condicionar a concessão de um benefício à concordância unânime dos Estados da Federação, na prática, inviabiliza-a. Não era essa, certamente, a intenção do legislador constituinte. O equívoco da Lei Complementar fica mais evidente quando constatamos que, para revogar um benefício, basta a maioria de quatro quintos. Quatro quintos dos Estados, portanto, sobrepõem-se à unanimidade deles.

Assim, para tornar exequível o cumprimento da alínea g do § 2º do art. 155 da CF, e para igualar a concessão do benefício ao quórum para sua revogação, apresentamos o presente Projeto de Lei Complementar, para cuja aprovação pedimos apoio a nossos Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Flexa Ribeiro**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 24,
DE 7 DE JANEIRO DE 1975

Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.

O Presidente da República: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 2º Os convênios a que alude o art. 1º, serão celebrados em reuniões para as quais tenham sido convocados representantes de todos os Estados e do Distrito Federal, sob a presidência de representantes do Governo Federal.

§ 2º A concessão de benefícios dependerá sempre de decisão unânime dos Estados representados; a sua revogação total ou parcial dependerá de aprovação de quatro quintos, pelo menos, dos representantes presentes.

Art. 4º Dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação dos convênios no **Diário Oficial da União**, e independentemente de qualquer outra comunicação, o Poder Executivo de cada Unidade da Federação publicará decreto ratificando ou não os convênios celebrados, considerando-se ratificação

tácita dos convênios a falta de manifestação no prazo assinalado neste artigo.

§ 2º Considerar-se-á rejeitado o convênio que não for expressa ou tacitamente ratificado pelo Poder Executivo de todas as Unidades da Federação ou, nos casos de revogação a que se refere o art. 2º, § 2º, desta Lei, pelo Poder Executivo de, no mínimo, quatro quintos das Unidades da Federação.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO VI Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO I Do Sistema Tributário Nacional

SEÇÃO IV Dos Impostos dos Estados e do Distrito Federal

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

XII – cabe à Lei Complementar:

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 241, DE 2006

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar, no Ministério da Educação, a Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre, bem como os respectivos cargos, funções e empregos indispensáveis ao seu funcionamento.

Parágrafo único. A Escola a ser criada nos termos desta lei incluirá, em sua estrutura, o Estaleiro-escola destinado às práticas indispensáveis à formação dos técnicos em construção naval de natureza artesanal.

Art. 2º A Escola Técnica Federal de Construção Naval de Cruzeiro do Sul, oferecerá cursos de educação profissional técnica de nível médio e de formação inicial e continuada de trabalhadores, com o objetivo de atender às necessidades regionais de construção naval artesanal e de transporte fluvial indispensáveis ao desenvolvimento da região.

Art. 3º A instalação da Escola a ser instituída em decorrência desta lei dependerá da prévia consignação, no Orçamento da União, das dotações necessárias ao seu funcionamento.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A economia da Amazônia depende, direta e efetivamente, da utilização racional de sua bacia hidrográfica, a maior do planeta e um dos maiores patrimônios naturais do País. O que é um truísmo em relação a todos os Estados da região é, de forma incontestável, mais verdadeiro ainda em relação ao Estado do Acre. Lamentavelmente, o caráter imediatista e de improvisação que tem caracterizado a ocupação e a exploração dos recursos naturais do território nacional, nunca levou em consideração os fatores geográficos e humanos da região, de forma a tornar seu aproveitamento não predatório e compatível com os seus ecossistemas, imperativo de que depende a sobrevivência humana em nossa imensa diversidade territorial e biológica.

Os rios formam o curso natural das vias de penetração que viabilizaram a ocupação e a exploração da vastidão amazônica. Essa realidade em relação ao antigo Território Federal, pode ser claramente constatada no mapa I em anexo, em que se evidencia ter a ocupação do Acre, antes mesmo de sua incorporação ao Brasil, se processado ao longo dos rios tributários do Amazonas que continuam exercendo papel vital no aproveitamento dos recursos naturais que sustentam a vida econômica do Estado. Em que pese ser o regime natural das águas da região condicionante essencial de sua navegabilidade, é fora de dúvida que a acessibilidade às cidades que se distribuem à margem dos rios que cortam o Estado em sentido longitudinal tem que ser necessariamente complementada pela malha rodoviária ainda incipiente, que também exerce papel essencial no aproveitamento de nossos recursos econômicos. O mapa II, também em anexo, mostra a distribuição humana e a potencialidade do uso intensivo das vias fluviais que permitem diferentes opções de navegabilidade durante todo o ano por embarcações de tonelage em pelo menos três diferentes capacidades: **a)** até 1,5 tonelada de deslocamento; **b)** de 1,5 a 5 toneladas e **c)** acima de 5 toneladas, até 10 toneladas.

Não é difícil concluir que, à semelhança do que ocorre com os demais Estados amazônicos, também no Acre a rede produtiva e a vida sociocultural, do transporte fluvial, em razão do que as populações ribeirinhas dominam e exercitam um histórico e tradicional conhecimento da construção artesanal de embarcações de transporte e de pesca essenciais à sua sobrevivência. Esse conhecimento, que pode e deve ser aproveitado e desenvolvido em benefício da ocupação racional do nosso território, requer o emprego de técnicas racionais de construção de embarcações fluviais de caráter artesanal e semi-industrial essencial ao abastecimento regional e local, aproveitando-se a capilaridade de nossa rede fluvial. Esse objetivo poderá ser racionalmente atingido, com a construção da obra proposta de criação de uma Escola Técnica Federal de Construção Naval que deve ser complementada com um estaleiro-escola que a integre. A iniciativa é tão mais necessária e urgente, quando se consulta os dados disponíveis no sítio do Ministério da Educação, disponível na Internet, relativo à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica que informa haver no País nada menos de 139 instituições federais. São nada menos de 71 Centros Federais, 37 Escolas Agrotécnicas Federais, 30 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades e 1 Escola Técnica Federal.

No sumário do programa “Criação de Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais, se lê textualmente”: “Decorridos 95 anos da criação das primeiras instituições federais de educação profissional, não existe até hoje, nenhuma instituição federal de educação tecnológica nos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal”. Essa realidade pode ser visualizada no anexo mapa III. Segundo se esclarece nessa mesma fonte, em cada um dos Estados do Acre e do Amapá, na região Norte, está prevista a criação de uma Escola Técnica Federal, assinalando-se, em relação à primeira, o seguinte: “Tomando-se por referência os estudos promovidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, verificamos que os indicadores educacionais do Estado do Acre são alarmantes: a taxa de analfabetismo gravita em torno dos 35%; entre as pessoas com mais de 25 anos, 48% não completou a quarta série do Ensino Fundamental e 70% possui menos de 8 anos de estudo; apenas 1% da população tem acesso a cursos de formação profissional de nível básico ou técnico, sendo que o Estado possui apenas 2 escolas de ensino profissionalizante, ambas na área de saúde”.

A propósito, convém deixar consignado que o Senado já aprovou proposição autorizando o Executivo a criar essa Escola Agrotécnica Federal de Rio Branco, que atualmente tramita na Câmara como Projeto de

Lei do Senado nº 156, de 2005. A presente proposta, contudo, vem apenas complementar a anterior, que já consta dos planos do Ministério da Educação, pois tem o objetivo específico de preservar e desenvolver o conhecimento local em matéria de construção naval artesanal como instrumento para propiciar meios adequados para qualificar, técnica e cientificamente, a produção familiar tradicional. Trata-se de matéria de enorme relevância econômica e social, e de inquestionável importância para o desenvolvimento das potencialidades locais, de forma não predatória, com aproveitamento dos recursos naturais disponíveis na região que, seguramente beneficiarão não apenas o Acre, mas toda a área de influência da bacia do rio Juruá.

A síntese dos indicadores socioeconômicos do Estado que faço anexar, juntamente com os dados relativos à estrutura industrial acreana, do setor de serviços e um breve panorama da agropecuária, além das conclusões que podem ser encontradas no sítio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Acre do MEC servem para fundamentar a imprescindibilidade da Escola Técnica de Construção Naval e do Estaleiro-escola previsto neste projeto.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – **Geraldo Mesquita Júnior**, PMDB-AC.

(À Comissão de Educação, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 928, DE 2006

Considerando que se encontra sob apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 204, de 2006, que encaminha pedido de autorização para a elevação temporária de limite de endividamento da Petrobras Transportes S.A. (TRANSPETRO), no valor de R\$5,6 bilhões, nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda o seguinte pedido de informações:

1 – qual o estoque atual da dívida da Petrobras Transportes S.A. (TRANSPETRO), a natureza do credor, detalhando-a entre público e privado, seu prazo médio de amortização, sua percentagem vincenda nos próximos quatro anos, seu perfil e sua composição?

2 – quanto representa o financiamento ora pretendido pela Transpetro, Mensagem nº 204, de 2006, relativamente aos elementos principais de sua estrutura de

capital – Ativo Permanente e Patrimônio Líquido? Qual o nível atual de alavancagem de recursos financeiros de terceiros, em face de sua estrutura de capital? Qual o impacto sobre esses indicadores em decorrência da presente operação de crédito pleiteada?

3 – que projeções estatísticas, sobretudo as relativas ao impacto nos fluxos de caixa da Empresa decorrentes dos investimentos planejados, fundamentam e asseguram a capacidade financeira da Transpetro, face aos compromissos financeiros advindos com a contratação desses financiamentos junto ao Fundo de Marinha Mercante?

4 – quais as características financeiras a serem praticadas nesses financiamentos a serem obtidos com recursos do Fundo de Marinha Mercante – encargos financeiros, cronogramas de desembolso e de amortização, prazo de carência, juros incidentes, garantias prestadas etc.? Que proporção desses recursos deverá ser contratada com risco integral do BNDES, agente financeiro do Fundo? Que outras instituições financeiras deverão funcionar como agentes desses financiamentos e que participação assumirão nos riscos envolvidos? Quais os índices de **del credere** que serão praticados nesses financiamentos? Que participação terão os diversos agentes financeiros na alocação desses recursos do FMM?

5 – sob que condições, em que montantes e com que garantias seriam os recursos provenientes desses financiamentos repassados aos estaleiros vencedores das licitações referentes à 1ª fase do Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios da Transpetro (PROMEF)?

6 – quais os limites de endividamento atuais da Transpetro, de que tratam os incisos I e II do art. 7º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal? Qual será o percentual de ampliação nesses limites decorrente da presente solicitação para elevação dessas margens de endividamento?

7 – quais as restrições econômicas ou legais, inclusive de natureza orçamentária, de conhecimento desse Ministério ou de seus órgãos, que impossibilitariam a contratação dessas operações de crédito, nos termos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal? Quais restrições ou limitações seriam essas?

8 – como serão alocados os recursos oriundos da primeira fase do Promef, que prevê a construção de 26 novos navios, e quais serão as localidades beneficiadas e os impactos econômicos e sociais previstos?

Justificação

Encontra-se sob apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 204, de 2006, que encaminha pedido de autorização para a elevação temporária de limite de

endividamento da Petrobras Transportes S.A. (TRANSPETRO), no valor de R\$ 5.587.828.973,00.

Essa ampliação de limite se faz necessária para que a empresa contrate financiamentos com recursos do Fundo da Marinha Mercante, através de seus agentes financeiros, destinados ao Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios da Transpetro (PROMEF).

O presente Requerimento tem por objetivo a obtenção de dados e informações adicionais aos constantes do processo acima referido, de modo que possa o Senado Federal deliberar com maior conhecimento sobre a matéria.

Sabe-se que, nos termos estipulados no art. 32, **caput**, da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica estipulado que *o Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente* (grifo nosso).

Para atender a mencionada determinação legal, a Secretaria do Tesouro Nacional emitiu a Nota GERFI/COREF/STN nº 1.580, de 1º de agosto de 2006. Contudo, as informações contidas nesse documento e em outros que instruem a Mensagem nº 204/06 não permitem um completo entendimento desta Casa sobre as operações de crédito a serem contratadas pela Transpetro, seus limites atuais de endividamento, os impactos financeiros decorrentes da ampliação de limites pretendida e sobre a real capacidade financeira da empresa arcar com os compromissos advindos dos financiamentos a serem contratados. É o que se busca com o Requerimento que ora apresentamos.

Sala das Sessões, – Senador **Heráclito Fortes**.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 929, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao atleta Roger Gracie pela conquista do título de Vice-campeão Absouto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta Roger Gracie, pela conquista do título de Vice-campeão Absoluto

no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu e ao homenageado, Roger Gracie.

Justificação

Roger Gracie, um dos grandes expoentes do Jiu-Jitsu mundial, conquistou o título de Vice-campeão Absoluto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro. Ele disputou arduamente a final com o amazonense Xande Ribeiro, classificado em primeiro lugar, como novo Campeão Mundial Absoluto. É, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro, em homenagem ao excepcional atleta.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 930, DE 2006

Requer Voto de Aplauso aos atletas do Amazonas, pela brilhante participação no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso aos atletas amazonenses, pela conquista de medalhas no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da Federação Amazonense de Jiu-Jitsu e, por seu intermédio, aos atletas que conquistaram as medalhas, a saber:

Nome, faixa e academias que representam:

MASCULINO

Campeão Mundial 2006:

1. Bibiano Fernandes (Preta) – Pina
2. Antonio Braga Neto (Marrom)
3. Antonio Braga Neto (Marrom/absoluto)
4. Thiago Pinheiro (Roxa) – Orley
5. Raifan Barbosa (juvenil) – Monteiro
6. Ary Farias (juvenil) – Asle
7. Diego Borges (juvenil) – Gato

Vice-campeão:

1. Ivaniel Oliveira (Preta) – Carioca
2. Adriano Mineiro (Roxa) – L. Neto
3. Rickson Monte (Roxa) – Pina
4. Daniel Trindade (Roxa) – Elvys

5. Rhadames Geber (Roxa) – Carioca
6. Marciel Trindade (juvenil) – Elvys
7. Renato Souza (adulto/azul) – Asle

Terceiro colocado:

1. Adriano Martins (Preta) – L. Neto
2. Alex Taveira (Marrom) – Carioca
3. Antonio Carlos (Marrom) – Asle
4. Kledison Carvalho (Roxa) – L. Neto
5. Kleiton Carvalho (Roxa) – L. Neto
6. Alan Diones (Roxa) – O. Salum
7. Imerson Oliveira (adulto/azul) – Carioca
8. Ayes Neto (adulto/azul) – Carioca
9. Renato Souza (absoluto) – Asle
10. Fabricio Nascimento (absoluto) – O. Salum
11. Alcemir D’Arc (juvenil) – L. Neto

FEMININO

Vice-campeã:

1. Juliana Gonçalves (faixa preta) – Elvys
2. Jackeline Gonçalves (faixa Roxa) – Elvys.

Justificação

Os praticantes amazonenses de Jiu-Jitsu brilharam no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Tijuca Tênis Clube, Rio de Janeiro. O Jiu-Jitsu ou “Arte Suave”, segundo alguns historiadores, nasceu na Índia e era praticado por monges budistas. Preocupados com a auto defesa, os monges desenvolveram uma técnica baseada nos princípios do equilíbrio, do sistema de articulação do corpo e das alavancas, evitando o uso da força e de armas. Na atualidade, o Amazonas e, no Brasil, uma das maiores expressões em Jiu-Jitsu. E, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 931, DE 2006

Requer Voto de Aplauso, ao atleta amazonense Xande Ribeiro, pela conquista do Título Absoluto do 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao atleta amazonense Xande Ribeiro, pela conquista do Título Absoluto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Rio de Janeiro.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento da Federação Amazonense de Jiu-Jitsu e ao novo Campeão Mundial Absoluto Xande Ribeiro.

Justificação

O Amazonas uma vez mais brilhou no Jiu-Jitsu internacional. Xande Ribeiro firmou-se definitivamente nessa modalidade esportiva, ao conquistar o Título Absoluto no 10º Campeonato Mundial de Jiu-Jitsu, realizado no mês de julho de 2006, no Tijuca Tênis Clube, Rio de Janeiro. O Jiu-Jitsu ou “Arte Suave”, segundo alguns historiadores, nasceu na Índia e era praticado por monges budistas. Preocupados com a autodefesa, os monges desenvolveram uma técnica baseada nos princípios do equilíbrio, do sistema de articulação do corpo e das alavancas, evitando o uso da força e de armas. Na atualidade, o Amazonas é, no Brasil, uma das maiores expressões em Jiu-Jitsu. É, pois, merecido o Voto de Aplauso que requeiro, em homenagem ao grande atleta amazonense.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2006

Requer Voto de Aplauso à Srª Maria Edice Caitete, que completou 75 anos de idade.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado Federal, Voto de Aplauso à Srª Maria Edice Caitete, em comemoração ao seu aniversário de 75 anos.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à homenagem.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelos 75 anos honrados e dedicados a Manaus e ao Estado do Amazonas pela Srª Maria Edice Caitete.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para Dom José Afonso Ribeiro que, aos 78 anos, deixa a Diocese de Borba-AM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado Federal, Voto de Aplauso para Dom José Afonso Ribeiro que, aos 78 anos, deixa a Diocese de Borba-AM.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à Diocese de Borba-AM.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se pelo admirável trabalho de evangelização e de pastoral realizados, ao longo de 18 anos, para o povo do rio Madeira e seus afluentes.

Com certeza a Diocese do Município de Borba reconhece e agradece os anos de doação e dedicação de Dom José Afonso Ribeiro à população da região.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 934, DE 2006

Requer Voto de Aplauso para o jovem atleta amazonense Emanuel Castro, que sagrou-se campeão da Copa Samel de Judô.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado Federal, Voto de Aplauso para o jovem atleta Emanuel Castro, que sagrou-se campeão da Copa Samel de Judô.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado ao homenageado e à Federação de Judô do Amazonas.

Justificação

Um dos jovens destaques do Jiu-Jitsu em Manaus, o atleta Emanuel Castro, de apenas oito anos de idade, participou pela primeira vez de um campeonato de judô, conquistando o título, após vencer três lutas, da Copa Samel de Judô, categoria até 32 kg, realizada no Sesi.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 935, DE 2006

Requer Voto de Aplauso ao Padre Elói Roggia, nomeado Bispo da Prelazia de Borba-AM.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos **Anais** do Senado Federal, Voto de Aplauso ao Padre Elói Roggia, nomeado Bispo da Prelazia de Borba-AM.

Requeiro, mais, que o Voto de Aplauso seja encaminhado à Diocese de Borba-AM.

Justificação

O Voto de Aplauso que ora requeiro justifica-se para homenagear o Padre Elói Roggia pela sua forma-

ção profundamente cristã e pelo seu profícuo trabalho pastoral, iniciado em 1972 no Seminário Menor São José, em Faxinal do Soturno-RS, sua terra natal.

Com certeza a Diocese do Município de Borba irá acolher com bastante alegria Padre Elói Roggia.

Sala das Sessões, de agosto de 2006. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência encaminhará os votos de aplauso solicitados.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 936, DE 2006

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, moção de congratulações ao empresário Fernando de Oliveira Carvalho pelos cinquenta anos de atividade do Grupo Publivendas de Publicidade.

Justificação

O Senado Federal se congratula com o empresário Fernando Carvalho pelos cinquenta anos de atividade do Grupo Publivendas de Publicidade.

Fernando e seu filho Cláudio Carvalho são demonstrações inequívocas de como é possível agir no setor de publicidade com eficiência, competência e, sobretudo, decência.

A Associação Comercial da Bahia, muito justamente, comemorou o acontecimento em uma reunião solene, ontem pela manhã, com a presença de inúmeros empresários e membros da sociedade baiana.

A história de sucesso do publicitário Fernando Carvalho é motivo de orgulho para a Bahia e, por essa razão, peço a esta Casa que aprove este Requerimento de Congratulações e dele dê conhecimento ao empresário e à sua empresa aniversariante.

Sala das Sessões, 22 de agosto de 2006. – **Antônio Carlos Magalhães**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O Requerimento que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas.

Senador Arthur Virgílio, a Senadora Iris de Araújo, com muita razão, diz que gostaria, se possível, de falar.

Consulto a Senadora se o Senador Arthur Virgílio pode falar primeiro ou se V. Ex^a quer fazê-lo agora.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pode falar o Senador Arthur.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Depois, concederei a palavra à Senadora Iris de Araújo.

E peço desculpas, Senadora, porque V. Ex^a estava inscrita para falar em primeiro lugar.

Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, seria um prazer reconhecer a vez da Senadora Íris de Araújo, que é colega das mais corretas e mais estimada por todos nós.

Antes de entrar na parte específica deste pronunciamento, encaminho à Mesa, Sr. Presidente, os seguintes pronunciamentos:

– Apelo ao Major Brigadeiro do Ar José Eduardo Xavier, Comandante do Sétimo Comando Aéreo Regional da Força Aérea, para que apóie, com o deslocamento, os jogos esportivos dos Centros Federais de Educação e Escolas Agrotécnicas da Região Norte do Brasil.

– Registro da mensagem de um conterrâneo, Sr. Francisco Cruz, que me diz que, mais do que se fortalecer a Universidade Estadual do Amazonas, com vistas a criar massa crítica de conhecimento e de apoio ao Pólo Industrial de Manaus, deve-se partir para o reconhecimento de que a educação no meu Estado está defasada em quarenta anos e, depois, fazer o que os Estados Unidos fazem: importar cérebros. Os norte-americanos importam 250 mil cérebros por ano. Francisco Cruz sugere que pensemos nos cérebros indianos. É uma idéia que adoto como minha, por ser de enorme mérito.

– Registro do livro sobre reforma política no Brasil de iniciativa do PNUD e da Universidade Federal de Minas Gerais, que me foi encaminhado pelo Presidente do Congresso Nacional, Senador Renan Calheiros.

– Como flamenguista – nunca neguei isso –, registro do coquetel no salão nobre do Clube de Regatas do Flamengo, hoje, que lança a campanha “Flamengo Pan 2007”.

Sr. Presidente, de maneira bem rápida, encaminho ainda o pronunciamento que passo a resumir.

Senador Alvaro Dias, o Presidente Lula foi de extrema grosseria comigo neste fim de semana, dizendo que eu teria, no momento, 3% dos votos e que ele teria 72% dos votos no meu Estado.

A coisa mais rara, na minha vida, tem sido eu ser derrotado em eleição contra quem quer que seja. No entanto, eu já vi o Presidente Lula perder várias disputas para muita gente, para Governador do seu Estado, para Presidente da República por diversas vezes. Porém, eu não estou falando, Presidente Lula, em índices. Vossa Excelência pode ter 200% e eu, menos 10%. O que estou falando é que o meu percentual vai ser atingido sem mensaleiro; o meu percentual vai ser atingido sem corrupto ao meu lado; o meu percentual vai ser atingido sem toda essa gangue que se instalou no Palácio do Planalto. Essa é uma diferença essencial que marca a sua vida, Presidente Lula, e que marca a minha vida.

Portanto, não vou aqui repetir que considero que o senhor não tem compostura; não vou aqui repetir que o senhor é uma figura menor; não vou repetir que o senhor é uma figura diminuta. Vou repetir que o senhor estava muito quietinho quando aqui deliberamos não fazer o *impeachment*, do qual fui um dos artífices no seio das Oposições, sugerindo que não partíssemos para tal via extremada.

Pouco tempo depois, recebi, por um amigo em comum, um convite do Presidente Lula para me encontrar com ele de noite. Segundo ele, ninguém saberia e o encontro não vazaria. Eu disse: “Não. Eu aceito conversar com o Presidente a qualquer momento, de dia, e comunicando ao Comitê de Imprensa do Senado que estou indo lá conversar com ele e iria a qualquer momento, mas não de noite”. De noite, não, Presidente, pelo amor de Deus! Fique o senhor no seu canto, e eu, no meu canto, e não vamos com essa história de que um tem de confiar no outro porque nem o senhor deve confiar em mim, nem eu devo confiar no senhor. Muito menos eu devo confiar no senhor. Não devo!

Portanto, Presidente, aprenda a ter mais humildade, aprenda a respeitar seus adversários. O senhor sempre foi um emérito perdedor de eleições. Se eu tiver de perder a eleição que dispufo, estarei cumprindo com meu dever de homem público no Senado. Se tiver de ganhar, vou governar diferentemente do senhor. Não haverá mensaleiro no meu Governo, não haverá ninguém algemável no meu Governo, não haverá corrupção do meu Governo.

Ouç o aparte do Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, é lamentável que o Presidente da República esqueça sempre que é Presidente da República. A postura de um Presidente deve ser diferente da postura de um candidato. Ele precisa saber conciliar as duas situações, de candidato e de Presidente. Se relativamente a V. Ex^a, ele não teve a elegância necessária, que V. Ex^a merece, da mesma forma, em São Paulo,

com José Serra e com Geraldo Alckmin, o Presidente da República tem sido grosseiro como candidato, como o é também como Presidente da República. E ele diz que gostaria de ver no Brasil uma Operação Mãos Limpas, como a da Itália. Cabe um repto ao Presidente nesta hora, Senador Arthur Virgílio: vamos, então, para uma Operação Mãos Limpas no Brasil, para ver o que sobra do seu Governo. Muitos já foram jogados para fora, foram cuspidos pela opinião pública, já não pertencem mais ao Governo. Mas o que se deseja realmente no Brasil é que se separe o joio do trigo, e, nesta campanha eleitoral, gostaríamos que isso ocorresse. Mas, se o Presidente quer a Operação Mãos Limpas, vamos a ela, Senador Arthur Virgílio. Por que o Presidente da República não toma as providências necessárias para que isso ocorra no Brasil?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a talvez não tenha nem entendido bem o Presidente; talvez ele tenha dito que quer uma Operação Mãos Limpas na Itália de novo. Duvido que ele queira, de fato, uma Operação Mãos Limpas no Brasil. Duvido, duvido. Ele pode ser trêfego, mas não é louco. Duvido!

Sr. Senador Alvaro Dias, o Presidente não tem sido a não ser uma triste figura. Eu estava vendo isso agora em Osasco. Na mesma cena em que ele me agride, em que ele vem com essa bobagem de me agredir, ele faz uma outra coisa, que é do malicioso: ele fingiu que não conhecia o Deputado João Paulo Cunha, porque ele quer se distanciar dos mensaleiros dele, como se ele não tivesse a culpa maior por tudo o que aconteceu em mensalismo, em corrupção neste País. Ele, imaginando que o Brasil é um País de tolos – ele diz de todos na propaganda mas seria de tolos, com “i” e não com “d” –, não imagina que alguém aqui estaria a se preocupar com os detalhes da moralidade pública mínima.

Aliás, o Presidente fala muito em eleição, mas o Serra dá uma surra nos candidatos dele; Aécio dá uma outra surra no Nilmário Miranda, que tem ínfimos 6% ou 5% dos votos. Então, ele não valoriza o Nilmário, ele acha que o Nilmário não tem valor nenhum, a não ser o de fazer palanque para ele, enfim.

Sr. Presidente, vou encontrar-me agora com o Ministro Hélio Costa, porque se criou uma celeuma muito grande em relação à TV digital. Isso é uma coisa simples: a Lei de Informática, aprovada por nós, Senador Alvaro Dias, aqui, no Senado, estabelece que incentivos para a produção de televisores no Brasil e suas evoluções tecnológicas – ou seja, televisores de quaisquer evoluções tecnológicas por que passem os televisores – são exclusivos daqueles que regem a chamada Zona Franca de Manaus.

Então, amanhã, não dá para a televisão do futuro ficar nas mãos de outros Estados, e o pólo analógico, ultrapassado, antigo, nas mãos do Amazonas. Isso seria inconcebível, seria condenar à morte o modelo vitorioso do parque industrial de Manaus.

Antes disso – e estou intranquilo em relação às declarações dadas pelo Ministro Mantega e pelo Ministro Hélio Costa –, criou-se uma outra celeuma: o *set top box*, que nada mais é do que o conversor de televisores analógicos em digitais e que envolve o mercado de dezenas de milhões de dólares em dez anos, não é considerado um bem de informática; ele é considerado um acessório do televisor. E o Ministro anunciou que isso poderia ser considerado um bem de informática; portanto, passível de receber incentivos facultados pela Lei de Informática, ou seja, isso tiraria completamente a competitividade do pólo de Manaus. A Ministra Dilma diz que, talvez, o Governo aceite que o *set top box* fique no Amazonas, mas a intenção do Governo, com clareza, é fazer com que a televisão digital seja fabricada em qualquer lugar com o incentivo da Lei de Informática, o que significa dizer textualmente, claramente, até pelas nossas dificuldades locais – as do Amazonas – que, a ser assim, então, vai-se produzir em qualquer lugar, menos no Amazonas. Não teremos como competir.

A filosofia da Zona Franca de Manaus é dar condições excepcionais de desenvolvimento a um Estado estratégico, a um Estado que tem muito a ver com segurança nacional, que tem muito a ver com o resultado ecológico brilhante que lá se alcançou, com menos de 2% da sua cobertura florestal devastados. Esse resultado estará esborado, cairá por terra.

Tenho aqui o jornal **O Globo**, onde se lê: “TV digital, um pacote para agradar a todos. O Governo dará incentivos para a indústria, mas a Zona Franca ficará com o conversor”. Isso significa dizer – vamos ser bem claros para que os amazonenses entendam: a televisão digital, Sr. Presidente, fica com o resto do País; e o conversor, que é algo para ser utilizado por apenas dez anos, no máximo, fica com o Amazonas.

Diz a Ministra Dilma, na **Gazeta Mercantil**, que, talvez – não é consenso ainda –, conceda o Governo que os conversores fiquem em Manaus. Ela nem discute a hipótese de admitir que não compramos a lei que rege a Zona Franca, mas a Lei de Informática, que diz que televisores são de exclusivo direito, quanto aos incentivos fiscais, do meu Estado.

Parece que o Governo pensa que não temos o direito de manter o privilégio de produzir televisores no Brasil, a não ser os televisores analógicos.

Quanto à tolice de dizerem que pode ser considerado bem de informática o conversor, o *set top box*,

vou falar, Senadora Íris, de maneira bem simples: alguém chega até V. Ex^a, tira sua caneta, tira sua bolsa e depois diz assim: “Reconheço que a caneta é sua”. A caneta é sua, a bolsa é sua, e o cidadão acha que pode levar a bolsa e deixar V. Ex^a satisfeita, devolvendo-lhe a caneta!

Para sermos bem claros: não temos como admitir que se coloque esse bode na sala e que percamos a possibilidade e o direito que temos, na divisão social do trabalho, que há muitos anos está criada no País, de continuar fabricando – e agora exportando – os televisores. Portanto, não podemos abrir mão disso. Televisor digital ou não é com o Amazonas. Essa é a minha opinião, essa é a opinião do meu Estado.

Por outro lado, os *set top box*, os conversores de televisores analógicos em digitais, é claro que não são bens de informática. Eles não têm nada a ver com computadores, eles têm a ver com televisores. Ou seja, não tem sentido fabricá-los fora do Amazonas, até porque isso aumenta o custo do televisor fabricado no meu Estado. O justo é fabricar lá mesmo, até por razões de economia de custo, até para facilitarmos as exportações dos televisores que, porventura, venham a ser convertidos.

Portanto, esse bode russo não vai nos convencer. O Estado está-se mobilizando. Já anunciei de maneira muito nítida, muito clara – esta é uma posição que vou adotar: do jeito que está, não tenho como colaborar com nenhuma votação nesta Casa. Não há hipótese.

Já disse isso ao Ministro e vou repetir: tenho por ele profundo carinho pessoal, mas, nesta hora, registro o meu compromisso com o meu Estado. Não há como se pensar em votar nada aqui – a depender de mim e, certamente, a depender do Senador Jefferson Péres e do Senador Gilberto Mestrinho –, não há como se pensar em votar nada em setembro se esse quadro persistir obscuro.

Se alguém quiser, para bajular o Presidente, comprar gato por lebre e agradecer se resolverem manter o *set top box*, entendendo que não há outra possibilidade, pode fazê-lo. Mas não há como retirar o *set top box* de Manaus, porque ele não tem nada a ver com computador; ele tem a ver mesmo com televisor. É um aparelhinho que se acopla ao televisor para fazê-lo virar digital. Como se vai dizer que, de repente, isso virou computador ou virou parte integrante de computador? É o bode russo.

O que queremos mesmo – não considero conquista nenhuma mantermos o *set top box* –, para valer, Sr. Presidente, é que o Governo reconheça que os incentivos para a produção de TV analógica ou TV digital, ou TV aeroespacial, ou TV subaquática, ou TV de qualquer sorte têm de ser os mesmos que regem

o Pólo Industrial de Manaus, ou seja, os que regem a Zona Franca de Manaus. Fora isso, estão propondo uma guerra ao meu Estado, guerra essa que não aceitarei de bom grado, mas no cumprimento do dever. O meu dever mesmo é representar o meu Estado, defendê-lo, e vejo que a sua economia está em perigo.

Encerro dizendo, Sr. Presidente, que a situação é tão grave que, se por um lado o Pólo Industrial de Manaus é pujante – vai faturar, neste ano, algo em torno de U\$22 bilhões –, do outro lado, o pólo eletro-eletrônico, que tem como carro-chefe, basicamente, hoje, o televisor, representa 63% do faturamento total. Ou seja, 63% de U\$22 bilhões, “b” de bola, bilhões de dólares, e representa metade dos cerca de 100 mil empregos diretos gerados pelo pólo de Manaus. Ou seja, estão propondo que se liquide o principal pólo desse parque industrial pujante, que é o de Manaus, com todas as consequências sob o ponto de vista de segurança nacional e ecologia. Seria um desastre tão grande quanto foi aquele gerado pela própria insensibilidade das elites locais e que se seguiu ao fim do ciclo áureo da borracha, que foi um período de imprevidência e desperdício. Coronéis da borracha, junto com as belas francesas que importavam para suas farras no Teatro Amazonas – eles que submetiam os seus trabalhadores a verdadeira escravidão –, acendiam charutos com notas de 500 mil réis. Seria fazer Manaus voltar a ser um porto de lenha, depois de tudo que já avançou no terreno industrial, inclusive da produção de tecnologia.

Proponho, de fato, darmos um grande salto tecnológico lá, para enfrentarmos a concorrência predatória da China e para nos alçarmos à capacidade de efetivo investimento em capital intelectual, imitando os Estados Unidos, que importam 250 mil cérebros por ano. Devemos começar a pensar em importar para o Brasil – e eu, particularmente, penso em fazê-lo para o Amazonas – cérebros indianos, por exemplo, para darmos o grande salto tecnológico e fazermos a consolidação desse pólo industrial pela via do custo baixo, da qualidade melhor e da agregação tecnológica e econômica maior.

Mas como fazer isso se o Governo está aí a nos ameaçar com “nos dá o que é nosso” – e não poderia deixar de ser nosso o *set top box*, o conversor – e, ao mesmo tempo, nos ameaçando claramente de tirar de Manaus a prerrogativa de fabricar, com privilégio do pólo tecnológico, deixando a televisão do passado para nós – a analógica – e, para o centro-sul do País, a televisão digital, porque é lá que se vai instalar a indústria se isso acontecer.

Não posso me conformar com isso e quero repetir o que já disse desta tribuna: é inútil o Presidente Re-

nan Calheiros convocar votação para qualquer coisa nesse período de setembro, porque, com esse quadro, estarei aqui, vigilante, durante os três dias da convocação, para não deixar que se vote nem manifestação de pesar. Nem manifestação de pesar, nada. Vou cumprir o meu dever à risca. É regimental e democrático se fazer obstrução quando não se está satisfeito com os andamentos do trabalho. Então, de maneira democrática e regimental, estarei aqui para impedir qualquer votação enquanto perdurar esse quadro de ameaça à economia do meu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cada dia, é possível constatar mais e mais que o candidato-presidente à reeleição parece mesmo pouco afeito a participar em nível elevado da campanha eleitoral. Mas ele insiste. Imagina que palanque aceita tudo. Só que o linguajar de Sua Excelência – digo isso com desprazer, encosta em ordinária vulgaridade, inadmissível para um Presidente da República.

O que Lula diz e repete, como aconteceu no último final de semana, é próprio de quem tem comportamento reles. Não serve de modelo para os futuros Presidentes. As palavras que Lula pronuncia em seus comícios tocam as raias da grosseria e da má-educação.

A Nação acompanha com tristeza essas aparições em que o Presidente não diz nada sério. Apenas, como registra o editorial de hoje do jornal **O Estado de S. Paulo**, desfia um rosário de baixarias.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Matérias referidas:

“Anexos.”

Primeiro, Lula invocou o dever de preservar a integridade da função presidencial para não se expor ao confronto direto com os adversários nas sabatinas previstas pelas principais redes de televisão. Depois, mandou às favas as aparências, ao dizer que só irá a debates “quando (lhe) interessar” – completando, no melhor estilo autocrático, “não posso ir só porque outros acham que devo”, como se o eleitor não tivesse a mais remota importância. Por fim, o mesmo presidente da

República aparentemente preocupado em zelar pela dignidade do cargo permitiu-se, domingo, praticar uma grosseria sem precedentes nesta campanha.

Mais aspas para o **Estadão**:

Claro que há amplo espaço para explorar a vulnerabilidade de Lula em matéria de ética, sem descambar para o insulto – e sem mentir.

Completa o editorial:

Foi o que fez Alckmin anteontem em São Paulo, ao avivar a memória do eleitorado para as indigestas companhias do presidente. “O candidato deu as costas para o povo brasileiro, para a Justiça e os bons costumes”, criticou o tucano. “Trabalhou do lado do Waldomiro, do mensalão, dos sanguessugas, do valerioduto.” Ele há de saber que nada desgosta mais o público do que o bate-boca entre os políticos.

Foi o que fez também o candidato tucano ao Governo de S. Paulo, José Serra:

Não respondo a grosserias (de Lula e outros petistas)

Não é, nem de longe, – repito – o que o Brasil quer de um Presidente. O Presidente tem que ser superior, para se mostrar à altura do mandato outorgado pelo povo. Não é o que se vê nesse momento.

Digo, pois: há, sim, falta de nível. A Nação ouviu entristecida os destemperos de quem deveria ao menos se controlar. Se lhe falta preparo intelectual, é certo, porém, que ele tem experiência de uma longa participação política.

Lula usa, então, essa sua experiência apenas para encobrir o cenário que o cerca. Hoje até evita aparecer no palanque com seus amigos mensaleiros.

Foi assim em Osasco, base política de alguns decaídos petistas, a começar pelo ex-Presidente da Câmara. João Paulo Cunha. Dele Lula fugiu que nem o Diabo foge da cruz.

A platéia que ouvia o candidato-presidente reclamou. Primeiro, o grito de aflição de um mulher, no meio da multidão: Chama o João Paulo, Lula!

O coro veio logo. Muitos dos que ali estavam igualmente protestaram e gritaram: João Paulo, João Paulo!

Em vez de chamar o antigo companheiro petista, Lula jogou a culpa na mulher:

Leio o que está nos jornais:

Olha, gente, deixa eu terminar aqui porque a Dona Marisa é brava e, se eu não chego em tempo para almoçar, vocês sabem que o pau quebra!

O pau quebra! Vejam só!

Não é de bom tom prometer não baixar o nível da campanha e, em posição reversa, ficar a repetir palavras sem nexos, palavras com pouco ou nenhuma im-

portância, para não dizer palavras chulas. O oposto do que o Brasil esperava ouvir do candidato-presidente.

O Presidente encena que está descontente com a postura da oposição. Critica-a e diz:

Podem baixar o nível da campanha o quanto quiserem. Eu não moverei uma palha.

E mais, instiga o povo a se voltar contra a oposição, o que, aliás, é próprio das mentes que não aceitam a democracia. Abro aspas novamente para Lula, ao instigar o povo, supondo que tem poderes de atraí-lo para o jogo sujo, que, assim, vai se tornando a característica do PT:

(...) eu não moverei uma palha (...) porque vocês moverão o paiol contra eles..(...)

Eles, quem, Presidente? A oposição que denunciou a corrupção criada em seu Governo, no Palácio do Planalto? A oposição que criou as CPIS que comprovaram a corrupção desenfreada no seu Governo? A oposição, que descobriu o valerioduto, o delubioduto, o silvioduto, o waldomiroduto?

A oposição, Presidente, continuará denunciando excessos e essa corrupção que insiste em ser prioridade no seu Governo.

Não é por acaso que o Presidente usa sua afeição a práticas comum aos vivaldinos. Agora, torna-se ainda mais esperto e mete a mão no dinheiro do povo para fazer sua campanha pela reeleição.

Não sou a dizer. Está na **Folha de S.Paulo** de ontem, segunda-feira:

Estratégia do Planalto ajuda PT a reduzir gastos com viagens de Lula

Abro aspas para o grande jornal paulista, que relata o “aproveita-tudo” do candidato-presidente:

Para diminuir os gastos do PT com a campanha à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Palácio do Planalto passou a agendar eventos oficiais nas mesmas cidades em que o petista tem compromissos como candidato. O uso da estratégia faz com que despesas com o combustível da aeronave presidencial sejam pagas pela União, e não pelo partido.

Um exemplo disso acontece hoje. À noite, na condição de candidato à reeleição, Lula participa de jantar na casa do ministro Gilberto Gil (Cultura), no Rio de Janeiro. Antes disso, também no Rio, marcará presença, como presidente, em um congresso mundial de saúde.

Dessa forma, todos os custos do traslado de ida e volta do petista entre Brasília e o Rio de Janeiro serão pagos pelo Planalto. A legislação eleitoral autoriza o uso de aeronave oficial, mas diz que gastos de viagem (combustível, transporte terrestre e hospedagem) serão pagos pelo comitê do candidato.

Nos últimos dias, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, tem reclamado do alto custo dessas viagens. Em prestação de contas entregue no início do mês ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), o comitê de Lula afirmou ter gasto R\$ 206,3 mil com transporte ou deslocamentos – sendo R\$156 mil no ressarcimento à Presidência.

A estratégia do Planalto tem sido aguardar a definição da agenda petista para, em seguida, encaixar algum evento oficial no próprio município.

Na semana passada, por exemplo, a Presidência modificou a rota de Lula ao Sul do país para adequar a agenda oficial a um comício em Criciúma (SC).

O PT também consegue poupar quando a agenda oficial é em cidade próxima à de campanha. Em 11 de agosto, como presidente, Lula teve evento em São Paulo, de onde seguiu ao Rio de Janeiro para comícios. Neste caso, a União bancou o trajeto Brasília-São Paulo, enquanto o PT arcou com São Paulo-Rio de Janeiro-Brasília.

Bem traduzido e em palavras bem claras essa chamada estratégia do Planalto significa o seguinte:

O Presidente Lula usa a máquina pública, portanto o dinheiro do povo para fazer sua tentativa de reeleição.

Nem com extrema boa vontade é possível qualquer outra conclusão. E que o povo saiba – é a imprensa a denunciar: o dinheiro público, o dinheiro dos impostos pagos pela população, está sendo usado para fins partidários pelo Presidente Lula.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu tinha uma leve esperança, e o povo brasileiro também, de ver uma campanha eleitoral civilizada. Já não tenho.

E o povo também não! Lula dela participa!

Além de se locomover às custas do dinheiro público, usando sem pagar o avião presidencial, Lula vale-se de suas ditas atividades como chefe do Governo, usa essas ocasiões para politiquice e – aí sim, há preconceitos – volta toda sua ira e seu desvario contra o que ele, sem saber de nada – diz ser a elite brasileira.

Primeiro, ele foi contra a classe média. Praticamente liquidou-a. Agora, volta-se enfurecido contra as oposições e as liberdades. Promove verdadeiro festival de baixarias e insiste em jogar o povo contra algumas categorias da sociedade, como, por exemplo, os empresários, que trabalham de sol a sol.

Ontem à noite, na reunião político-partidária (paga pelo povo) na residência do Ministro da Cultura, no Rio, disse o candidato-Presidente:

Fui atacado por uma elite que queria me sangrar.

Quem foi, Presidente? Sangrá-lo como?

A essas alturas, ensaiou o choro acebolado e disse, conforme registra o jornal **Folha de S.Paulo**:

Quem fará minha vingança será o povo.

Mais baixarias:

O que aconteceu com Getúlio Vargas? Foi levado à morte. O que aconteceu com João Goulart? E com JK?

Antes, no comício do final de semana, em Osasco, mereci, sem entender, uma agressão estúpida, grosseira e, além de tudo descabida.

O Presidente confundiu tudo e não sei porque tentou estabelecer um paralelo entre o percentual que ele supostamente deteria nas pesquisas de intenção de voto no meu Estado e o meu igualmente suposto percentual como candidato ao Governo do Amazonas.

Lula, como registra o noticiário, ironizou os 3% de intenção que eu teria no Amazonas, segundo ele acha.

E fez comparações grosseiras, logo comigo, que não sou candidato a Presidente.

Se é para comparar, vamos lá, Presidente. Vamos colocar os pingos nos *ii*.

Os tais 3% que o candidato-Presidente me atribui, a serem verdadeiros, são meus, limpos e legítimos.

Não se confundem com nada que envolve o Presidente. Rodeado por mensaleiros, por esquemas de valerioduto, de dudas mendonças, de aparelhamento da máquina estatal, tudo isso cheirando a chama crime. Crime de constranger alguém, mediante esquemas de corrupção, e com o intento de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer algo.

Os meus ínfimos 3% que ele espera que eu alcance, se forem reais são meus, são legítimos. Não sou chefe oculto de 40 ladrões.

Sabe direitinho a Nação que esse esquema de formação de quadrilha nasceu no outro lado da praça e o cep é o do Palácio do Planalto, numa sala vizinha ao gabinete do Presidente Lula. Ali, bem ao lado do então todo-poderoso Ministro José Dirceu.

O que eu tiver de votos, Presidente, terá sido foi conquistado com lisura.

Por isso, Presidente, tenho as mãos limpas e a consciência em paz.

Pergunto se Sua Excelência pode dizer o mesmo?

Consciência em paz, talvez. É característica dos que, pobres de espírito, entendem que o Poder pode tudo, inclusive deixar que,

ao seu redor, viesse a se formar o mais repugnante esquema de formação de quadrilha jamais visto no Brasil. Nisso, Lula é o campeão absoluto dos últimos 500 anos.

Índices de pesquisa, mesmo, só no final das eleições. Mas, desde logo, sabe a Nação, que é séria, que quem paga minhas contas sou eu e não Paulo Okamoto, o “mecenaz” financeiro de Lula.

Antes de encerrar, faço advertência direta ao Presidente e peço que ele tenha ouvidos bons para ouvir e gravar.

Digo-lhe, Presidente, que para mim não serve o tipo de conduta de seu partido. Não a aceito nem cabe na linha de conduta de quem conduz sua vida pela ética.

Aceito convivência com todas as correntes de opinião, contrárias ou a favor, incluindo as próprias correntes da parte do PT que se salvou. Lamentavelmente, o outro bocado virou o PT de Lula, essa facção que, no Poder, no Governo, se deixou impregnar pela corrupção de um grupo instalado na chefia da Nação, no Palácio do Planalto.

E mais: não aceito – e que Lula entenda isso em definitivo – não aceito conviver com a patifaria ou com correntes que se deleitam em velhacadas. Lula só ainda tem relevância porque é Presidente da República. Fora disso, virou trambolho cívico.

Meu perfil, saiba o Presidente, passa distante dessas condutas maroteiras, tão a gosto do seu Governo, a ponto de gerar as ações acobertadas por Lula ao insistir de que nada sabia.

Aí está a verdade brasileira. Os amigos mais próximos de Lula pintaram e bordaram, escandalizando a Nação, num momento em que o normal seria festejar o ato convocatório às urnas.

Por último, digo ao Presidente que não gostaria de ouvi-lo pronunciar novamente meu nome. Por uma questão de profilaxia ética.

Prefiro, Presidente, como diz Edgar Allan Poe, que seus disparates fiquem apenas como (...) o som de alguém levemente batendo, batendo a minha porta. (...) Que se resuma a “Uma visita, de alguém batendo a minha porta (...) Só isso e nada mais.”

A baixaria do presidente

Primeiro, Lula invocou o dever de preservar a integridade da função presidencial para não se expor ao confronto direto com os adversários nas sabatinas previstas pelas principais redes de televisão. Depois, mandou às favas as aparências, ao dizer que só irá a debates “quando (lhe) interessar” – completando, no melhor estilo autocrático, “não posso ir só porque outros

acham que devo”, como se o eleitor não tivesse a mais remota importância. Por fim, o mesmo presidente da República aparentemente preocupado em zelar pela dignidade do cargo permitiu-se, domingo, praticar uma grosseria sem precedentes nesta campanha.

Num comício em Osasco – reduto do companheiro-mensaleiro João Paulo Cunha, o ex-presidente da Câmara absolvido na Pizzaria Plenário, de quem um esperto Lula tratou de manter profilática distância -, ele desceu aos porões da retórica. Acusou o seu principal contendor de 2002 e atual candidato do PSDB ao governo paulista, José Serra, sem citá-lo nominalmente, de “vomitar preconceito contra o povo nordestino que tanto ajudou a construir esse país e essa cidade”. Eis um golpe baixo que junta injúria e calúnia. Em entrevista à Rede Globo, na semana passada, o ex-prefeito considerou o fluxo migratório para o Estado um dos fatores responsáveis pela queda da qualidade do ensino local.

“São Paulo tem muita migração. Muita gente que continua chegando, esse é um problema”, avaliou Serra. Pode-se concordar ou discordar da explicação, mas o fato é que ele não falou em nordestinos – e muito menos contra a migração de nordestinos. Ainda assim, o candidato petista ao Palácio dos Bandeirantes, Aloizio Mercadante, tratou de espalhar a inverdade de que o filho de imigrantes José Serra era antinordestino. Pelo menos se conteve no limite do tolerável, evitando o verbo que Lula utilizou como se estivesse num bate-boca de botequim. O jeito lulista de falar é fartamente conhecido de todos quantos conversam com ele em privado. Certa vez, sem se dar conta de que outros o ouviam, comentou que Pelotas “é um pólo exportador de veados”.

No comício de Osasco, Lula ainda se sentiu à vontade para desafiar a oposição no plano da composição. “Podem provocar, podem baixar o nível da campanha o quanto quiserem”, desdenhou, como se ele tivesse aversão a isso. Mas o palanqueiro, que veste metaforicamente a faixa presidencial quando lhe interessa e dela se despe quando lhe convém, não é um impulsivo. É claro que ele inventou o preconceito de Serra contra os nordestinos não apenas para dar uma força a Mercadante, mas principalmente para se exibir, ainda uma vez, como o defensor, disposto a tudo, do segmento do eleitorado brasileiro que nele tende a votar maciçamente.

O que a canelada de Lula talvez tenha de pior é que poderá servir de senha para o rebaixamento geral do padrão da campanha – o que não é tão difícil assim, se se levar também em conta o pendor da candidata Heloísa Helena para a incontinência verbal. Decerto a agressão do presidente leva água para o moinho de

aliados do tucano Geraldo Alckmin, como o senador Antonio Carlos Magalhães, para quem o candidato “ou bate, ou tira logo esse programa do ar”, alheio ao modo de ser do candidato, que desde a primeira hora repete que falar mal dos outros não torna ninguém melhor. Claro que há amplo espaço para explorar a vulnerabilidade de Lula em matéria de ética, sem descambar para o insulto – e sem mentir.

Foi o que fez Alckmin anteontem em São Paulo, ao avivar a memória do eleitorado para as indigestas companhias do presidente. “O candidato deu as costas para o povo brasileiro, para a Justiça e os bons costumes”, criticou o tucano. “Trabalhou do lado do Waldomiro, do mensalão, dos sanguessugas, do valerioduto.” Ele há de saber que nada desgosta mais o público do que o bate-boca entre os políticos. Seja qual for a sua extração social, o eleitor tende a considerar que, ao brigar entre si, em vez de falar do que lhe interessa e apresentar propostas inteligíveis, os candidatos o excluem do debate público – e logo dá as costas ao xingatório.

O problema do nível de campanha não é, pois, de boas maneiras. O que conta – se não nos comícios, de audiência arregimentada e cada vez mais restrita, decerto no horário de propaganda – é a forma como o eleitor se sente tratado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em outubro, realizam-se em Belém os Jogos esportivos dos Centros Federais de Educação e Escolas Agrotécnicas da Região Norte do Brasil.

Será um evento importante, principalmente para os estudantes do Norte, que raramente têm oportunidade de uma participação saudável como essa.

Há, no entanto, sérias dificuldades para que as representações estaduais possam realmente ir a Belém, a menos que – é o que peço – a Força Aérea Brasileira possa contribuir, assumindo o deslocamento dos atletas ao Pará.

Com esse comunicado, endosso o pedido já formulado pelo Secretário de Educação Superior e Tecnológica do MEC, com aquele objetivo.

Meu apelo dirige-se ao Major Brigadeiro do Ar José Eduardo Xavier, ilustre Comandante do 7º Comando Aéreo Regional da nossa Força Aérea.

Sei que o ilustre militar será sensível a esse apelo.

O SR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, recebo mensagem de um conterrâneo, Sr. Francisco Cruz, cumprimentando-me por defender o fortalecimento da Universidade Estadual do Amazonas

com vistas a criar massa crítica de conhecimento de apoio ao Pólo Industrial de Manaus.

O Sr. Francisco Cruz diz que o fortalecimento da Universidade Estadual não será, no entanto, suficiente. Assinala que Manaus está atrasada 40 anos no campo da educação. É preciso, agora, uma revolução nessa área.

O Sr. Francisco Cruz defende a idéia – e desde já digo que com ela concordo inteiramente – de tornar Manaus um centro de excelência em tecnologia.

Para tanto, ele sugere a importação de inteligência, de cérebros, como fazem outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, importam – diz o Sr. Francisco – 250 mil “cérebros” por ano, de vários países, inclusive do Brasil.

Ele sugere que o Governo do Amazonas estimule a vinda de “inteligências” estrangeiras para Manaus e observa que buscá-las na Índia poderia ser boa opção.

Essa, segundo o Sr. Francisco Cruz, seria a grande solução para o Pólo Industrial de Manaus. E acrescenta, com muita pertinência: “Por despreparo, continuamos a achar que o nosso inimigo é a FIESP, o FHC, o Serra e agora o Alckmin. Não conseguimos ver que o nosso inimigo não está aqui dentro. Nosso inimigo chama-se Revolução Tecnológica. Só poderemos enfrentá-la se tivermos a mesma condição de que ela dispõe: CONHECIMENTO.”

De pleno acordo. E agora sou eu que, por essas idéias, cumprimento o Sr. Francisco Cruz.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e srs. Senadores, foi muito oportuna a iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, lançar – por sinal, em ato realizado no Gabinete da Presidência desta Casa – o livro **Reforma Política no Brasil**.

Levei comigo para Manaus, no fim da semana passada, o exemplar que recebi do Presidente Renan Calheiros e, durante o voo, pude folhear boa parte desse excelente trabalho.

O livro, como bem assinalou Renan, é riquíssimo em informações sobre o sistema político brasileiro e será fonte importante de consulta nos debates que se travarão em torno desse tema.

A necessidade de uma reforma política surge como clamor geral. Não mais pode ser postergada. Este Congresso, em fim de legislatura e fortemente ferido pelas denúncias e comprovações de mensalão e da “Operação Sanguessuga”, não teria condições de mergulhar numa tarefa como essa.

A idéia, lançada pelo Presidente da República, de convocação de uma Constituinte específica para tratar da reforma política, não tem sentido e foi amplamente condenada pelo mundo jurídico. Não estamos, felizmente, em face de uma situação de ruptura do ordenamento jurídico, a ponto de justificar a convocação de uma Constituinte.

A própria Constituição disponibiliza os instrumentos necessários para essa reforma, que deverá ser feita, impreterivelmente, pelo próximo Congresso, a ser eleito no dia 1º de outubro.

Não vou entrar na apreciação dos temas – que são muitos. Alguns até já aprovados por esta Casa. Tal não é o objetivo destas breves considerações. Só queria dizer que a obra do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais, constitui excelente contribuição para a discussão dessa relevante matéria.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar aqui, com muita satisfação, flamenguista que sou, que hoje é um dia de festa no Flamengo.

Logo mais à noite, durante coquetel no Salão Nobre do Clube de Regatas do Flamengo, será lançada a CAMPANHA FLAMENGO PAN 2007.

Na oportunidade, serão apresentados os atletas que representarão o Flamengo e o Brasil nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em 2007.

Fui honrado com convite para a festa, mas infelizmente não poderei estar lá, pois tenho de atender, em Brasília, compromissos previamente assumidos.

Deixo aqui registrados, porém, meus cumprimentos à Diretoria do Clube de Regatas do Flamengo e aos atletas que haverão de honrar, no Pan-Americano, a tradição de um Clube que tem – como bem diz o convite que recebi – “um passado de glórias, um presente de realizações e um futuro de conquistas”.

Era, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, candidato a Governador do grande Estado do Amazonas.

Concedo a palavra à Senadora Iris de Araújo, do PMDB de Goiás, por 10 minutos. Em seguida, por permuta com o Senador Eduardo Azeredo, concederei a palavra ao Senador Marcos Guerra.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no próximo domingo, mais de 3 milhões e 731 mil jovens, em todo o País, devem participar do Exame Nacional do Ensi-

no Médio – o Enem 2006. Esse número de inscritos é 24% maior do que o do ano passado e as provas acontecem em 800 cidades brasileiras. Viabilizar pontos extras no exame vestibular para ter vantagem na disputa pelas vagas em universidades públicas é o que busca a maioria desses estudantes.

Um outro dado importante sobre essa faixa etária relaciona-se ao pleito de outubro: o eleitorado jovem cresceu mais de 39,3% nos últimos quatro anos, conforme revelam dados do Tribunal Superior Eleitoral. O contingente de adolescentes de 16 e 17 anos que possuem o título passou de 2,2 milhões, em outubro de 2002, para três milhões, em junho de 2006 – com o detalhe de que, para esse contingente, o voto é facultativo.

Em outras palavras, a juventude que ainda não atingiu a maioridade se constitui, hoje, numa força política em crescimento expressivo. No entanto, esse segmento continua *secundarizado* quanto a providências para que realmente tenha uma educação de qualidade, que habilite todos ao enfrentamento dos desafios de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente.

É preciso reconhecer que, durante as últimas décadas, existiram alguns avanços no processo educacional brasileiro, mas, com certeza, não foram nem de longe suficientes para atender às demandas de uma Nação que tem tudo para se transformar em potência, mas que insiste em limitar as suas possibilidades ao se negar a fazer a aposta decisiva na educação.

O documento “Brasil, o estado de uma nação”, recentemente lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, é claro em sua análise: o baixo nível educacional da nossa força de trabalho é um dos fatores limitativos do crescimento. O estudo ressalta nossas dificuldades para realizar tarefas complexas e tomar decisões que exigem análise sofisticada – o que impede o desenvolvimento.

O coordenador do trabalho, o economista Paulo Tafner, explica que a qualidade precária do ensino se dá por motivos didáticos: atraso da educação e falta de treinamento e motivação de professores – que merecem plano de carreira definido e salários diferenciados de acordo com a produção. Assim, a qualidade é “péssima”. Resultado da baixa escolarização: diminuição da capacidade para liderar, realizar tarefas complexas e criar novos conhecimentos.

O IPEA qualifica como “lastimável” a educação básica no Brasil, ao compará-la com a de outros países. Apesar do aumento do número de vagas, os pesquisadores constataam que não há estímulo para a permanência do aluno na escola. Embora o ensino fundamental tenha-se universalizado – ou seja, todos

entram na escola –, somente 84% concluem a quarta série e 57% terminam o ensino fundamental.

Muito mais dramático é o cenário para os jovens. No nível médio, o índice de conclusão é de apenas 37% – número absolutamente precário, preocupante e desalentador.

Essa constatação assume contornos de injustiça quando se analisa o poder aquisitivo: a evasão escolar está intimamente ligada à condição social.

Na categoria dos 20% mais pobres do País, 95,2% dos alunos entre 7 e 14 anos estão na escola; mas, quando alcançam de 15 a 17 anos, a proporção cai para 73,6%; e, entre 18 a 24 anos, apenas 28% permanecem estudando.

Trata-se de um extermínio absurdo do futuro de milhares de jovens submetidos à miséria e, de repente, privados da única esperança de encontrar um lugar ao sol: afinal, sem educação, as chances de crescimento no mercado são praticamente nulas – o que significa eternizar a dor da pobreza para milhares de brasileiros excluídos em seu direito básico e fundamental.

“A persistência de resultados negativos na educação brasileira pode, indiscutivelmente, comprometer o futuro do País”, alertou, recentemente, um dos integrantes da Unesco no Brasil, Vincent Defourny, em entrevista ao jornal **O Globo**, observando que a educação ainda não constitui uma prioridade nacional.

Essa análise é reforçada por dados incontestáveis do Relatório de Monitoramento Global da Unesco de 2005, que traz números importantes sobre gastos públicos com educação primária, levando em conta o paralelo entre cada aluno e o Poder de Paridade de Compra em dólar. No Brasil, esse valor é de apenas US\$663, muito inferior à aplicação de países considerados emergentes. Por exemplo, na Argentina, o valor é de US\$1.173; no México, US\$1.252; no Chile, US\$1.452. Em relação aos países desenvolvidos, a diferença, então, torna-se brutal. Na Alemanha, o valor dos gastos públicos é igual a US\$4.511, e, nos Estados Unidos, chega a US\$7.423.

Dessa forma, Sr^{as} e Srs. Senadores, os gastos públicos com educação no Brasil estão muito aquém das necessidades: não nos permitem resgatar uma dívida social histórica. A promessa de um choque de qualidade no ensino público ficou apenas no papel. E o que é pior: em vez de o debate caminhar para as questões realmente de fundo, se resumiu à proposta das quotas nas universidades públicas – providência que não interfere no quadro estrutural de um País que tem 33 milhões de analfabetos funcionais, segundo o IBGE.

A Professora e Doutora em Educação, pela Universidade de Brasília, Regina Vinhaes Gracindo, em

reportagem no jornal goiano **Diário da Manhã**, destacou algumas soluções para o dilema educacional brasileiro, tendo por base a melhoria na qualidade do ensino, não no grau de exigência – o que ocasionaria maior número de repetências –, mas no desenvolvimento natural do aluno na escola. O reforço do processo educativo continuado foi uma das indicações: é o método que permite à criança continuar estudando outras disciplinas, apesar das dificuldades em algumas. Outra solução apresentada pela educadora foi a política de formação continuada dos professores, com incentivos para que, constantemente, se atualizem, num trabalho a ser feito em conjunto com as universidades.

E, já que falamos de professores, é imprescindível ressaltar que o nível salarial dos nossos professores é simplesmente inaceitável. Como alcançar qualidade de ensino se os seus agentes – segmento tão fundamental na vida de um país – são submetidos a verdadeiras migalhas, insuficientes para que consigam se manter? O Brasil precisa, urgentemente, reparar esse dano com uma política salarial digna e justa, que corrija as gritantes distorções, que ofereça todas as condições necessárias para que o mestre possa se dedicar, de maneira integral, à escola, sem precisar recorrer a bicos para sobreviver.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senadora...

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Senador. Desculpe-me, não havia percebido.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Com o maior prazer, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senadora Iris, V. Ex^a traz à discussão um assunto muito, mais importante para a Nação. Segundo disse V. Ex^a, há 33 milhões de estudantes no País. Mas, se aprofundarmos mais, veremos que somente 8% desse total participam de estudo em horário integral, complementando suas aulas com professores particulares. A grande maioria estuda, em média, quatro horas por dia, o que considero muito pouco. Apresentei um projeto, recentemente, pleiteando horário integral principalmente para os alunos do Ensino Fundamental, por acreditar que, realmente, a salvação do Brasil está na educação. V. Ex^a está de parabéns pelas colocações. Esta Casa tem, sim, de se preocupar com a educação. Infelizmente, quando digo que grande parte dos nossos alunos estuda praticamente quatro horas por dia, temos de pensar também que esses alunos, principalmente os de baixa renda, estão vulneráveis à violência, às ruas, às drogas etc, enquanto seus pais trabalham. V.

Ex^a está de parabéns! Gostaria de me associar ao seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Agradeço, Senador, a oportunidade do aparte, que complementa o que tento transmitir desta tribuna.

Concordo com V. Ex^a, mas, quando diz que essa maioria estuda apenas quatro horas por dia, chego à conclusão de que nem mesmo isso acontece, pelo quadro em que vivemos neste País, tão merecedor de atenção.

Agora, em que se aproxima o momento do debate político, em que as candidaturas se apresentam e discutem as várias soluções para o País, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a, que tem percorrido todo o País levando a mensagem de uma mulher que busca, logicamente, expor, por meio do seu olhar e da sua ação, o seu projeto de governo como candidata a Presidenta da República, permita-me fazer-lhe uma singela sugestão, na qualidade de política do Estado de Goiás, porque sei que V. Ex^a tem essa preocupação. Refiro-me à nossa educação, a um olhar mais profundo para as nossas crianças, para essa juventude que busca seu espaço, mas que não tem oportunidade, não tem vez nem voz e que está se transformando, infelizmente, em presa fácil para o narcotráfico, para o crime.

Concedo o aparte, com o maior prazer, a V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena.

A SRA. Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senadora Iris, está quase terminando o tempo destinado ao pronunciamento de V. Ex^a. No entanto, eu não poderia deixar de também compartilhar das preocupações de V. Ex^a, que sei não serem de agora. Em vários momentos, tivemos a oportunidade de conversar sobre a questão da educação básica, que vai desde a educação infantil, com creches, pré-escola, Ensino Fundamental, educação de jovens e adultos, Ensino Profissionalizante, Ensino Médio. Lembro-me de que, certa vez, estávamos V. Ex^a, a Senadora Patrícia, a Senadora Lúcia Vânia e eu, e, naquele local, havia um cartaz que dizia assim: “Para onde vai essa criança?”. Eu até brincava, dizendo: “Depende do que ela traz na mão”. Se ela tiver na mão a possibilidade de um caderno, um livro, um lápis, ela vai para um lugar; se ela tiver *crack*, maconha ou qualquer outra coisa, ela vai para um outro lugar. Então, eu sei o quanto a primeira década da vida de uma criança é importante. Recentemente, estive no Estado de V. Ex^a, visitando uma experiência, com mais de 800 crianças, em uma creche pré-escola, infelizmente com pouquíssima ajuda do Poder Público, mantida praticamente pela Federação Espírita Brasileira, do mesmo jeito que muitas igrejas evangélicas fazem – o Senador Magno Malta que está aqui sabe disso. Há várias experiências da

Igreja Católica e de organizações não-governamentais que também fazem aquilo que, infelizmente, seria o papel do Estado. É aquilo que digo sempre: o Estado brasileiro tem de adotar suas crianças antes que a prostituição e o narcotráfico o façam. E garantir escola integral a uma criança não é jogá-la o dia todo na escola, porque também existem experiências de escolas integrais em vários Estados brasileiros que jogam a criança lá o dia todo, e ela não faz nada durante a tarde, absolutamente nada. Então, se não se possibilita a uma criança escolher seu futuro, se ela será cientista, professora, bailarina ou pianista, se o menino será um desportista ou um engenheiro, se não se possibilitam condições objetivas para que as crianças e os jovens possam escolher seu destino, eles são condenados a isto que acontece hoje: um país que se dá ao direito de ter 76% de suas crianças sem nunca terem visto uma creche; um país que se dá ao direito de ter 72% dos seus jovens de 14 a 24 anos passando o dia sem fazer nada – não estudam, não fazem esporte, não aprendem nada relacionado à cultura –, e, portanto, serem presas fáceis, como diz V. Ex^a, para o narcotráfico e para a criminalidade. Portanto, parabéns V. Ex^a pelo pronunciamento e, mais do que isso, pelo compromisso e sensibilidade com um tema tão precioso na vida de todos nós, que é a educação pública, gratuita, democrática e de qualidade em nosso País.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senadora, por gentileza, gostaria que V. Ex^a concluísse seu pronunciamento.

A SRA. IRIS DE ARAÚJO (PMDB – GO) – Pois não, Sr. Presidente.

Gostaria que V. Ex^a me permitisse agradecer à Senadora Heloisa Helena pelo aparte e dizer, em outras palavras, Sr. Presidente, que o momento eleitoral é mais do que adequado para que todos os candidatos, em todos os níveis, assumam um compromisso definitivo no sentido de mudar a realidade educacional no Brasil. Essa é uma bandeira que não pode ser exclusiva ou prioritária de apenas um ou outro postulante: trata-se de uma meta que deve ser abraçada pelo conjunto das forças nacionais, sob pena de macular para sempre o nosso futuro.

A maravilhosa transformação que sonhamos para o Brasil não se tornará realidade senão pelos caminhos da educação. Daí por que o primeiro passo será sempre a decisão política de implantar um sistema de ensino realmente de qualidade, com investimentos maciços, recursos vigorosos, independentemente das amarras dos tecnocratas da economia, que tanto limitam a alocação de verbas para um setor tão essencial.

Tudo o que se investe em educação redonda em resultados dez vezes maiores que os gastos. Somente

o investimento em educação pode, finalmente, tornar possível a redenção e o autêntico crescimento de um país que não pode, eternamente, depender de bolsas famílias ou rendas cidadãs. O que o nosso povo quer e precisa é da dignidade do emprego, é da profissão que habilita o jovem, que habilita a mãe e o pai de família para o mercado – um suporte que só se torna possível quando se frequenta a sala de aula, quando se tem acesso à informação e ao conhecimento, únicas armas que têm poder para provocar grandes e inadiáveis mudanças.

As várias linguagens do processo eleitoral, os inúteis confrontos, os discursos sem fim poderiam ser todos substituídos por um projeto de educação integral, pela proposta renovadora voltada para a elevação do ensino como prioridade de uma nação séria e responsável.

Está na hora de mudar a linguagem e as atitudes. O Brasil clama por educação.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Iris de Araújo.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Guerra, do PSDB do Espírito Santo, por permuta, como havia comunicado à Casa, com o Senador Eduardo Azeredo. Em seguida, falarão o Senador Alvaro Dias e, depois, o Senador Heráclito Fortes.

Com a palavra V. Ex^a, por dez minutos, por gentileza.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Espírito Santo perdeu domingo, dia 20, um de seus políticos mais importantes, um homem que teve participação ativa e marcante na história deste País. Morreu, aos 79 anos de idade, o ex-Senador Moacyr Dalla, homem simples, humilde e honrado, que, por muitos anos, fez da política sua devoção maior. Capixaba que teve a honra de presidir o Senado Federal, ele desempenhou essa tarefa num dos momentos mais significativos da vida brasileira, quando nos encaminhávamos para a redemocratização, na década de 80.

Na trajetória de Moacyr Dalla, destaca-se, além do importante papel que cumpriu no cenário político do Brasil, a defesa das causas de seu Estado natal, as quais sempre dedicou o melhor de seus esforços.

Senador de 1979 a 1987, exerceu, antes de chegar ao Senado Federal, três mandatos como Deputado

Estadual, de 1962 a 1974, e como Deputado Federal, de 1975 a 1979. No Governo do Estado, foi Secretário dos Serviços Públicos Especiais e Secretário de Obras Públicas.

Membro da extinta Arena e depois do partido que a sucedeu, o PDS, Moacyr Dalla, como Presidente do Senado Federal, presidiu a histórica sessão do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves Presidente da República, em janeiro de 1985.

Eu gostaria de lembrar uma frase sua sobre o período em que esteve à frente do Poder Legislativo: “Sou e serei homem de partido, mas reza-me a consciência de, na Presidência, haver-me conduzido como magistrado”.

É uma frase que define o caráter de Moacyr Dalla, idealista e combativo, o chefe de família exemplar que passou a se dedicar integralmente a ela depois que decidiu deixar a vida pública. Ele lutou por aquilo em que acreditava com coerência, correção e seriedade, mas, acima de tudo, com atenção ao bem público. A conduta ética e moral fazia com que o respeito à lei e o cuidado com a isenção fossem prioridade em suas decisões.

Quem teve o privilégio de conviver com o Senador Moacyr Dalla em sua casa, em Colatina, sabe da extensão e do valor da sua história política. Os documentos de sua carreira, que ele tinha grande prazer em compartilhar com seus amigos, são o melhor testemunho de uma vida dedicada a causas maiores, de sua bondade e de sua integridade. Mesmo depois da decisão de se ausentar da política, o Senador Moacyr Dalla não perdeu o interesse e a vontade de participar dos grandes acontecimentos do País e continuou sendo um conselheiro valioso...

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Concedo o aparte ao Senador Magno Malta.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador Marcos Guerra, V. Ex^a é a pessoa mais indicada para falar do histórico de Moacyr Dalla e até de fatos pitorescos da vida dele que a própria história desconhece, pois é seu conterrâneo, de Colatina, terra que ele tanto amou cujo povo também tanto o amou. Certamente, minha fala muito pouco pode acrescentar ao pronunciamento de V. Ex^a, que tudo sabe a respeito da trajetória política de Moacyr Dalla, da sua vida familiar, da sua relação com os amigos, da relação de amor dele com o Espírito Santo e do Espírito Santo com ele. Mas não poderia, neste momento, deixar de apartear V. Ex^a. É verdade que não fui parte, nem V. Ex^a, do período em que Moacyr Dalla esteve no exercício da política no Estado do Espírito Santo. Entrei na vida pública, em

Cachoeiro do Itapemirim, em 1992, e V. Ex^a, agora Suplente do Senador Gerson Camata, é um empresário de sucesso que, certamente, ao crescer naquela cidade, conviveu com toda a história política e vitoriosa de Moacyr Dalla, que tanto orgulha a sua Colatina, a nossa Colatina, do Estado do Espírito Santo. A minha fala é para parabenizar V. Ex^a, para abraçar a família enlutada de Moacyr Dalla e o Estado do Espírito Santo. Em uma matéria da **Gazeta**, há uma fala do Senador Gerson Camata, que diz que não existe um canto sequer, no Estado do Espírito Santo, em que não haja uma obra com a marca de Moacyr Dalla. Aliás, foi ele o grande responsável pelas verbas para a Terceira Ponte, que mudou a história da grande Vitória e de Vila Velha, que era uma cidade dormitório. A Terceira Ponte, um esforço de Moacyr Dalla, mudou toda a história do povo de Vila Velha, a história da própria cidade, a história econômica de Colatina. O turismo cresceu de forma assustadora a partir da Terceira Ponte, que foi um grande esforço dele. Parabenizo V. Ex^a pelo pronunciamento tão significativo, tão bem detalhado, tão importante para nós do Espírito Santo e para o Brasil. Foi Moacyr Dalla quem presidiu a sessão histórica – como disse V. Ex^a – que pôs fim à ditadura militar no Brasil. E a família de Moacyr Dalla, enlutada e sofrida, gostaria de abraçar neste momento, quando faço este aparte e parabenizo V. Ex^a.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Obrigado, Senador.

Realmente, o Senador Moacyr Dalla foi tudo isso e também um político que muito orgulhou a nossa cidade e o nosso Estado, um homem público de valor para a Nação brasileira.

Como dizia, Moacyr Dalla era um conselheiro valioso no Estado do Espírito Santo, dotado da mesma sensatez e ponderação que demonstrou ao longo de tantos anos de vida pública.

Dono de uma oratória invejável, Moacyr Dalla foi também autor de inúmeros trabalhos publicados por esta Casa, entre os quais se destacam os que escreveu em defesa da agricultura capixaba, uma de suas bandeiras de luta.

Perdem os capixabas, perde o Brasil com a morte deste colatinense ilustre. Seu espírito generoso, a simplicidade e a dignidade que pautaram os atos de sua vida e que fizeram dele um político de expressão nacional devem servir de exemplo para todos nós.

Sr. Presidente, preparei um voto de pesar à família, mas soube que o Senador Heráclito Fortes apresentou ontem à Mesa um requerimento nesse sentido. Retiro, portanto, o meu e me associo ao Senador Heráclito Fortes e aos demais Senadores que assina-

ram o requerimento justamente no dia do enterro de Moacyr Dallas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES) – Sr. Presidente, eu também gostaria de subscrever o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa também se associa às homenagens póstumas ao Senador Moacyr Dalla, que ontem, nesta Casa, foi homenageado pelo Senador Heráclito Fortes, com uma série de outros apertes.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, do PFL do Piauí.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer um registro. São 14h55min. Tenho um pronunciamento a ser feito e gostaria de fazê-lo, quando houvesse alguém do Partido dos Trabalhadores presente, pois é o Partido do Governo. Hoje é terça-feira, não é segunda-feira; são 14h56min, e não há ninguém do Partido dos Trabalhadores. Há uma praxe nesta Casa, que gosto de seguir: quando se fala de um partido ou de um companheiro, que haja sempre alguém aqui para defender ou se calar.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Por permuta com o Senador Heráclito Fortes, concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL, ex-Governador da Bahia, ex-Presidente desta Casa.

V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os adjetivos e as qualificações do Presidente Lula foram os mais variados nesta Casa. Hoje, quero apresentar mais um: Lula, o sabidinho. Lula, o sabidinho, aquele que marca viagens políticas e administrativas para não pagar transporte, combustível, hotel para si e para sua *entourage*. É assim que está vivendo o Brasil.

Acredito que o Tribunal Superior Eleitoral, tomando conhecimento desse assunto, vai fazer uma advertência – gentilmente, como sempre faz o Ministro Marco Aurélio, que é, sem dúvida, um ponto alto da Justiça brasileira. É um homem de coragem, de saber e que, sobretudo, sabe a hora de advertir. Ainda há pouco, S. Ex^a fez uma advertência sobre propaganda enganosa. Propaganda enganosa, Sr. Presidente, é sinônimo do Dr. Lula, que só faz mentir. Mente, como se dizia antigamente, que não sente. E, assim, fica enganando o povo na televisão.

Hoje tenho vários assuntos a tratar, inclusive, escalei seu time verdadeiro – os que estão aparecendo

na televisão não são os titulares. Os titulares são: Okamoto, talvez o goleiro; Delúbio Soares; Marcos Valério; o meu amigo José Dirceu, Silvio Pereira, Waldomiro Diniz; o Ministro vampiro, autor de tudo isso que está aí, dos sanguessugas; o Cirillo; o Zé Guimarães, que fez chegar a si os dólares na cueca; Ivan Guimarães, do Banco Popular; e mais quatro ou cinco reservas. Estão aqui. Esse é o time. O técnico é o Lula, o goleiro é o Okamoto, e é esse time que faz com que ele, no dia de ontem, ou melhor, anteontem, tenha feito mais uma humilhação ao ex-Presidente da Câmara João Paulo. João Paulo, coitado, teve de ficar escondido no palanque. Enquanto isso, ele se reunia com os artistas. E eu faço questão de dar para transcrição a crônica de quem assistiu ao Ministro da Cultura, Gilberto Gil – oh! Deus, infelizmente baiano – reunir os seus colegas artistas; e foram muito poucos. Os artistas brasileiros estão de parabéns porque não aceitaram o convite do Ministro Gilberto Gil, que é muito bom sujeito, é engraçado, um bom amigo – me dou muito bem com ele e mais ainda com a Flora –, mas, na realidade, ele ganha muito nesses *shows* mais do que realiza na pasta da Cultura.

Mas foi um fracasso. Mas, além do fracasso, ele se comparou a Fidel Castro. Ele fez xingamentos a algumas pessoas. Pediu uma homenagem a José Dirceu, a José Mentor e a José Genoíno – isso o ator José de Abreu – “todos envolvidos no escândalo do mensalão” – diz Mônica Bergamo. “O Presidente aplaudiu. Na saída, Abreu perguntou a Lula: “Estraguei a festa?” E o Presidente: “Não, não. Não podemos renegar as amizades que temos.”

O Presidente renegou a amizade, publicamente, na televisão. Ele disse que não tinha nada com José Dirceu, nada com o Palocci, nada com esse time todo que forma a seleção do PT no País e no seu Governo.

Isto não foi só Mônica Bergamo. Este grande jornalista, que apesar de eu discordar dele aqui e ali – ele também discorda de mim – Clovis Rossi, no artigo “De ataques e quadrilha” da **Folha de S. Paulo** de hoje, produz um artigo primoroso a respeito do Presidente do PT, de João Paulo e de muitos outros.

Confesso que esse artigo é uma das melhores coisas que eu li em matéria jornalística; sequer o estou examinando, mas é de quem sabe escrever. Daí por que peço a transcrição deste artigo também: “De ataques e quadrilha”. Não pode deixar de constar dos Anais desta Casa a posição do jornalista Clovis Rossi.

É engraçado! O Presidente está tão animado do ponto de vista econômico! Hoje eu vi vários artigos contra a política econômica do Governo, falando do desastre que vai ser. Diz a manchete do jornal **O Globo**: “Banco Mundial vai negar dinheiro a país corrupto”. E

enquadra o Brasil como um país corrupto. E quadra muito bem quando diz: "...agravou sua situação, caindo da 59ª para a 62ª posição". Piorou a corrupção no Brasil no Governo Lula. Está aqui. É o Banco Mundial que apresenta.

E o destaque do dia, os jornais hoje enfatizam, é a corrupção. **O Globo**: "Banco Mundial vai negar dinheiro a país corrupto". No Governo do PT, Lula, segundo pesquisa da ONG Transparência Internacional, divulgada no *ranking* de percepção de corrupção, de outubro de 2005, agravou a situação do Brasil: da 59ª posição para a 62ª, entre 159 países. Ele deve estar contente, porque tem ainda uns oitenta abaixo dele. Mas – Ave Maria! – isso nunca aconteceu no Brasil! Acontece agora. Daí por que **O Globo** diz que país corrupto está em situação difícil para o próximo ano.

Mas, ainda, Sr. Presidente, a corrupção já levou do País mais de R\$10,8 bilhões. Em quatro anos, foram desviados R\$10,8 bilhões. Isso é o que pegaram. Aqui não se está contando os abusos, como agora mesmo aconteceu no metrô da Bahia: 150% de superfaturamento. Quem fez? Precisamos apurar.

Tenho falado aqui e não encontrado eco. Não sei se é o Presidente Mozarildo que é o culpado, mas a Comissão de Fiscalização e Controle precisa ver o ônibus comprado – esse, sim, imoral – pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, em segunda ou terceira mão, por R\$350 milhões. Aliás, R\$350 mil; não quero parecer o Lula, aumentando de mil para milhões – ele gosta disso.

Portanto, Sr. Presidente, a situação do Brasil é crítica.

Mas, hoje, a **Folha de S. Paulo** traz uma matéria escondida, cheia de elogios, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Dr. Lula, aos militares, inclusive ao Presidente Médici. Lá há vários elogios, e aqui ficam alguns petistas bobocas falando contra o regime militar, contra os generais, quando o Chefe deles faz elogios até ao Presidente Médici! Está na **Folha** de hoje! Vou também pedir a transcrição dessa matéria, mas, como não a tenho aqui, quero dizer a V. Exª que voltarei à tribuna amanhã para pedir essa transcrição.

É preciso acabar com a corrupção do Governo Lula em todos os sentidos.

O País não aguenta um Governo cuja corrupção é o lema e a desonestidade, a marca. O Brasil não aguenta um Presidente que mente e que se junta a todos aqueles.

A charge de **O Globo** hoje é interessantíssima. Há o Luizinho, coitado, se arrastando com o João Paulo e a série de figuras atuais que aconselham o

Lula e que, talvez, estejam em pior situação do que o Luizinho e o João Paulo. Essa é a situação do Brasil. Tudo se leva aos jornais. Tudo se leva ao povo, mas é preciso que haja uma reação forte em relação ao que acontece neste País.

Nós, a cada dia, nos degradamos mais. A classe política já chegou a quase zero; e vai chegar, e a culpa é do Lula. E o resultado disso é que os seus Ministros, que são candidatos, estão todos eles, quase todos, derrotados.

Falo, agora, da Bahia, onde há um Ministro. Ele foi tão bom Ministro que foi de três Ministérios: do Trabalho, onde teve dois empregos – o dele e o da filha; das Relações Institucionais e do Desenvolvimento Social. Resultado: Paulo Souto, 56, Jaques Wagner, 13. Essa é a situação que está ocorrendo em todo o País.

E aí se pergunta por que Lula está na frente. Está na frente porque o povo não está sabendo do que se passa no seu Governo. O povo precisa saber. Não é só essa tribuna do Senado. Os programas eleitorais têm de mostrar o que ele fez. Tem de se dizer, claramente, em toda a sociedade, no interior e na capital, que esse é um governo de desonestos; que o País não suporta, nem nacional nem internacionalmente, prosseguir mais quatro anos o que aí está. E ninguém pense que ele vai melhorar. Se fosse melhorar, não se estaria escondendo de João Paulo e de Luizinho e, ao mesmo tempo, se unindo a outros tantos.

Sr. Presidente, vejo que V. Exª me olha com aquele olhar de quem diz: seu tempo está a terminar.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O seu tempo foi prorrogado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Não quero aborrecê-lo, até porque sei que, no fundo, V. Exª está gostando do que eu digo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – BA) – Estou concordando com V. Exª. Meu sinal é de concordância.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mas não vou abusar. Vamos lutar, Sr. Presidente. Vamos lutar para acabar com os crimes praticados por esse Governo incompetente, desonesto e que não tem nenhum amor à moralidade pública. Vamos fazer um novo Brasil, e o novo Brasil passa pela expulsão, pelo voto, de Lula do Palácio do Planalto.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)

ELEIÇÕES 2006 / PRESIDÊNCIA

Lula afirma a artistas que elite quis fazê-lo "sangrar"

Petista se apresenta como vítima e diz que "vingança quem vai fazer é o povo"

Em encontro na casa de Gil, presidente reclamou de falta de "condescendência" da imprensa e chorou ao lembrar do auge da crise

MÔNICA BERGAMO
ENVIADA ESPECIAL AO RIO

Em reunião ontem com artistas na casa do ministro Gilberto Gil (Cultura), no Rio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que foi atacado por uma elite que queria fazê-lo "sangrar", mas que quem fará "sua vingança" será o povo. O presidente se emocionou e chegou a chorar ao lembrar do ápice da crise em seu governo.

Lula começou seu discurso lembrando que, na década de 80, conheceu os "artistas famosos" do Rio numa reunião na casa da atriz Dina Sfat, quando pediu apoio para as Diretas-Já.

"Estávamos eu e o FHC. Não estava só o Lula."

Ao falar da crise política, reclamou da imprensa. "Se a imprensa desse para mim 10% da condescendência que deu para outros presidentes, eu teria hoje 70% dos votos."

Segundo o petista, parte da elite política "se deu conta" de que era preciso "impedir" a continuidade de seu governo.

"O que aconteceu com Getúlio Vargas? Foi levado à morte. O que aconteceu com João Goulart? E com o JK? Ele foi achincalhado pelo Carlos Lacerda e por outros que ainda hoje o representam. A elite queria fazer o Lula sangrar. Eis que todo mundo ficou surpreso quando saíram as pesquisas e as pessoas que eles queriam destruir estavam crescendo.

Esqueceram de um componente chamado povo brasileiro. E houve um antagonismo das pessoas que escreviam com sabedoria infinita com o povo que provavelmente não lê o que eles escrevem."

Ontem, em evento em São Paulo, FHC também citou Lacerda. Lula citou uma frase de Fidel Castro - "A história me absolverá"- e concluiu: "Nós não vamos precisar da história. O povo vai mostrar quem é quem neste país". Afirmou ainda: "Que não mexam comigo: estou com 60 anos, não me irrita com nada. Minha vingança quem vai fazer é o povo". Sobre o escândalo do mensalão, Lula afirmou: "Foi triste? Foi. O PT errou? Errou. O PT, não, teve companheiros que erraram. Como posso julgar o PT por erros que alguns companheiros cometeram?"

No fim do discurso, o ator José de Abreu pediu uma "homenagem" a José Dirceu, José Mentor e José Genoino, todos envolvidos no escândalo do mensalão. O presidente aplaudiu. Na saída, Abreu perguntou a Lula: "Estraguei a festa?". E o presidente: "Não, não. Não podemos renegar as amizades que temos".

Após o discurso, Lula chorou ao abraçar o compositor Wagner Tiso, lembrando de entrevista em que ele defendeu o presidente no auge da crise.

O presidente reclamou com a reportagem de notícia de ontem da Folha sobre ele não ter querido aparecer no palanque ao lado do deputado federal João Paulo Cunha, outro envolvido com o mensalão. "Foi uma sacanagem da Folha. Em todos os meus comícios, tem separação entre deputados, prefeitos e candidatos majoritários. Eu não tinha visto o João Paulo."

Diversos dos presentes declararam voto em Lula -entre outros, Luiz Carlos Barreto, Tonico Pereira, Alcione, Leci Brandão e Tássia Camargo. Também foram ao jantar, entre outros, os atores Paulo Betti, Renata Sorrah e Letícia Sabatella e os cantores Zeca Pagodinho, Sandra de Sá e Fernanda Abreu. Não compareceram Chico Buarque, que já declarou voto em Lula, e Caetano Veloso. "O Caetano não vem porque já não é Lula há muito tempo. Não é uma questão racional, é uma questão de afeto. Política não se faz só com razão, mas com afeto também", disse Gil.

ELABORADO POR

De ataques e quadrilha

SÃO PAULO - Faço questão de me solidarizar com o presidente do PT, Ricardo Berzoini, em sua campanha para dedicar a eventual vitória do partido aos "companheiros que foram atacados".

De fato, os "ataques" foram inaceitáveis. Veja o caso do deputado João Paulo Cunha: pede à mulher que pague a conta da TV a cabo no banco, mas ela, de maneira vil e soez, é "atacada" por um maço de R\$ 50 mil. Ninguém mais agüenta a violência neste país.

Pior: a moça foi obrigada a levar o dinheiro para casa e entregar para o marido. Que "ataque", hein?

A baixaria dos "ataques" revelou-se especialmente no caso daquele petista do Ceará: os "atacantes" visaram literalmente suas partes baixas, ao enfiarem a mão na cueca do cidadão para nela colocar até dólares. "Ataque" com moeda forte deve doer mais.

Se eu fosse Berzoini, pediria a demissão sumária do procurador-geral da República por ter confundido a opinião pública ao afirmar que o

PT se transformara em "quadrilha" e "organização criminosa".

É capaz de algum desavisado, que não vê a aura de santidade em torno da cabeça de todo petista, achar que os "ataques" não foram "ataques", mas fatos.

A confusão é tamanha que envolveu até o presidente da República, presidente de honra do PT: ele, em vez de condenar os "ataques" que seu partido sofreu, pediu desculpas, na certa supondo, como o procurador, que não houve "ataques", mas fatos.

Ainda por cima demitiu algumas das vítimas dos "ataques", chamando-as de "envolvidos" (Palocci, no ataque ao sigilo bancário de um caseiro; Dirceu no "ataque" chamado "mensalão").

Faltou a Berzoini dedicar a eventual vitória igualmente a Paulo Maluf. Maluf também se queixa sempre de ser vítima de "ataques" e, afinal, é companheiro de viagem do lulopetismo.

crossi@uol.com.br

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra o Senador João Alberto Souza, do PMDB do Maranhão.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há quatro anos ocupei esta tribuna para denunciar, com indignação, uma matéria publicada pelo **Correio Braziliense** no dia 26 de junho de 2002, na qual esse jornal me atribuía responsabilidade no desvio de dinheiro para campanhas eleitorais do PT, juntamente com Klinger Luiz de Oliveira Souza, à época, Secretário de Servi-

ços Municipais da Prefeitura de Santo André, de quem eu seria tio.

Anunciei, naquela ocasião, que iria interpelar o jornal e os jornalistas responsáveis pela matéria perante a Justiça.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu tenho um irmão chamado Antônio Klinger de Souza, economista, professor universitário, fiscal de renda no Pará, e esse Klinger Luiz de Oliveira Souza nem eu nem meu irmão conhecemos. E, naquela época, o jornal dizia que era meu sobrinho, filho de meu irmão e que fazia parte de um esquema de corrupção em que eu estaria envolvido.

Hoje, quatro anos depois, tenho em mão a sentença da Dr^a Gabriela Jardon Guimarães, Meritíssima Juíza da 6ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, prolatada em Brasília no dia

26 de julho do ano em curso. Afirma a sentença que houve dano moral contra a minha pessoa, pois o conteúdo da matéria jornalística “é altamente ofensivo à honra e à imagem de qualquer pessoa, especialmente pública, como o é o autor na qualidade de Senador da República”.

Nada pôde ser comprovado contra minha pessoa, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelos inquéritos conduzidos pelo Ministério Público e pela Polícia Federal, seja em relação a dinheiro desviado ou no que se refere ao meu parentesco com o Sr. Klinger, que, aliás, nem conheço.

Os autores da matéria foram condenados a pagar a este Senador a importância de R\$30 mil (trinta mil reais) “pelos danos morais causados”.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, apesar da justeza da sentença, confesso que minha indignação não diminuiu. Continuo revoltado, pois considero que fui atingido na minha honra e que o mal feito pela difamação é irreparável. Como água jogada em solo arenoso, o maldizer penetra, infiltra-se, e seu caminho se torna irrefreável, inestancável.

Quatro anos se passaram entre a ação encaminhada e a sentença agora proferida pela Justiça. Quantas pessoas, no Brasil e no meu Estado Maranhão, que, no passado, leram a matéria e formularam juízo desairoso sobre minha pessoa, e não mais tiveram ou terão condições de rever seu julgamento! Perante a Justiça, o jornal e os jornalistas alegaram que apenas realizaram a narração de um fato jornalístico, o que é dever da imprensa e direito do cidadão. Ora, que fato jornalístico é o que se cria com base em mentira? Que responsabilidade e competência têm um instrumento de comunicação, ou os profissionais desse setor, se privados de seriedade e condescendentes com aleivosias? Entendo que um fato jornalístico, para ser ético, deve primar pelo rigor em relação à verdade. Do contrário, não passa de charlatanice e desprezível leviandade.

A calúnia é solerte, virulenta, brutal e impertinente!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu hoje sou o Presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Quando vejo a imprensa se açodar, querer pressa no julgamento dos Srs. Senadores, fico a pensar em um caso pessoal. Será que tudo que disseram sobre os Senadores é verdade? Será que o que disseram dos Senadores, sem nenhuma apuração, merece condenação imediata? Tenho procurado ser firme e equilibrado, a fim de que o julgamento de amanhã seja o julgamento que a sociedade espera.

Alegro-me a decisão da justiça, mas a reparação, considero-a parcial. Pois a calúnia, por sua natureza,

denigre pessoas e subverte a própria história. Essa questão ultrapassa valores monetários. A honra não tem preço.

Concedo um aparte ao Senador Magno Malta, do PL do Espírito Santo.

O Sr. Magno Malta (Bloco/PL – ES) – Senador João Alberto, V. Ex^a está de parabéns e de parabéns está a Justiça. V. Ex^a, pela coragem de tomar a iniciativa de defender a sua honra e não deixar que o tempo apague os fatos. V. Ex^a diz que “água jogada em terreno arenoso infiltra, e não há quem possa estancá-la”. Uma coisa é o fato, outra coisa é a leviandade. E um homem de bem tem de reagir com indignação quando sua honra é tocada. Eu mencionei, nesta tribuna, uma lição que aprendi com minha filha mais velha. Apesar de muito nova, ela me disse: “Pai, cuida do teu caráter, porque da tua reputação, você não pode; ela está na mão de qualquer um, e qualquer um faz o que quer”. Esse “qualquer um faz o que quer” é porque poucos têm, como V. Ex^a, a disposição de interpelar os fatos, de levá-los à Justiça para que esta se posicione. A honra de uma pessoa é a coisa mais sublime da sua vida. Não se pode jogar a história de alguém, a honra de alguém, o nome da família de alguém no lixo, sem que, concretamente, haja fatos para condená-lo ou desmerecê-lo perante a opinião pública. É verdade que a imprensa tem o dever de informar, mas temos visto por aí descabros sem pé nem cabeça, que não têm nascedouro, e, simplesmente, quando passa a onda, fica por isso mesmo, sem que alguém tenha de explicar as barbaridades que cometeu contra a honra de alguém. V. Ex^a leu a sentença prolatada por uma juíza, após uma luta de quatro anos com relação a algo que V. Ex^a nada tem a ver. Apenas em razão de um sobrenome e pelo fato de ter um irmão com o mesmo nome, foi envolvido em um emaranhado. E aqueles que não têm contato com a TV Senado – que, infelizmente, não é aberta – ainda guardam essa informação caluniosa, que V. Ex^a acaba de demonstrar que era mentirosa, e não terão contato com a verdade que está nas mãos de V. Ex^a. V. Ex^a está correto. Certíssimo. Parabéns pela iniciativa. De fato, é isso o que se tem de fazer. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA)

– Sr. Presidente, peço mais dois minutos para encerrar.

Agradeço o aparte do Senador Magno Malta. Realmente é difícil ver exibida em um comício metade da página de um jornal com a sua foto e seu adversário político usar esse jornal para enlamear a sua pessoa. Perante a família e os amigos, a situação é muito difícil, em se tratando de um homem que pautou sua vida com muita dignidade.

Em parte, estou satisfeito com a decisão da Justiça. Não pelo valor de R\$30 mil que o jornal vai me pagar – inclusive as palavras da juíza me isentam em tudo, dizendo que o jornal foi leviano em relação à minha pessoa –, mas por se tratar de uma sentença que posso, amanhã, deixar guardada para quem for fazer a história do País.

Agradeço mais uma vez o aparte de V. Ex^a. Aos Srs. Senadores que me ouviram afirmo que sofri muito com essa acusação, pois foi algo que nunca aconteceu e que eu sequer conhecia.

Sr. Presidente, agradeço pelo acréscimo de dois minutos e dou por encerrado o meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa é que lhe agradece e se solidariza com V. Ex^a, Senador João Alberto Souza.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, tendo em vista a permuta com o Senador João Alberto Souza.

Senador Alvaro Dias, V. Ex^a dispõe de dez minutos para fazer seu pronunciamento.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho falar do desencanto do povo.

E começo destacando matéria que vem de fora do País. O Jornal **El País** destaca, em manchete: “Brasil está desencantado com políticos”.

Leio algumas das expressões utilizadas na matéria:

O Brasil está vivendo um paradoxo. (...) A imagem transmitida para o exterior é de “entusiasmo, simpatia” diante de um momento econômico favorável; internamente, no entanto, reina o desencanto.

A alegria de quatro anos atrás, quando o país comemorava a vitória na Copa do Mundo e a chegada do Presidente Lula da Silva ao poder, contrasta com a apatia de hoje, escreve o correspondente do jornal no Rio de Janeiro, Juan Arias.

Ao longo dos últimos quatro anos, a ortodoxia econômica do governo petista fez a opinião pública entender que “as promessas de Lula de transformação do poder não tinham resposta concreta”. Quando apareceram os escândalos de corrupção “foram como um pesadelo nacional”. “Não há euforia”, diz o correspondente. O medo venceu a esperança.

O povo está apenas desencantado com seus governantes, conclui a matéria.

Sr. Presidente, trago também uma consulta da **Gazeta do Povo Online**, feita nas ruas de Curitiba, com cinquenta pessoas apenas – mas já é um sintoma –, sobretudo entre taxistas, comerciantes, estudantes, ambulantes e transeuntes, a maioria esmagadora afirma, simplesmente, não ter vontade de acompanhar a propaganda política. “Desligo a tevê”, “Tiro o som” e “Nem quero saber” são as respostas mais comuns. “A gente já sabe que é tudo mentira”, dizem outros.

Enfim, Sr. Presidente, todos nós que estamos em campanha, percorrendo as ruas do Brasil, sabemos que há uma tempestade de indignação varrendo o País. E não poderia ser diferente. Temos de concordar que só há lugar para revolta diante de tantos escândalos, os escândalos maiores da nossa história, que ocorreram nos últimos anos.

O Congresso Nacional é o mais enlameado, marcado pela corrupção. Mas se isso é verdade, Sr. Presidente, é verdade também que a corrupção teve origem no Poder Executivo, no Palácio do Planalto, onde se arquitetou um projeto de poder de longo prazo. A arrecadação de fundos para a sustentação desse projeto de poder foi a parte mais revoltante dessa arquitetura engendrada no Palácio do Planalto.

Instituiu-se a relação de promiscuidade do Executivo com o Legislativo, dando origem a mensalão, valeriodutos, sanguessugas, etc. É por isso, Sr. Presidente, que há, assim, essa revolta latente no seio da população brasileira.

Concedo, Senador Marcos Guerra, o aparte que V. Ex^a solicita.

O Sr. Marcos Guerra (PSDB – ES) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a citou um ponto com o qual, infelizmente, tenho de concordar: o desinteresse da população em assistir ao programa eleitoral. Quando mostram obras que não foram construídas, asfaltos que não foram feitos, segurança que não existe, anúncios do crescente número de empregos – constantemente divulgado – neste País, o que, na verdade, não acontece, a população se vê no direito de não acreditar em muitas coisas que são ditas e mostradas nos programas de televisão, principalmente no programa do PT. Infelizmente, Senador Alvaro Dias, só conhece o problema do desemprego quem não tem emprego. Muita gente que, neste momento, está me ouvindo e me assistindo está desempregada e sabe dos reais problemas. Hoje, alguns segmentos em nível nacional – uma meia dúzia – empregam mão-de-obra de forma intensiva e estão sofrendo muito com essa política implantada pelo Governo Federal. Senador, infelizmente, a população tem razão de não ter muito ânimo para assistir aos programas eleitorais, porque a TV, as fitas,

os vídeos, os DVDs e os papéis aceitam muitas coisas que são colocadas ali.

Muito obrigado, Senador Marcos Guerra, V. Ex^a ilustra o nosso pronunciamento com essas informações que traz também do seu Estado, o Espírito Santo.

Quando se fala em desemprego, o Dieese revela que temos 17% de desempregados e, entre os jovens, há mais de 25% de desempregados. E não poderia ser diferente, pois o nosso País cresce de forma irrisória, com um crescimento de 2,3%, que é festejado pelo Presidente da República.

O mundo cresce bastante, a economia mundial viveu um grande momento nos últimos anos e o Brasil conseguiu crescer mais do que o Haiti e é motivo de comemoração para o Presidente da República. Mas o Haiti o povo brasileiro conhece pelas imagens da televisão, onde mora a miséria, a pobreza, a violência e o infortúnio.

O que está acontecendo com o nosso País? O que estão fazendo com os sonhos e as esperanças da nossa gente? Como pode um país com tantos talentos, riquezas naturais, crescer tão pouco, sobretudo comparativamente aos países emergentes ou aos nossos vizinhos da América Latina? Só há uma justificativa, Sr. Presidente: a corrupção somada à incompetência administrativa. Isso é uma desgraça para o povo brasileiro.

O que fazer diante desse quadro de desencanto, de desesperança que se generaliza? Ora, Sr. Presidente, temos o dever de assumir compromissos de que trabalharemos para a construção de uma imagem nova sobre os escombros provocados por esses escândalos de corrupção que semearam revolta, indignação e desesperança. O que fazer? Buscar competência administrativa, honestidade, separar o joio do trigo, limpar a política do País para a idealização de um novo modelo político que possa dar sustentação às instituições públicas valorizadas, respeitadas, mais acreditadas pela população do Brasil e capazes de ressuscitar as esperanças que foram sepultadas pelos escândalos dos últimos tempos em nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Mesa é que agradece a V. Ex^a, Senador Alvaro Dias.

Para uma comunicação urgente, concedo a palavra ao Senador Magno Malta, intercalando-o entre os oradores inscritos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PL – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, não tive tempo para apartear a Senadora Íris de Araújo, que tratou, desta tribuna, de tema tão importante como a questão da educação infantil, do in-

vestimento nas crianças, da prevenção, com um aparte muito significativo da Senadora Heloísa Helena, que disse que o futuro de uma criança depende do que se coloca em suas mãos nos primeiros dez anos de vida: se for um lápis ou uma caneta, certamente o caminho será outro; se não houver essa chance e se a possibilidade for a de pegar em uma arma, certamente ela engrossará o exército daqueles que já fazem a violência, com o uso de drogas, com o tráfico de drogas, com o abuso de drogas. Estamos convivendo com essa violência no País há anos.

Eu gostaria de ter aparteado a Senadora, Sr. Presidente, porque tenho o prazer de trabalhar em uma instituição de recuperação de drogados, Senadora Heloísa Helena, há 25 anos, tirando gente drogada das ruas, das cadeias, crianças, adultos, bêbados. Aliás, Senador Romeu Tuma, o maior índice de reincidência, daqueles que saem e que voltam porque caíram, é de alcoólatras; não é dos dependentes de cocaína ou de qualquer outro tipo de droga. O alcoolismo é também uma grande desgraça para as famílias brasileiras.

É do alcoolismo, dizem as estatísticas, que se forma o grande exército de órfãos do Brasil. São acidentes de trânsito, são famílias que se desfazem – o pai vai embora para um lado; e a mãe, para o outro –, é o alcoolismo. E as famílias e as crianças começam a pagar. As crianças crescem sem a atenção do pai e da mãe. E o pior é que nascem de organismos drogados. Por conta do vício dos pais, os filhos pagam o preço já no nascimento.

No domingo próximo passado, lá na instituição, estávamos mandando de volta para casa alguns filhos de famílias que lá estavam para recebê-los. E uma das coisas mais importantes, Senadora Heloísa Helena, quando se dá a palavra a eles, no final de tudo, quando vão abraçar as famílias, retornando para casa com suas famílias, depois de quatro ou cinco meses de processo de reabilitação, de recuperação, é quando eles pedem perdão à mãe, ao pai, pelo mal causado a ambos e por terem abandonado a escola. A vontade do pai e da mãe, por mais simples que sejam e por mais relapsos que sejam, é a de que o filho tivesse ido para a escola, Senador Marcos Guerra. E ouvi a palavra, neste final de semana, de um deles, chorando e dizendo: “Mãe, quero lhe pedir perdão por todo o mal que lhe fiz, quero pedir perdão porque abandonei a escola, porque lhe fiz chorar”.

Então, é necessário, Senador Marcos Guerra, que tenhamos a visão de que a prevenção é muito mais importante que o processo curativo. Tudo que estamos fazendo é processo curativo, ou seja, receber no hospital aqueles que já estão quase no fim da vida, aqueles cuja família diz: “Olha, é sua última oportuni-

dade, ninguém o agüenta mais. Estou trazendo-o aqui, estou dando a última oportunidade, porque ninguém o agüenta mais. O sofrimento é muito grande. Ele começou a usar droga com 14 anos, com 16 anos. Acabou com a família. Destruíu tudo o que o pai tinha”.

É preciso investir em prevenção, e foi com essa visão que a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) foi criada. A Secretaria Nacional Antidrogas do País, Senadora Heloísa Helena – V. Ex^a é candidata à Presidência da República –, que é uma das Secretarias mais importantes do País, deveria estar diretamente ligada à questão da segurança pública, porque, quando se faz prevenção, trabalha-se com a redução da violência no seio da sociedade.

Senadora Heloísa Helena, a Lei nº 6.368 instituiu o estudo sobre drogas nas escolas do Brasil há mais de 30 anos – V. Ex^a, que é candidata a Presidente, deve analisar o assunto e discuti-lo –, mas nunca se instituíram estudos sobre drogas nas escolas brasileiras.

O que é o estudo sobre drogas na escola? Trata-se da questão moral, da questão familiar, da historicidade das drogas, dos seus malefícios físicos, psicológicos, morais e sociais. O caráter de um homem é desenvolvido de acordo com a informação que recebe; a deformidade é fruto da falta de informação. E, em relação ao vício, Senadora Heloísa Helena, o Brasil paga o preço da falta de informação.

Senador Guerra, se a lei, que existe há mais de 30 anos, houvesse sido colocada em vigor, certamente, hoje, já haveria duas gerações de pais de família que teriam recebido informações a respeito. Essas informações teriam servido para a formação dos seus filhos em casa. Mas eles não a receberam.

Portanto, observamos todo esse terror instalado na sociedade por causa do uso, do consumo e do tráfico de drogas e também por causa do consumo de drogas legalizadas – o álcool e o fumo – e vemos que as famílias pagam um preço.

Não é suficiente a atenção apenas das pessoas que estão diretamente envolvidas nessa questão, mas é importante o envolvimento dos religiosos; dos abnegados; dos bons samaritanos, daqueles que estendem a mão àquele que já acabou com a vida, que já bebeu tudo o que a família tinha, que já cheirou tudo o que possuía, que já fumou tudo o que a família conquistou, que desgraçou a vida, ou seja, o dependente. São necessários aqueles que estendem a mão ao dependente e aqueles que estendem a mão ao usuário de drogas.

Aliás, a nova lei antidroga que o Presidente Lula vai sancionar é muito ruim com relação ao usuário e ao dependente de drogas, porque não há punição nenhuma, absolutamente. Pode-se fumar. É como se

houvessem legalizado as drogas no Brasil. Pode-se fazer o que quiser, porque não há juiz no mundo que vai punir. É dado um corretivo, e, se o corretivo não valer, o juiz manda o cidadão prestar serviços comunitários ou pagar uma cesta básica. Mas se a pessoa não fizer nada disso, está tudo certo também, porque não há como prender o cidadão. Não está na lei. Sabe o que isso quer dizer, Senador Guerra? Que o traficante está morrendo de alegria, porque uma empresa só é forte quando o cliente dela é protegido. V. Ex^a é um grande empresário. O que é mais importante para V. Ex^a? São seus clientes. Se eles estão satisfeitos e protegidos, a indústria, a empresa cresce.

A indústria do tráfico vai crescer com essa lei, porque o usuário é o único responsável pela violência da sociedade. É o dinheiro do usuário que compra o coquetel molotov, que compra a arma, que paga o seqüestro, que paga o contrabando.

É preciso rever essa questão, para que possamos oferecer à sociedade dias melhores, por meio de uma legislação mais significativa e de quem esteja disposto, seja quem ganhar a eleição para a Presidência da República, a investir na Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), para fazer políticas de prevenção.

Em seguida, Sr. Presidente, deve-se investir em educação, chamando a atenção para a Lei nº 6.368, que institui, Senador Tuma – e V. Ex^a os conhece muito bem –, estudos sobre drogas nas escolas brasileiras. Essas aulas já podiam estar sendo ministradas há muitos anos, informando nossas crianças, informando nossos adolescentes, formando o caráter da criança pelo conhecimento adquirido sobre o vício. E aí já haveria pais de família – alguns até avós, porque alguns teriam recebido essas informações há 35 anos; é mais ou menos o tempo que a lei entrou em vigor –, hoje, com 55 anos; já poderiam passar para frente as orientações recebidas na escola.

Sr. Presidente, quero encerrar minha fala, agradecendo à Câmara Municipal de Juiz de Fora a moção de apoio que recebi, assinada pelo Presidente Vicente de Paula Oliveira, pelo Vice-Presidente Francisco Canalli e pela 2^a Vice-Presidente Rose França, nos seguintes termos:

A Câmara Municipal de Juiz de Fora, através de iniciativa da vereadora Rose França, confere esta moção de apoio ao Senador Magno Malta, como prova de confiança e respeito por seus serviços prestados à Nação brasileira, com dedicação e transparência.

Essa moção me emociona e me deixa feliz, Senador Tuma, neste momento em que estou vivendo.

Juntamente com a moção de apoio, Sr. Presidente, enviaram centenas de assinaturas de brasileiros daquela área de Minas Gerais, com telefones e com

endereços, no momento em que me vejo dentro de uma cova sem que nela eu tenha pedido para entrar.

A vontade permissiva de Deus existe, pois Deus está no controle de todas as coisas. A Bíblia diz que não cai um fio de cabelo da nossa cabeça sem que tenha havido autorização do Senhor. Se Deus permitiu que eu fosse jogado nesta cova, será Ele que vai ter de me tirar dela.

Numa situação como essa, um homem comum, que tem vergonha na cara, tem três caminhos a seguir: ou ele se suicida, porque tem vergonha – e é fácil entender por que um homem que tem vergonha tira sua vida; ou ele mata; ou ele confia em Deus. O meu caminho é confiar em Deus, só em Deus, porque Ele é justo Juiz, é meu Justificador. E confiar em Deus por quê? Porque a verdade está comigo.

Senador Guerra, quando ouvi essa história de máfia de ambulância, surpreendi-me, porque nunca coloquei uma emenda nesse sentido. Não há um registro de uma emenda minha no Orçamento da União para ambulância; não há uma emenda de minha autoria para favorecer Planam, que nem conheço – dela ouvi falar pelos jornais.

Quero agradecer, Senador Guerra – estes são os *e-mails* que recebi agora, na parte da tarde –, pelos milhares de *e-mails* que chegam do Brasil, de pessoas que não conheço. Alguns fazem questão de registrar sua fé, dizendo: “Não pratico sua fé. Sou do candomblé”. Outros dizem: “Sou kardecista, sou católico, sou ateu, mas acredito em V. Ex^a e lhe sou solidário. Conheço sua trajetória, sua história”.

Eu gostaria de ler o nome de todos, mas não posso. Às pessoas que me mandam *e-mail*, muito obrigado. Receba meu afeto e meu carinho o povo do nosso Estado do Espírito Santo, de norte a sul; de todos os recantos dos 78 Municípios, desde as pessoas mais simples aos mais letrados, que reiteram confiança na minha pessoa, na minha trajetória, na minha história. V. Ex^a sabe que não foi assim que construí minha vida e minha história. Minhas mãos continuam limpas.

Fico grato. Alguém me mandou um *e-mail* dizendo: “Eu gostaria que você dissesse exatamente isto: ‘Meu Brasil, grande Nação, Pátria sublime, quero verte, muito breve, ainda maior, combatendo a iniquidade, o vício, o crime, rendendo-se aos pés de Cristo, Salvador’”. Está aqui o que me veio num *e-mail*, tão bonito, tão significado e tão verdadeiro para a vida da Nação brasileira!

Agradeço a essas pessoas! Agradeço-lhes com muito carinho.

Algumas pessoas já me pediram: “Não fale mais nesse assunto, não; não toca mais nesse assunto, não!”. Mas como não tocar no assunto?!

Agora, o Senador João Alberto Souza vem à tribuna para falar da sua honra.

Observam-se tantos fatos inverídicos, tantas inverdades, tantas mentiras, com as quais procuram atingir a honra de um cidadão e sua história, com as quais tentam desmerecer uma vida. Como não falar, como não falar?!

Minha gratidão a todas essas pessoas! E meu alerta àqueles que estão disputando a eleição para a Presidência da República! Duas coisas precisam ser feitas: investimento na Senad, como política de segurança pública, e investimento em prevenção. Em segundo lugar, na área da educação, deve-se resgatar a Lei nº 6.368, que institui estudos sobre drogas nas escolas do Brasil, para que seja formada, a médio prazo, uma geração consciente do problema das drogas, do seu uso e abuso no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente!

Durante o discurso do Sr. Magno Malta, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Trocarei o horário com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O Senador Romeu Tuma está cedendo a palavra ao Senador Heráclito Fortes. S. Ex^a falará em seguida.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é muito bom que, na primeira fila, na falta de representantes do Governo, estejam três ex-petistas empedernidos e convictos: dois Deputados e uma Senadora que trocaram de Partido porque cometeram o pecado de continuar pensando, agora, como pensavam no início de suas vidas públicas.

Meu caro Presidente, eu queria falar dos dois “brasis” que o PT vive: o PT que trabalha e o PT que festeja.

A imprensa, hoje, publica uma matéria em que diz que a Volkswagen poderá fechar a fábrica do ABC paulista.

Senador Tuma, essa conversa já vem sendo tratada há alguns dias.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Há meses.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Meses. Nós não ouvimos, aqui, o dito, o vulgo Partido dos Trabalhadores levantar uma voz sequer sobre essa

questão. Muito pelo contrário. Fez com a Volkswagen a mesma coisa que fez com o governo da Bolívia. No caso da Bolívia, perdoou dívidas, mandou aviões usados, deu crédito de confiança ao novo governo e este, ao assumir, chicote no Brasil. E o Brasil, desmoralizado. Aqui, a mesma coisa.

Colocou linha de crédito do BNDES, Senador Antonio Carlos Magalhães, à disposição da Volkswagen, sem nenhuma contrapartida, e a empresa, agora, ameaça demitir pelo menos três mil pessoas.

No mesmo dia, Senador Marco Maciel, na **Folha de S.Paulo**, o jornalista Guilherme Barros publicou uma matéria sobre o outro PT: “Furlan reúne pesos pesados para jantar em casa com Lula.” Imagine o vinho que se tomará e a comida que será consumida. Os assuntos tratados, evidentemente, serão relativos mais aos interesses eleitorais próximos que aos interesses desta Nação.

Há uma lista dos ilustres convidados, os comensais de Lula, o trabalhador, para esse jantar de patrões, que devem tratar os seus empregados, colegas de Lula, de maneira exemplar. Aí é bonito. Veja bem: Marcio Cypriano, presidente da Febraban e do Bradesco; Emílio Odebrecht, da empresa que leva o seu nome; Rogério Agnelli, da Vale do Rio Doce; Horacio Lafer Piva, da Klabin; Carlos Ermírio de Moraes, da Votorantim; David Feffer, da Suzano; Cledorvino Bellini, da Fiat; José Armando de Figueiredo Campos, da CST; Paulo Burtoni, do Sindipeças; Carlos Alberto Vieira, da Aracruz; e José Antônio Martins, da Marcopolo.

Veja, Sr^a Senadora Heloísa Helena, quem lá estará também: Hans-Christian Maergner, Presidente da Volkswagen, que, durante o dia, em seu expediente, demite trabalhadores e, à noite, confraterniza-se com o Presidente da República. É esse o Partido dos Trabalhadores. É essa a cabeça do Presidente, que, naturalmente, aqui repetirá a “Carta aos brasileiros”, há quatro anos produzida. Naquele momento, deu garantias aos bancos de que os lucros continuariam como estavam e disse-lhes que ficassem tranquilos porque, no Brasil, nada mudaria.

Honrou o compromisso: foi buscar, para a Presidência do Banco Central, o Dr. Henrique Meirelles, tucano, da mesma linha dos Ministros que o PT combatia em praça pública. Aliás, até o compromisso assumido por Meirelles de pagar adiantadamente a dívida com o FMI foi honrado.

Esse é o PT que tentamos entender mas não conseguimos.

Sr. Senador, Antonio Carlos Magalhães, no Piauí, existe um ditado que diz que cachorro mordido por cobra corre com medo de língua. No PT não é assim.

Na eleição passada, o Sr. Duda Mendonça, na euforia quero crer que não de uma vitória já assegurada, mas de enormes contratos conquistados – e que, depois, o Brasil soube em que circunstâncias –, criativo na maneira de vender um mau produto como algo excelente, fez do Senhor Lula Presidente da República.

Comemoraram, segundo a imprensa local, no mais caro restaurante do Rio de Janeiro. Lá, tomaram uma garrafa de vinho Romanée-Conti. Nada demais. Ganhando em dólar, por dentro e por fora, para fazer do candidato a Presidente um bom produto, que maldade havia, Sr. Presidente, em o Sr. Duda Mendonça tomar um inofensivo Romanée-Conti, que, evidentemente não é o mesmo vinho que os trabalhadores do Brasil bebem?

Zero, zero por cento, Senador Saturnino, dos trabalhadores brasileiros tiveram sequer a oportunidade de ver um rótulo desse difícil produto.

A revista **Veja**, como se comemorando o aniversário de quatro anos desse episódio, noticiou que o Ministro Gushiken, no Magari, restaurante chique de São Paulo – parece que é o mais careiro da cidade no momento –, juntamente com um empresário do setor de comunicação, tomou uma garrafa de Grand Vin de Château Latour, safra 1994, e, depois, fumou um charuto. Disse que a conta foi de R\$3,5 mil, mas o que representa esse valor para o Sr. Gushiken? Nada.

Fiquei preocupado menos com o gasto e mais com o Gushiken. Homem discreto, hoje é terça-feira e ele não desmentiu a notícia, mas a minha preocupação maior é com a sua saúde. Lembro-me que, antes de depor na CPMI do Banestado, funcionários do Palácio procuraram nossos gabinetes para nos prevenir quanto ao risco daquele depoimento, porque a saúde do então todo poderoso porta-voz estava a merecer cuidados.

Acredito que ele esteja fazendo extravagância e não sei o que lhe causa maior mal, se o charuto ou o vinho. De qualquer maneira, ele precisa ter mais cuidado com a saúde e não se deve expor tomando vinho com esse preço, porque, meu caro Presidente, tanto faz beber o famoso vinho Dom Bosco, produzido na serra gaúcha, como o Romanée-Conti ou o Latour. O mal para a saúde é o mesmo. Mas, o que fica ruim aqui é o exemplo. A Revista – não sei se não teve acesso – não detalha quem foi o seu companheiro de noitada; diz apenas ser o diretor de uma empresa de comunicação.

Senador Roberto Saturnino, o que é uma empresa de comunicação? Será uma televisão? Será uma empresa de publicidade? Será alguém que tenha conta no Governo? Será alguém a quem o Governo deve? É algo curioso.

Tenho o Sr. Gushiken na conta de uma pessoa séria, manda no Governo, tanto é que o Lula, num ato falho, disse que todos os envolvidos nos escândalos recentes haviam sido demitidos, menos ele; apenas rebaixado de posto por questões estratégicas, mas continua lá, mandando. Acho eu que o seu lugar está meio comprometido, não por falta de competência, mas porque o PT mudou de cabeça: coloca o Gushiken para tratar de assuntos estratégicos, e o Senador Sibá Machado, esta semana, Senador Antonio Carlos Magalhães, veio falar da estratégia escolhida para o Brasil nos próximos 20 anos e elaborada pela CIA, a mesma a que eles tinham horror quando estavam na Oposição, inclusive pichavam nas paredes “Fora americanos!”, aquela verdadeira paranóia. Ontem, ouvimos uma aula da história da colonização do nosso mundo: como se chegou no Brasil, como os europeus dominaram o planeta, sempre sob a visão estratégica do americano. Americano com quem o Partido dos Trabalhadores faz constantes parcerias, ora para pagar dívidas, ora para comungar com os seus pensamentos.

Senador Antonio Carlos Magalhães, na ocasião, V. Ex^a não estava aqui, infelizmente, até pedi ao Líder do Governo que falasse baixinho para que Fidel Castro não ouvisse, porque se Fidel Castro souber que o Governo do PT está se baseando em relatório da CIA para projetar o futuro do Brasil, não vai ficar satisfeito.

O Sr. Chávez, truculento como é e raivoso, vai esconjurar o parceiro e não deixará fazer aquele gasoduto, que é comparável, pelo Presidente da República, às Muralhas da China. Esse é o PT da ilusão; o outro é o PT do desprezo ao trabalhador.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA. Fora do microfone) E o da corrupção?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É a união dos dois pensamentos. É o resultado disso tudo, Senador Antonio Carlos Magalhães. É o produto. É o que assiste à demissão do trabalhador durante o dia, o assalariado; e é o que se confraterniza nos restaurantes caros do Brasil afora, tomando vinhos dessa natureza. Aliás, disseram-me que há ex-Ministros que estão por aí a ostentar bom gosto e finura nos restaurantes do País, tomando vinhos bem mais caros e mais sofisticados. Vai ver que é doação e generosidade dos amigos!

Uma vez, a minha assessora de imprensa, a Letícia, que está aqui, disse-me que eu era preconceituoso quando eu comecei a ver que o PT estava mudando os costumes. Antigamente, vestiam-se na Casa Colombo; ao tomar posse, passaram, todos, a se vestirem no Ricardo Almeida. Em Brasília, era o Hotel Torre – quem mora em Brasília se lembra –: era aquele restaurante árabe, que era freqüentado de

manhã, de tarde e de noite e um outro na Asa Norte, que servia comida a quilo. Fundaram o Porcão. E o Porcão passou a ser o quartel-general. O Hotel Torre foi abandonado. E, hoje, são os donos do Blue Tree. Para se hospedar no Blue Tree, alguém que venha de fora, Senadora Heloísa Helena,...

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL. Fora do microfone) Não quero saber deste Blue Tree!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sei que V. Ex^a é traumatizada por eventos ocorridos no Blue Tree.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL. Fora do microfone) Completamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Foi lá o seu patíbulo; foi lá onde V. Ex^a foi para a força do Partido dos Trabalhadores! Foi lá! Comemorado com uísque – aquele com selo azul, Johnnie Walker de não sei quantos anos. Mas como tudo que não é feito com naturalidade, meu caro Deputado Ivan Valente, é malfeito, colocaram o guaraná – o guaraná é uma bebida genuinamente brasileira, saborosa – separado; o guaraná separado do uísque. Mas não misture porque não dá rima. Todos estavam lá, foram fotografados, porque no dia seguinte a cabeça de Heloísa Helena iria rolar. Foi a última vez que alguém foi condenado pelo Conselho de Ética do seu ex-Partido, Deputado Valente, por questões ideológicas! Por corrupção, não! Ninguém foi julgado; foram protegidos.

Deputado Valente, há quatro anos, V. Ex^a estava naquele comício, em São Paulo, quando Lula condenou a corrupção e disse que, no palanque dele ladrão não subia? Todo mundo acreditou... Todo mundo acreditou...

No entanto, há uma pessoa, Senador Marco Maciel, neste País, que merece uma estátua: é o Waldomiro Diniz! O primeiro, o pioneiro a quebrar todas aquelas verdades pregadas. Não foi punido. Demos até um crédito de confiança aqui, achando que aquilo era um erro de percurso, e que Waldomiro era uma ovelha negra no meio daquele bando de cordeirinhos, branquinhos que iam a caminho do céu. O Governo brasileiro era apenas o estágio. Mas não. Não foi punido. E hoje Lula está para cantar aquela música popular, que fez muito sucesso no ano passado – pena que a Líder não esteja aqui, pois é S. Ex^a quem canta, eu não canto–: “Se gritar pega ladrão...” Amanhã, ela continua.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romeu Tuma, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Presidente.

Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, gostaria de transmitir aos meus nobres Pares idéias e informações a respeito da presente conjuntura criminal, orientada para angustiar a sociedade brasileira e corroer os fundamentos do Estado democrático de direito. Refiro-me à criminalidade desenfreada, em especial ao crime organizado, que intenta demolir a cidadania, graças a uma posição de mando alcançada no interior e através das cadeias. Posição que permite a calejados facínoras – menos de 0,5% da população carcerária – comandarem, da cela, ações subversivas e terroristas de assecclas, nas ruas, com atentados à vida de agentes públicos e a bens das esferas estatal e particular.

As senhoras e os senhores podem ter lido que facções criminosas mais conhecidas (Comando Vermelho – CV, no Rio de Janeiro, e Primeiro Comando da Capital, famoso e famigerado PCC, em São Paulo) estruturaram-se a partir de um erro tático ocorrido no combate ao terrorismo político nas décadas de 60 e 70. Pois, é verdade! Então, principalmente no presídio de Ilha Grande, no Estado do Rio, permitiu-se promiscuidade entre os presos oriundos de organizações subversivas clandestinas e os chamados criminosos “comuns”. Com isso, bandidos absorveram ensinamentos sobre táticas de guerrilhas urbanas e aprenderam a importância da organização. Assim, nasceu a Falange Vermelha, depois rebatizada de Comando Vermelho e que serviu de modelo às demais facções criminosas.

A chamada “luta armada” agonizava. Alguém percebeu como poderia ser vantajosa a substituição da “guerrilha urbana” política pela criminalidade “comum”, principalmente devido à inexistência de vínculos diretos entre aquelas organizações clandestinas e os bandidos que iriam praticar os crimes ao acaso. Esses delitos teriam os mesmos efeitos do terrorismo organizado, mas a repressão policial seria mais difícil e sem riscos para os ocultos beneficiários do terror. Surgiu, dessa maneira, uma simbiose criminal, em função das possibilidades de atemorizar cidadãos ordeiros e desacreditar instituições para extorquir benefícios carcerários e processuais. Devido ao componente político, tal simbiose conseguiu subverter e degenerar o sistema jurídico-penal.

Existia então um movimento internacional, muito forte na Europa, denominado “Nova Criminologia”. Seu ideário marxista-leninista incluía a extinção das penas privativas de liberdade de origem “burguesa”, objetivo oportunista e totalmente utópico. Os novos criminólogos pregavam a abolição das leis penais, apresentando-as como recurso maldoso das elites para silenciar outras classes. Na chamada “luta de classes”, a prisão seria o castigo reservado aos pobres renitentes, revoltados

com a vida miserável e capazes de pegar em armas para despojar e resistir aos opressores.

Assim, as sociedades “burguesas” oprimiriam com a força da lei as pessoas que considerassem insurgentes. Como se fosse possível admitir, por exemplo, que matar alguém deixa de ser crime em algum lugar do mundo ou não receba a maior pena existente em qualquer sistema penal, inclusive no socialista. Ou ainda considerar pobreza como sinônimo de criminalidade.

Na verdade, a “Nova Criminologia” funcionava como linha-auxiliar dos terroristas italianos das Brigadas Vermelhas, alemães da Bader Meinhof e até dos japoneses da Facção do Exército Vermelho. Mercenários de potências hegemônicas, eles espalhavam-se pela maioria dos países ocidentais. Ansiavam pela derrubada dos arcabouços jurídicos nacionais que a eles se contrapunham. A seu ver, elidir as leis penais significava meio caminho para a revolução comunista e a tomada do poder.

Sem conseguir concretizar essa quimera, os neocriminólogos contentaram-se com o paulatino enfraquecimento dos sistemas criminais. Nesse afã, olvidaram as palavras “fazer justiça”. Fizeram triunfar suas aberrações jurídicas graças a poderosas máquinas partidárias de propaganda, informação e convencimento. Seqüelas dessa insanidade são o que vemos hoje, trinta anos depois.

Herdeiros do pensamento distorcido pela dialética do materialismo histórico ganharam projeção e fizeram escola no Brasil, como se vivêssemos no cenário de Tolstói, de Dostoiévski ou Gorki. Virou modismo e de bom-tom transformar criminosos em vítimas e responsabilizar estas pelo próprio infortúnio. Chegou-se a criar uma pseudociência, batizada de “Vitimologia”, rapidamente absorvida por juristas de renome e governantes. Ficou definida nos dicionários como “teoria que tende a justificar um crime pelas atitudes com que a vítima como que a motiva”.

Neocriminólogos brasileiros disseminaram a imagem do delinqüente “comum” como “rebelde sem causa”, merecedor de apoio e carinho. Um herói romântico, forçado a roubar, matar, seqüestrar, traficar drogas para sobreviver. É que, diante do fracasso da “luta armada” para mudar o regime, seus mentores optaram pela caminhada revolucionária alternativa – um neoterrorismo – através da supressão do caráter punitivo das penas. Acreditaram que a revolução popular eclodiria fatalmente, caso se generalizasse a impunidade. Para tanto, as punições criminais precisaram ser reduzidas à simples ressocialização por meio da reeducação de quem delinqüísse. E, por isso, passaram a exaltar tudo o que pudesse ser considerado apenas como caráter ressocializante e educativo das penas.

O castigo penal caiu no esquecimento ou no desuso até para garantir a disciplina entre facínoras encarcerados. Chega a ser constrangedor e fora de moda invocá-lo agora. Deram-lhe aroma de vingança. Quanto à Justiça e à prevenção do crime, que se danem!

Sem o espectro da punição, desapareceria o temor penal desestimulante da criminalidade. Por consequência, segundo a análise dos mentores encobertos, uma escalada de violência inaudita, agravada pelo incremento da corrupção de agentes públicos, irradiaria sentimento de injustiça e revolta no seio do povo. Desmoralizaria autoridades e instituições democráticas por elas representadas. As gritantes diferenças sociais, agravadas pela má distribuição de renda, baixa escolaridade, deprimente assistência médico-odonto-lógica-hospitalar, carência de lideranças políticas autênticas, vergonhosa sangria dos dinheiros públicos e o imobilismo do arcaico e detestável sistema prisional brasileiro fariam o resto. O regime político viria abaixo, Sr. Presidente.

Paralelamente, uma grande limitação, inexistente em meio às hostes neoterroristas, comprometeria a autodefesa democrática. Sim, porque é da essência de nossa democracia o respeito incondicional aos princípios declarados em cláusulas pétreas da Constituição. Repudiá-los significa morte. Aliás, a atual afronta terrorista ao Estado objetiva instigar esse rompimento institucional, Senador, Presidente da República, que aqui se encontra entre nós.

Para neocriminólogos, ética democrática e piedade são coisas de “sociedade burguesa” desprezadas por seus protegidos, os malfeitores. Mas, por questão de princípio, o governo democrático sempre estará obrigado a punir exemplarmente autoridades e agentes que desrespeitem direitos individuais de criminosos.

Eis, portanto, o perigoso paradoxo: a democracia capitalista combate em duas frentes, isto é, precisa reprimir tanto os que a estejam sufocando, quanto os que extrapolem sua autodefesa legal.

Na estratégia diabólica do “terrorismo sem terrorista”, o grande cavalo de Tróia foi a Lei de Execução Penal, secundada pelos Códigos Penal e de Processo Penal. Do seu bojo, saem decisões judiciais que diluem a já diminuta capacidade de dissuasão dessas leis. Tornam-se quase inócuas devido a um sem-número de benefícios carcerários e processuais.

Juristas e parlamentares desavisados ou comprometidos entregaram-se ao mister de demolir o sentido punitivo dessas leis. Eles acabaram por esquecer que, na outra ponta, estão as vítimas sedentas de justiça e uma sociedade acuada pela dificuldade em desestimular práticas delituosas.

No passado, a dúvida sempre beneficiou o réu até sua absolvição, porém, agora, tudo é desculpa para ajudá-lo antes e depois da condenação. Configuram-se aberrações que chegam a eivar uma das mais belas páginas escritas pela humanidade, isto é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Faço minhas as palavras do Desembargador Álvaro Lazzarini, do Judiciário paulista, que diagnosticou uma “terceira vertente” na criminalidade, dizendo-a não mais restrita “aos malformados da teoria de Lombroso nem às vítimas do modelo econômico, os desvalidos, que, aliás, continuam a aumentar”. O insigne magistrado assinala que “o bandidismo mudou seu perfil e formou uma nova classe social”, lastreada na destruição de valores sociais, familiares e morais operada nas duas décadas anteriores, para ressaltar:

“Trata-se agora de uma terceira categoria: os deformados morais que acreditam ter o ‘direito’ de atacar os demais cidadãos, roubando-lhes os bens e tirando-lhes a vida, como bem entenderem. Eles se baseiam no que a mídia lhes ensinou. Já que ninguém presta, todos, em tese, são bandidos. (...) Essa nova classe de bandidos, ao contrário de antigamente, tem hoje o apoio dos seus familiares, que também foram convencidos pela mídia de que ninguém presta. Antes, o filho ladrão era até mesmo renegado e posto fora de casa pela família. Hoje basta ir aos presídios para verificar as multidões que ali acorrem para dar seu apoio moral aos presos e, quem sabe, levar-lhes informações e outros ‘meios’. Estranhamente, essas multidões não são encontradas nas portas dos asilos e dos hospitais.”

Concordo ainda com o desembargador quando afirma que a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) tornou-se “tão benevolente que beira a irresponsabilidade”.

O inigualável Jô Soares costuma qualificar o que se passa no Brasil de forma jocosa, mas realista.

É impossível, a esta altura, abstrair algum provável exagero, quando o vemos afirmar: “A corrupção não é invenção brasileira, mas a impunidade é uma coisa muito nossa”.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a simbiose iniciada na Ilha Grande cresceu e frutificou. Para perceber a sua atual pujança, basta observar o comportamento de alguns conhecidos próceres políticos. Com semblante angelical ou irado – conforme as circunstâncias –, chegam a dormir em portas de cadeia para prestigiar bandidos da pior espécie, sem sequer se atreverem a visitar as famílias infelicitadas por eles.

Mais fácil ainda é compreender a extensão do problema quando lembramos, por exemplo, que o traficante Fernandinho Beira-Mar foi capturado nas sel-

vas colombianas, onde se transformara em sócio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. As Farc praticam o narcoterrorismo prognosticado pelo antigo chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar, que proclamou ser a cocaína uma “bomba atômica” ao dispor dos guerrilheiros latino-americanos para financiá-los com bilhões de dólares e deteriorar as sociedades democráticas existentes ao redor.

Sr. Presidente, sei que meu tempo está-se esgotando, mas quero cumprimentar a Senadora Heloísa Helena e agradecer a S. Ex^a os depoimentos no seu trabalho de campanha pela Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a pode concluir, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu pediria a V. Ex^a que permitisse a leitura total. É algo muito importante, Sr. Presidente. Faço um apelo, Senadora Heloísa Helena, para que os outros candidatos imitem V. Ex^a. Quando se fala em segurança pública nas propagandas eleitorais, faz-se uma terrível mistura; os candidatos mais divergem para um ataque pessoal do que propriamente para a busca da solução. Há uma coisa que não podemos esquecer, e à qual V. Ex^a tem-se referido: a figura do policial. Apelo aos outros candidatos para que observem isto: o policial é homem de bem, digno, e merece nosso respeito, nossa confiança. Ultimamente, ele tem sido relegado a segundo plano, como se fosse um ser qualquer e não tivesse a capacidade de entregar a própria vida em defesa do cidadão. Os policiais são relegados a um salário ínfimo em relação a outras atividades de Estado; são relegados à falta de condições para enfrentar o crime organizado, que vem crescendo dia a dia; são postos como alvos da marginalidade, para serem mortos na porta de suas casas – quando não têm alvejado o filho ou a esposa.

Não podemos esquecer que, atrás de cada arma, no interior de cada viatura policial, há alguém que vai nos defender. Que os corruptos sejam punidos permanentemente! Mas aqueles que abraçam essa profissão por vocação têm de ser tratados com respeito. Penso que os candidatos têm de referir-se aos policiais com respeito; têm de dar-lhes melhor organização em defesa da sociedade e meios para que desenvolvam bem seu trabalho. Não adianta dizer que vão colocar as Forças Armadas nas ruas. Meu Deus do céu! Eu vou dar o rio Tietê para a Marinha patrulhar? Eu vou dizer para a Aeronáutica pilotar as favelas ou os morros do Rio de Janeiro? O Exército vai tomar conta da criminalidade urbana, e a Polícia vai recolher-se dentro dos quartéis ou das delegacias? Isso é loucura, Senadora! V. Ex^a está correta no seu diagnóstico, no sentido de que precisamos dar os meios corretos, decentes,

para que os policiais possam, realmente, corresponder à expectativa da própria vocação, que é a alma e o coração em defesa da sociedade.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a está tocando em um ponto importantíssimo, que é o lado humano de toda essa problemática: o abandono do policial. O policial brasileiro, hoje, é tratado de forma completamente diferente do que era nos meus tempos de infância e juventude, quando havia, por parte da população, um profundo respeito. Só a passagem de um carro-patrolha impunha respeito; a população tinha admiração por aquele momento. V. Ex^a tocou em um ponto importantíssimo com relação à habitação do policial. Na minha infância, existiam as vilas militares, os locais onde os policiais ficavam agrupados, convivendo com famílias do mesmo nível, do mesmo padrão. Hoje, em função dos salários praticados, os policiais são obrigados a conviver, lado a lado, com os favelados. Esses são os seus vizinhos. E, quando os vizinhos são marginais, a situação se agrava: é a filha que namora o vizinho, que é bandido; é a ameaça na sua entrada em casa e na sua saída; é a visualização dos seus hábitos cotidianos, que ficam à mercê da espreita de todos aqueles marginais que o cercam. Então, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento, principalmente no tocante ao lado humano que envolve a situação do policial brasileiro no presente momento. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Roberto Cavalcanti, agradeço a V. Ex^a. Recordo-me de situações inusitadas, como a do policial que mora na favela, a que V. Ex^a bem se referiu, Senador Marcos Guerra. A esposa, Senador Heráclito Fortes, Senador Marco Maciel, é obrigada a lavar a roupa do marido na pia e secá-la atrás da geladeira, porque não pode pendurá-la no varal. Se algum membro do PCC ou do Comando Vermelho identifica onde mora um policial, ou sua casa é queimada ou ele é morto na primeira oportunidade. É a degradação da atividade policial.

No meu tempo, isso era mais difícil acontecer: o policial era respeitado, o bandido tinha medo da Polícia. Ela, hoje, se obriga a submergir pela onda de proteção que a marginalidade tem.

Ouvi uma discussão muito clara, neste final de semana, em que se dizia que a pena não pode ser um castigo. Como não pode ser um castigo? O que é a pena? Ressocialização? Mas o marginal que pratica um crime grave vai para a cadeia como um castigo por ter violentado a sociedade. Então, não se pode

tentar desvirtuar a razão essencial da pena. Temos, realmente, de estudar penas alternativas, buscá-las para os crimes de baixa periculosidade, e enfrentar a segurança com o respeito que ela merece.

Ouçó V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, como faz habitualmente, traz à consideração da Casa tema não somente de grande atualidade, mas também de grande significação para o nosso País: o problema da violência e, de modo especial, da violência urbana. Dentro desse quadro, V. Ex^a salienta o papel do policial, que deve ser cada vez mais realçado e reconhecido, sobretudo porque sua função, como agente da sociedade, é a de proteger a vida do cidadão, mais do que isso, a vida e o patrimônio – o privado e o público. Daí por que transmito a V. Ex^a meus cumprimentos pela abordagem que está fazendo. Espero que as suas palavras sejam ouvidas não somente pelo Poder Executivo Federal e por todos aqueles que se interessam, em nosso País, pela melhoria da prestação dos serviços de segurança pública, quer no plano federal, quer no plano dos Estados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço, Senador Marco Maciel. Sou testemunha de que V. Ex^a, na Vice-Presidência, sempre viu com simpatia todo o esforço no sentido da busca de respeitabilidade e de meios para melhorar a atividade policial.

Ouçó V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena. Peço desculpas, Sr. Presidente, e mais um minuto para o aparte de Sr. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Tuma, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Sei que não é a primeira vez, certamente milhares de vezes V. Ex^a já foi à tribuna falar do tema, fez apelos, apresentou proposições concretas... O mais doloroso para mim no debate sobre segurança pública é que ele acabou sendo centralizado em São Paulo quando sabemos que o problema da segurança pública e do sistema prisional brasileiro acontece em todo o Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Hoje, existe uma disputa inconseqüente, eleitoreira e demagógica entre o PT e o PSDB. Os dois Partidos têm a obrigação de, humildemente, reconhecer a irresponsabilidade que patrocinaram, ao longo dos últimos doze anos, na área de segurança pública. E o mais doloroso é que, há dois anos e meio, como sabe V. Ex^a, todos os secretários de segurança pública ou defesa social do Brasil e todos os dirigentes do sistema prisional brasileiro encaminharam à Secretaria Nacional de Segurança Pública, ao Ministério da Justiça, um diagnóstico absolutamente preciso dos principais problemas e das alternativas concretas

a curto, médio e longo prazo para tentar solucioná-los – e aí vai desde um sistema único de segurança, um piso salarial digno para os Policiais Cíveis e Militares... Há um cadastro dos mais de 360 mil encarcerados do Brasil, pelo crime cometido, pelo grau de periculosidade. Todos nós sabemos qual a situação de jovens ou mulheres e homens que estão em regime aberto, semi-aberto ou fechado, que estão nas delegacias ou no sistema penitenciário. Todo mundo sabe – é proposta de V. Ex^a, minha e de vários outros – o que se pode fazer para garantir o monitoramento, vinte e quatro horas por dia, dos chefões do crime organizado, que estão se aproveitando dos campos de concentração de pobres, que são muitos dos presídios brasileiros, e manipulando essas pessoas. Então, não é possível, não é possível que só o Presidente da República não saiba exatamente o que está acontecendo no Brasil. O mais triste é que, se fosse uma situação que ninguém conhecesse com precisão e alguém tivesse de fazer todo o diagnóstico e uma pesquisa a fim de identificar todos os problemas, ainda haveria razão para tanta irresponsabilidade e inoperância. O mais doloroso é que todas as pessoas têm, com exatidão técnica, o diagnóstico preciso do sistema prisional, do aparato de segurança pública. Não vou nem falar das políticas sociais, que, como sabemos V. Ex^a, a Senadora Patrícia, eu – todos falam sobre esse assunto –, diminuam o risco de que nossas crianças e jovens sejam arrastados para a marginalidade. Mas, além disso, o que pode ser feito hoje? O que pode ser feito agora? Realmente, fico impressionada com tanta incompetência, irresponsabilidade e insensibilidade com que está sendo tratada a área de segurança pública. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a não pelo pronunciamento, mas pelo compromisso de vários pronunciamentos, de várias propostas e sugestões feitas por V. Ex^a nestes oito anos em que tenho a oportunidade de conviver com V. Ex^a no Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena. Peço a Deus que ande sempre ao seu lado para que V. Ex^a possa, nessa progressão, fazer com que todos sintam que há solução, que depende – essa questão de vontade política, para mim, é meio confusa – da vontade férrea de querer trazer tranqüilidade à sociedade. Esta angústia, este sofrimento tem que acabar: o medo tomando conta das famílias de bem e o bandido rindo, tranqüilamente, sem nenhuma preocupação de ser molestado por uma autoridade. É o fim do mundo!

Que Deus a abençoe, Senadora!

Muito obrigado a todos os que me apartearam.

Sr. Presidente, peço à Presidência que publique na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, preciso transmitir aos meus nobres Pares idéias e informações a respeito da presente conjuntura criminal, orientada para angustiar a sociedade brasileira e corroer os fundamentos do Estado democrático de direito.

Refiro-me à criminalidade desenfreada, em especial ao crime organizado, que intenta demolir a cidadania graças a uma posição de mando alcançada no interior e através das cadeias. Posição que permite a calejados facínoras – menos de 0,5% da população carcerária – comandarem da cela ações subversivo-terroristas de asseclas nas ruas, com atentados à vida de agentes públicos e a bens das esferas estatal e particular.

As senhoras e os senhores podem ter lido que as facções criminosas mais conhecidas (Comando Vermelho – CV, no Rio de Janeiro, e Primeiro Comando da Capital – PCC, em São Paulo) estruturaram-se a partir de um erro tático ocorrido no combate ao terrorismo político das décadas de 60 e 70. Pois é verdade! Então, principalmente no presídio da Ilha Grande, no Estado do Rio, permitiu-se promiscuidade entre os presos oriundos de organizações subversivas clandestinas e os chamados criminosos “comuns”. Com isso, bandidos absorveram ensinamentos sobre táticas de guerrilha urbana e aprenderam a importância da organização. Assim nasceu a Falange Vermelha, depois rebatizada de Comando Vermelho e que serviu de modelo às demais facções criminosas.

A chamada “luta armada” agonizava. Alguém percebeu como poderia ser vantajosa a substituição da “guerrilha urbana” política pela criminalidade “comum”, principalmente devido à inexistência de vínculos diretos entre aquelas organizações clandestinas e os bandidos que iriam praticar os crimes ao acaso. Esses delitos teriam os mesmos efeitos do terrorismo organizado, mas a repressão policial seria mais difícil e sem riscos para os ocultos beneficiários do terror. Surgiu dessa maneira uma simbiose criminal, em função das possibilidades de atemorizar cidadãos ordeiros e desacreditar instituições para extorquir benefícios carcerários e processuais. Devido ao componente político, tal simbiose conseguiu subverter e degenerar o sistema jurídico-penal.

Existia então um movimento internacional, muito forte na Europa, denominado “Nova Criminologia”. Seu ideário marxista-leninista incluía a extinção das penas privativas de liberdade de origem “burguesa”, objetivo oportunista e totalmente utópico. Os novos criminólogos

pregavam a abolição das leis penais, apresentando-as como recurso maldoso das elites para silenciar outras classes. Na chamada “luta de classes”, a prisão seria o castigo reservado aos pobres renitentes, revoltados com a vida miserável e capazes de pegar em armas para despojar e resistir aos opressores.

Assim, as sociedades “burguesas” oprimiriam com a força da lei as pessoas que considerassem insurgentes. Como se fosse possível admitir, por exemplo, que matar alguém deixa de ser crime em algum lugar do mundo ou não receba a maior pena existente em qualquer sistema penal, inclusive no socialista. Ou ainda considerar pobreza como sinônimo de criminalidade.

Na verdade, a “Nova Criminologia” funcionava como linha-auxiliar dos terroristas italianos das Brigadas Vermelhas, alemães da Bader Meinhof e até dos japoneses da Facção do Exército Vermelho. Mercenários de potências hegemônicas, eles espalhavam-se pela maioria dos países ocidentais. Ansiavam pela derrubada dos arcabouços jurídicos nacionais que a eles se contrapunham. A seu ver, elidir as leis penais significava meio caminho para a revolução comunista e a tomada do poder.

Sem conseguir concretizar essa quimera, os neocriminólogos contentaram-se com o paulatino enfraquecimento dos sistemas criminais. Nesse afã, olvidaram as palavras “fazer justiça”. Fizeram triunfar suas aberrações jurídicas graças a poderosas máquinas partidárias de propaganda, informação e convencimento. Seqüelas dessa insanidade são o que vemos hoje, trinta anos depois.

Herdeiros do pensamento distorcido pela dialética do materialismo histórico ganharam projeção e fizeram escola no Brasil, como se vivêssemos no cenário de Tolstói, de Dostoiévski ou Gorki. Virou modismo e de bom-tom transformar criminosos em vítimas e responsabilizar estas pelo próprio infortúnio. Chegou-se a criar uma pseudociência, batizada de “Vitimologia”, rapidamente absorvida por juristas de renome e governantes. Ficou definida nos dicionários como “teoria que tende a justificar um crime pelas atitudes com que a vítima como que a motiva”.

Neocriminólogos brasileiros disseminaram a imagem do delinqüente “comum” como “rebelde sem causa”, merecedor de apoio e carinho. Um herói romântico, forçado a roubar, matar, seqüestrar, traficar drogas para sobreviver. É que, diante do fracasso da “luta armada” para mudar o regime, seus mentores optaram pela caminhada revolucionária alternativa – um neoterrorismo – através da supressão do caráter punitivo das penas. Acreditaram que a revolução popular eclodiria fatalmente, caso se generalizasse a impunidade. Para tanto, as punições criminais precisaram ser reduzidas

à simples ressocialização por meio da reeducação de quem delinqüisse. E, por isso, passaram a exaltar tudo o que pudesse ser considerado apenas como caráter ressocializante e educativo das penas.

O castigo penal caiu no esquecimento ou no desuso até para garantir a disciplina entre facínoras encarcerados. Chega a ser constrangedor e fora de moda invocá-lo agora. Deram-lhe aroma de vingança. Quanto à Justiça e à prevenção do crime, que se danem!

Sem o espectro da punição, desapareceria o temor penal desestimulante da criminalidade. Por consequência, segundo a análise dos mentores encobertos, uma escalada de violência inaudita, agravada pelo incremento da corrupção de agentes públicos, irradiaria sentimento de injustiça e revolta no seio do povo. Desmoralizaria autoridades e instituições democráticas por elas representadas. As gritantes diferenças sociais, agravadas pela má distribuição de renda, baixa escolaridade, deprimente assistência médico-odontológica-hospitalar, carência de lideranças políticas autênticas, vergonhosa sangria dos dinheiros públicos e o imobilismo do arcaico e detestável sistema prisional brasileiro fariam o resto. O regime político viria abaixo, Sr. Presidente.

Paralelamente, uma grande limitação, inexistente em meio às hostes neoterroristas, comprometeria a autodefesa democrática. Sim, porque é da essência de nossa democracia o respeito incondicional aos princípios declarados em cláusulas pétreas da Constituição. Repudiá-los significa morte. Aliás, a atual afronta terrorista ao Estado objetiva instigar esse rompimento institucional, Senador, Presidente da República, que aqui se encontra entre nós.

Para neocriminólogos, ética democrática e piedade são coisas de “sociedade burguesa” desprezadas por seus protegidos, os malfetores. Mas, por questão de princípio, o governo democrático sempre estará obrigado a punir exemplarmente autoridades e agentes que desrespeitem direitos individuais de criminosos.

Eis, portanto, o perigoso paradoxo: a democracia capitalista combate em duas frentes, isto é, precisa reprimir tanto os que a estejam sufocando, quanto os que extrapolem sua autodefesa legal.

Na estratégia diabólica do “terrorismo sem terrorista”, o grande cavalo de Tróia foi a Lei de Execução Penal, secundada pelos Códigos Penal e de Processo Penal. Do seu bojo, saem decisões judiciais que diluem a já diminuta capacidade de dissuasão dessas leis. Tornam-se quase inócuas devido a um sem-número de benefícios carcerários e processuais.

Juristas e parlamentares desavisados ou comprometidos entregaram-se ao mister de demolir o sentido punitivo dessas leis. Eles acabaram por esquecer que,

na outra ponta, estão as vítimas sedentas de justiça e uma sociedade acuada pela dificuldade em desestimular práticas delituosas.

No passado, a dúvida sempre beneficiou o réu até sua absolvição, porém, agora, tudo é desculpa para ajudá-lo antes e depois da condenação. Configuram-se aberrações que chegam a eivar uma das mais belas páginas escritas pela humanidade, isto é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Faço minhas as palavras do Desembargador Álvaro Lazzarini, do Judiciário paulista, que diagnosticou uma “terceira vertente” na criminalidade, dizendo-a não mais restrita “aos malformados da teoria de Lombroso nem às vítimas do modelo econômico, os desvalidos, que, aliás, continuam a aumentar”. O insigne magistrado assinala que “o bandidismo mudou seu perfil e formou uma nova classe social”, lastreada na destruição de valores sociais, familiares e morais operada nas duas décadas anteriores, para ressaltar:

“Trata-se agora de uma terceira categoria: os deformados morais que acreditam ter o ‘direito’ de atacar os demais cidadãos, roubando-lhes os bens e tirando-lhes a vida, como bem entenderem. Eles se baseiam no que a mídia lhes ensinou. Já que ninguém presta, todos, em tese, são bandidos. (...) Essa nova classe de bandidos, ao contrário de antigamente, tem hoje o apoio dos seus familiares, que também foram convencidos pela mídia de que ninguém presta. Antes, o filho ladrão era até mesmo renegado e posto fora de casa pela família. Hoje basta ir aos presídios para verificar as multidões que ali acorrem para dar seu apoio moral aos presos e, quem sabe, levar-lhes informações e outros ‘meios’. Estranhamente, essas multidões não são encontradas nas portas dos asilos e dos hospitais.”

Concordo ainda com o desembargador quando afirma que a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) tornou-se “tão benevolente que beira a irresponsabilidade”.

O inigualável João Soares costuma qualificar o que se passa no Brasil de forma jocosa, mas realista.

É impossível, a esta altura, abstrair algum provável exagero, quando o vemos afirmar: “A corrupção não é invenção brasileira, mas a impunidade é uma coisa muito nossa”.

Assim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a simbiose iniciada na Ilha Grande cresceu e frutificou. Para perceber a sua atual pujança, basta observar o comportamento de alguns conhecidos próceres políticos. Com semblante angelical ou irado – conforme as circunstâncias –, chegam a dormir em portas de cadeia para prestigiar bandidos da pior espécie, sem sequer se atreverem a visitar as famílias infelicitadas por eles.

Mais fácil ainda é compreender a extensão do problema quando lembramos, por exemplo, que o traficante Fernandinho Beira-Mar foi capturado nas selvas colombianas, onde se transformara em sócio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. As Farc praticam o narcoterrorismo prognosticado pelo antigo chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar, que proclamou ser a cocaína uma “bomba atômica” ao dispor dos guerrilheiros latino-americanos para financiá-los com bilhões de dólares e deteriorar as sociedades democráticas existentes ao redor.

Sr. Presidente, sei que meu tempo está-se esgotando, mas quero cumprimentar a Senadora Heloísa Helena e agradecer a S. Ex^a os depoimentos no seu trabalho de campanha pela Presidência da República.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – V. Ex^a pode concluir, Senador.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Eu pediria a V. Ex^a que permitisse a leitura total. É algo muito importante, Sr. Presidente. Faço um apelo, Senadora Heloísa Helena, para que os outros candidatos imitem V. Ex^a. Quando se fala em segurança pública nas propagandas eleitorais, faz-se uma terrível mistura; os candidatos mais divergem para um ataque pessoal do que propriamente para a busca da solução. Há uma coisa que não podemos esquecer, e à qual V. Ex^a tem-se referido: a figura do policial. Apelo aos outros candidatos para que observem isto: o policial é homem de bem, digno, e merece nosso respeito, nossa confiança. Ultimamente, ele tem sido relegado a segundo plano, como se fosse um ser qualquer e não tivesse a capacidade de entregar a própria vida em defesa do cidadão. Os policiais são relegados a um salário ínfimo em relação a outras atividades de Estado; são relegados à falta de condições para enfrentar o crime organizado, que vem crescendo dia a dia; são postos como alvos da marginalidade, para serem mortos na porta de suas casas – quando não têm alvejado o filho ou a esposa.

Não podemos esquecer que, atrás de cada arma, no interior de cada viatura policial, há alguém que vai nos defender. Que os corruptos sejam punidos permanentemente! Mas aqueles que abraçam essa profissão por vocação têm de ser tratados com respeito. Penso que os candidatos têm de referir-se aos policiais com respeito; têm de dar-lhes melhor organização em defesa da sociedade e meios para que desenvolvam bem seu trabalho. Não adianta dizer que vão colocar as Forças Armadas nas ruas. Meu Deus do céu! Eu vou dar o rio Tietê para a Marinha patrulhar? Eu vou dizer para a Aeronáutica pilotar as favelas ou os morros do Rio de Janeiro? O Exército vai tomar conta da criminalidade urbana, e a Polícia vai recolher-se dentro dos

quartéis ou das delegacias? Isso é loucura, Senador! V. Ex^a está correta no seu diagnóstico, no sentido de que precisamos dar os meios corretos, decentes, para que os policiais possam, realmente, corresponder à expectativa da própria vocação, que é a alma e o coração em defesa da sociedade.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Pois não, Senador.

O Sr. Roberto Cavalcanti (PRB – PB) – V. Ex^a está tocando em um ponto importantíssimo, que é o lado humano de toda essa problemática: o abandono do policial. O policial brasileiro, hoje, é tratado de forma completamente diferente do que era nos meus tempos de infância e juventude, quando havia, por parte da população, um profundo respeito. Só a passagem de um carro-patrolha impunha respeito; a população tinha admiração por aquele momento. V. Ex^a tocou em um ponto importantíssimo com relação à habitação do policial. Na minha infância, existiam as vilas militares, os locais onde os policiais ficavam agrupados, convivendo com famílias do mesmo nível, do mesmo padrão. Hoje, em função dos salários praticados, os policiais são obrigados a conviver, lado a lado, com os favelados. Esses são os seus vizinhos. E, quando os vizinhos são marginais, a situação se agrava: é a filha que namora o vizinho, que é bandido; é a ameaça na sua entrada em casa e na sua saída; é a visualização dos seus hábitos cotidianos, que ficam à mercê da espreita de todos aqueles marginais que o cercam. Então, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento, principalmente no tocante ao lado humano que envolve a situação do policial brasileiro no presente momento. Muito obrigado.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Senador Roberto Cavalcanti, agradeço a V. Ex^a. Recordo-me de situações inusitadas, como a do policial que mora na favela, a que V. Ex^a bem se referiu, Senador Marcos Guerra. A esposa, Senador Heráclito Fortes, Senador Marco Maciel, é obrigada a lavar a roupa do marido na pia e secá-la atrás da geladeira, porque não pode pendurá-la no varal. Se algum membro do PCC ou do Comando Vermelho identifica onde mora um policial, ou sua casa é queimada ou ele é morto na primeira oportunidade. É a degradação da atividade policial.

No meu tempo, isso era mais difícil acontecer: o policial era respeitado, o bandido tinha medo da Polícia. Ela, hoje, se obriga a submergir pela onda de proteção que a marginalidade tem.

Ouvi uma discussão muito clara, neste final de semana, em que se dizia que a pena não pode ser um castigo. Como não pode ser um castigo? O que é

a pena? Ressocialização? Mas o marginal que pratica um crime grave vai para a cadeia como um castigo por ter violentado a sociedade. Então, não se pode tentar desvirtuar a razão essencial da pena. Temos, realmente, de estudar penas alternativas, buscá-las para os crimes de baixa periculosidade, e enfrentar a segurança com o respeito que ela merece.

Ouçõ V. Ex^a, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Nobre Senador Romeu Tuma, V. Ex^a, como faz habitualmente, traz à consideração da Casa tema não somente de grande atualidade, mas também de grande significação para o nosso País: o problema da violência e, de modo especial, da violência urbana. Dentro desse quadro, V. Ex^a salienta o papel do policial, que deve ser cada vez mais realçado e reconhecido, sobretudo porque sua função, como agente da sociedade, é a de proteger a vida do cidadão, mais do que isso, a vida e o patrimônio – o privado e o público. Daí por que transmito a V. Ex^a meus cumprimentos pela abordagem que está fazendo. Espero que as suas palavras sejam ouvidas não somente pelo Poder Executivo Federal e por todos aqueles que se interessam, em nosso País, pela melhoria da prestação dos serviços de segurança pública, quer no plano federal, quer no plano dos Estados.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Agradeço, Senador Marco Maciel. Sou testemunha de que V. Ex^a, na Vice-Presidência, sempre viu com simpatia todo o esforço no sentido da busca de respeitabilidade e de meios para melhorar a atividade policial.

Ouçõ V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena. Peço desculpas, Sr. Presidente, e mais um minuto para o aparte de S. Ex^a.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Tuma, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento. Sei que não é a primeira vez, certamente milhares de vezes V. Ex^a já foi à tribuna falar do tema, fez apelos, apresentou proposições concretas... O mais doloroso para mim no debate sobre segurança pública é que ele acabou sendo centralizado em São Paulo quando sabemos que o problema da segurança pública e do sistema prisional brasileiro acontece em todo o Brasil.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – É verdade.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Hoje, existe uma disputa inconseqüente, eleitoreira e demagógica entre o PT e o PSDB. Os dois Partidos têm a obrigação de, humildemente, reconhecer a irresponsabilidade que patrocinaram, ao longo dos últimos doze anos, na área de segurança pública. E o mais doloroso é que, há dois anos e meio, como sabe V. Ex^a, todos os secretários de segurança pública ou defesa social do Brasil e todos os dirigentes do sistema prisional brasileiro encaminharam

à Secretaria Nacional de Segurança Pública, ao Ministério da Justiça, um diagnóstico absolutamente preciso dos principais problemas e das alternativas concretas a curto, médio e longo prazo para tentar solucioná-los – e aí vai desde um sistema único de segurança, um piso salarial digno para os Policiais Civis e Militares... Há um cadastro dos mais de 360 mil encarcerados do Brasil, pelo crime cometido, pelo grau de periculosidade. Todos nós sabemos qual a situação de jovens ou mulheres e homens que estão em regime aberto, semi-aberto ou fechado, que estão nas delegacias ou no sistema penitenciário. Todo mundo sabe – é proposta de V. Ex^a, minha e de vários outros – o que se pode fazer para garantir o monitoramento, vinte e quatro horas por dia, dos chefões do crime organizado, que estão se aproveitando dos campos de concentração de pobres, que são muitos dos presídios brasileiros, e manipulando essas pessoas. Então, não é possível, não é possível que só o Presidente da República não saiba exatamente o que está acontecendo no Brasil. O mais triste é que, se fosse uma situação que ninguém conhecesse com precisão e alguém tivesse de fazer todo o diagnóstico e uma pesquisa a fim de identificar todos os problemas, ainda haveria razão para tanta irresponsabilidade e inoperância. O mais doloroso é que todas as pessoas têm, com exatidão técnica, o diagnóstico preciso do sistema prisional, do aparato de segurança pública. Não vou nem falar das políticas sociais, que, como sabemos V. Ex^a, a Senadora Patrícia, eu – todos falam sobre esse assunto –, diminuam o risco de que nossas crianças e jovens sejam arrastados para a marginalidade. Mas, além disso, o que pode ser feito hoje? O que pode ser feito agora? Realmente, fico impressionada com tanta incompetência, irresponsabilidade e insensibilidade com que está sendo tratada a área de segurança pública. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Ex^a não pelo pronunciamento, mas pelo compromisso de vários pronunciamentos, de várias propostas e sugestões feitas por V. Ex^a nestes oito anos em que tenho a oportunidade de conviver com V. Ex^a no Senado Federal.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Obrigado, Senadora Heloísa Helena. Peço a Deus que ande sempre ao seu lado para que V. Ex^a possa, nessa progressão, fazer com que todos sintam que há solução, que depende – essa questão de vontade política, para mim, é meio confusa – da vontade férrea de querer trazer tranqüilidade à sociedade. Esta angústia, este sofrimento tem que acabar: o medo tomando conta das famílias de bem e o bandido rindo, tranqüilamente, sem nenhuma preocupação de ser molestado por uma autoridade. É o fim do mundo!

Que Deus a abençoe, Senadora!

Muito obrigado a todos os que me apartearam.

Sr. Presidente, peço à Presidência que publique na íntegra o meu pronunciamento.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, preciso transmitir aos meus nobres Pares idéias e informações a respeito da presente conjuntura criminal, orientada para angustiar a sociedade brasileira e corroer os fundamentos do Estado democrático de direito.

Refiro-me à criminalidade desenfreada, em especial ao crime organizado, que intenta demolir a cidadania graças a uma posição de mando alcançada no interior e através das cadeias. Posição que permite a calejados facínoras – menos de 0,5% da população carcerária – comandarem da cela ações subversivo-terroristas de asseclas nas ruas, com atentados à vida de agentes públicos e a bens das esferas estatal e particular.

As senhoras e os senhores podem ter lido que as facções criminosas mais conhecidas (Comando Vermelho – CV, no Rio de Janeiro, e Primeiro Comando da Capital – PCC, em São Paulo) estruturaram-se a partir de um erro tático ocorrido no combate ao terrorismo político das décadas de 60 e 70. Pois é verdade! Então, principalmente no presídio da Ilha Grande, no Estado do Rio, permitiu-se promiscuidade entre os presos oriundos de organizações subversivas clandestinas e os chamados criminosos “comuns”. Com isso, bandidos absorveram ensinamentos sobre táticas de guerrilha urbana e aprenderam a importância da organização. Assim nasceu a Falange Vermelha, depois rebatizada de Comando Vermelho e que serviu de modelo às demais facções criminosas.

A chamada “luta armada” agonizava. Alguém percebeu como poderia ser vantajosa a substituição da “guerrilha urbana” política pela criminalidade “comum”, principalmente devido à inexistência de vínculos diretos entre aquelas organizações clandestinas e os bandidos que iam praticar os crimes ao acaso. Esses delitos teriam os mesmos efeitos do terrorismo organizado, mas a repressão policial seria mais difícil e sem riscos para os ocultos beneficiários do terror. Surgiu dessa maneira uma simbiose criminal, em função das possibilidades de atemorizar cidadãos ordeiros e desacreditar instituições para extorquir benefícios carcerários e processuais. Devido ao componente político, tal simbiose conseguiu subverter e degenerar o sistema jurídico-penal.

Existia então um movimento internacional, muito forte na Europa, denominado “Nova Criminologia”. Seu ideário marxista-leninista incluía a extinção das penas privativas de liberdade de origem “burguesa”, objetivo oportunista e totalmente utópico. Os novos criminólogos pregavam a abolição das leis penais, apresentando-as como recurso maldoso das elites para silenciar outras classes. Na chamada “luta de classes”, a prisão seria o castigo reservado aos pobres renitentes, revoltados com a vida miserável e capazes de pegar em armas para despojar e resistir aos opressores.

Assim, as sociedades “burguesas” oprimiriam com a força da lei as pessoas que considerasse insurgentes. Como se fosse possível admitir, por exemplo, que matar alguém deixe de ser crime em algum lugar do mundo ou não receba a maior pena existente em qualquer sistema penal, inclusive no socialista. Ou ainda considerar pobreza como sinônimo de criminalidade.

Na verdade, a “Nova Criminologia” funcionava como linha-auxiliar dos terroristas italianos das Brigadas Vermelhas, alemães da Bader Meinhof e até dos japoneses da Facção do Exército Vermelho. Mercenários de potências hegemônicas, eles espalhavam-se pela maioria dos países ocidentais. Ansiavam pela derrubada dos arcabouços jurídicos nacionais que a eles se contrapunham. A seu ver, elidir as leis penais significava meio caminho para a revolução comunista e a tomada do poder.

Sem conseguir concretizar essa quimera, os neocriminólogos contentaram-se com o paulatino enfraquecimento dos sistemas criminais. Nesse afã, olvidaram as palavras “fazer justiça”. Fizeram triunfar suas aberrações jurídicas graças a poderosas máquinas partidárias de propaganda, informação e convencimento. Seqüelas dessa insanidade são o que vemos hoje, trinta anos depois.

Herdeiros do pensamento distorcido pela dialética do materialismo histórico ganharam projeção e fizeram escola no Brasil, como se vivêssemos nos cenários de Tolstoi, Dostoiévski ou Górkí. Virou modismo e de bom tom transformar criminosos em vítimas e responsabilizar estas pelo próprio infortúnio. Chegou-se a criar uma pseudo-ciência, batizada de “Vitimologia”, rapidamente absorvida por juristas de renome e governantes. Ficou definida nos dicionários como “teoria que tende a justificar um crime pelas atitudes com que a vítima como que o motiva”.

Neocriminólogos brasileiros disseminaram a imagem do delinqüente “comum” como “rebelde sem causa” merecedor de apoio e carinho. Um herói romântico forçado a roubar, matar, seqüestrar e traficar drogas para sobreviver. É que, diante do fracasso da “luta armada” para mudar o regime, seus mentores optaram

pela caminhada revolucionária alternativa – um neoterrorismo – através da supressão do caráter punitivo das penas. Acreditaram que a revolução popular eclodiria fatalmente, caso se generalizasse a impunidade. Para tanto, as punições criminais precisariam ser reduzidas à simples ressocialização através da reeducação de quem delinqüísse. E, por isso, passaram a exaltar tudo o que pudesse ser considerado apenas como caráter ressocializante e educativo das penas.

O castigo penal caiu no esquecimento ou no desuso até para garantir a disciplina entre facínoras encarcerados. Chega a ser constrangedor e fora de moda invocá-lo agora. Deram-lhe aroma de vingança. Quanto à justiça e à prevenção do crime, que se danem!

Sem o espectro da punição, desapareceria o temor penal desestimulante da criminalidade. Por consequência, segundo a análise dos mentores encobertos, uma escalada de violência inaudita, agravada pelo incremento da corrupção de agentes públicos, irradiaria sentimento de injustiça e revolta no seio do povo. Desmoralizaria autoridades e instituições democráticas por elas representadas. As gritantes diferenças sociais, agravadas pela má distribuição de renda, baixa escolaridade, deprimente assistência médico-odontológica-hospitalar, carência de lideranças políticas autênticas, vergonhosa sangria dos dinheiros públicos e pelo imobilismo do arcaico e detestável sistema prisional brasileiro fariam o resto. O regime político viria abaixo.

Paralelamente, uma grande limitação, inexistente em meio às hostes neoterroristas, comprometeria a autodefesa democrática. Sim, porque é da essência de nossa democracia o respeito incondicional aos princípios declarados em cláusulas pétreas da Constituição. Repudiá-los significa morte. Aliás, a atual afronta terrorista ao Estado objetiva instigar esse rompimento institucional.

Para neocriminólogos, ética democrática e piedade são coisas de “sociedade burguesa” desprezadas por seus protegidos, os malfeitores. Mas, por questão de princípio, o governo democrático sempre estará obrigado a punir exemplarmente autoridades e agentes que desrespeitem direitos individuais de criminosos.

Eis, portanto, o perigoso paradoxo: a democracia capitalista combate em duas frentes, isto é, precisa reprimir tanto os que a estejam sufocando, quanto os que extrapolem sua autodefesa legal.

Na estratégia diabólica do “terrorismo sem terrorista”, o grande cavalo de Tróia foi a Lei de Execução Penal, secundada pelos códigos Penal e de Processo Penal. Do seu bojo, saem decisões judiciais que diluem a já diminuta capacidade de dissuasão dessas leis.

Tornam-se quase inócuas devido a um sem número de benefícios carcerários e processuais.

Juristas e parlamentares desavisados ou comprometidos entregaram-se ao mister de demolir o sentido punitivo dessas leis. Eles acabaram por esquecer de que, na outra ponta, estão as vítimas sedentas de justiça e uma sociedade acuada pela dificuldade em desestimular práticas delituosas.

No passado, a dúvida sempre beneficiou o réu até sua absolvição, porém, agora, tudo é desculpa para ajudá-lo antes e depois da condenação. Configuram-se aberrações que chegam a eivar uma das mais belas páginas escritas pela humanidade, isto é, a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Faço minhas as palavras do Desembargador Álvaro Lazarini, do Judiciário paulista, que diagnosticou uma “terceira vertente” na criminalidade, dizendo-a não mais restrita “aos malformados da teoria de Lombroso nem às vítimas do modelo econômico, os desvalidos, que aliás continuam a aumentar.” O insigne magistrado assinala que “o banditismo mudou seu perfil e formou uma nova classe social” lastreada na destruição dos valores sociais, familiares e morais operada nas duas décadas anteriores, para ressaltar:

“Trata-se agora de uma terceira categoria: os deformados morais que acreditam ter o ‘direito’ de atacar os demais cidadãos, roubando-lhes os bens e tirando-lhes a vida, como bem entenderem. Eles se baseiam no que a mídia lhes ensinou. Já que ninguém presta, todos em tese são bandidos. (...) Essa nova classe de bandidos, ao contrário de antigamente, tem hoje o apoio dos seus familiares, que também foram convencidos pela mídia de que ninguém presta. Antes, o filho ladrão era até mesmo renegado e posto fora de casa pela família. Hoje basta ir aos presídios para verificar as multidões que ali acorrem para dar seu apoio moral aos presos e, quem sabe, levar-lhes informações e outros ‘meios’. Estranhamente, essas multidões não são encontradas nas portas dos asilos e dos hospitais.”

Concordo ainda com o Desembargador quando afirma que a Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal) tornou-se “tão benevolente que beira a irresponsabilidade”.

O inigualável João Soares costuma qualificar o que se passa, no Brasil, de forma jocosa, mas realista. É impossível, a esta altura, abstrair algum provável exagero quando o vemos afirmar: “A corrupção não é invenção brasileira, mas a impunidade é uma coisa muito nossa”.

Assim, Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, a simbiose iniciada na Ilha Grande cresceu e frutificou. Para perceber sua atual pujança, basta observar o comportamento de alguns conhecidos próceres polí-

ticos. Com semblante angelical ou irado – conforme as circunstâncias –, chegam a dormir em portas de cadeia para prestigiar bandidos da pior espécie, sem sequer se atrever a visitar as famílias infelicitadas por eles.

Mais fácil ainda é compreender a extensão do problema quando lembramos, por exemplo, que o traficante “Fernandinho Beira-Mar” foi capturado nas selvas colombianas, onde se transformara em sócio das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. As Farc praticam o narcoterrorismo prognosticado pelo antigo chefe do Cartel de Medellín, Pablo Escobar, que proclamou ser a cocaína uma “bomba atômica” ao dispor dos guerrilheiros latino-americanos para financiá-los com bilhões de dólares e deteriorar as sociedades democráticas existentes ao redor.

A relação entre crime organizado e luta ideológica aflora na onda de atentados promovida pelo PCC em nosso Estado. Há indícios de interesses outros por trás dos ataques sangrentos, além dos declarados pelo presidiário “Marcola” e seus sequazes. A par da coincidência entre a onda de violência descabida e o período eleitoral em andamento, a Polícia paulista investiga a possibilidade de o terrorista chileno Mauricio Hernandez Norambuena ter orientado o recente seqüestro de uma equipe da maior emissora de televisão do País. A vida de um repórter da Rede Globo de TV foi trocada pela exibição de um vídeo subversivo-terrorista, a exemplo do que acontecia no Chile, ao tempo em que Norambuena integrava a organização guerrilheira Frente Patriótica Manuel Rodríguez.

Em seu país, Norambuena está condenado à prisão perpétua pelo assassinato do senador Jaime Guzmán e seqüestro de Cristián Edwards del Rio, filho do dono do jornal “El Mercurio”, entre 1991 e 1992. Em 31 de dezembro de 1996, ele fugiu de uma prisão de segurança máxima chilena. Veio ao Brasil e aqui acabou condenado a 30 anos de reclusão por haver comandado o seqüestro do publicitário Washington Olivetto, em São Paulo. No dia do seqüestro da equipe jornalística da Globo, cumpria essa pena na mesma penitenciária em que Marcos Willians Herbas Camacho, o “Marcola”, instalou o comando do PCC.

Os laços afetivos entre a delinquência comum e a política também facilitaram a eliminação do ex-prefeito de Santo André, Celso Daniel, assim como a impunidade dos mandantes do clamoroso homicídio disfarçado de seqüestro.

Diz-se que a pior cegueira é a de quem não quer ver. Não é à-toa que o livro Comando Vermelho – A História Secreta do Crime Organizado, escrito por Carlos Amorim, reproduz depoimento dado à polícia carioca, no início dos anos 90, por William Lima da Silva, o

fundador da Falange Vermelha e do CV. Alcunhado de “Professor”, William afirmou sob interrogatório:

“Vou aos morros e vejo crianças com disposição fumando e vendendo baseado. Futuramente, elas serão 3 milhões de adolescentes, que matarão vocês [os policiais] nas esquinas.”

“Professor” vangloriava-se de ser “o último comunista preso”, conforme afirmou a esposa à imprensa. Seu depoimento desnuda o espírito maligno que ronda nossas instituições democráticas.

Mas, afinal, como reverter tal situação perigosa e infame, já que só é possível prevenir o crime organizado mediante eficaz repressão policial que o desorganize e amedronte seus chefes?

Diagnóstico e remédios para essa grave moléstia social figuram nas conclusões e sugestões de uma série de Comissões Parlamentares de Inquérito que este Senado e a Câmara dos Deputados realizaram nos últimos 10 anos. Eu mesmo tive a honra de integrá-las, como a CPMI dos Precatórios, e até presidi outras, como a do Roubo de Cargas, que funcionou de 2000 a 2002.

Graças ao poder judicante outorgado pela Constituição, nossos colegiados parlamentares quebraram sigilos bancários, telefônicos e fiscais para desvendar estruturas de associações criminosas e seus esquemas de “lavagem de dinheiro”. Ficou patente que tais **modus operandi** são comuns a todas as formas de crime organizado, seja as montadas por corruptos e corruptores, entre eles os políticos desonestos, seja as que faturam com o narcotráfico, tráfico de armas, jogos de azar, roubo de cargas, assaltos a bancos, seqüestros ou prostituição, inclusive infantil.

As conclusões dessas CPIs e CPMIs são autênticos planos de batalha para derrotar associações criminosas. A partir deles e das resoluções de diversas assembléias mundiais da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol), encampadas pela ONU, várias leis surgiram e outras têm sido aprimoradas em nosso Congresso Nacional para facilitar a investigação e a repressão policiais.

Eis, por exemplo, algumas das recomendações da CPMI do Roubo de Cargas que resultaram na produção de leis em vigor:

“Implementação de mecanismos de cooperação entre a União e os Estados, permitindo que se criem medidas de resposta integradas para os delitos que ultrapassem as fronteiras estaduais.”

“Participação obrigatória dos órgãos fazendários (Receita Federal e Fazenda dos

Estados) no combate aos delitos de veículos e cargas.”

“Perdimento de bens móveis e imóveis usados para prática do crime.”

“Responsabilidade do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), no estabelecimento dos dispositivos antifurto obrigatórios nos veículos, bem como dos requisitos técnicos e de segurança da documentação de propriedade e transferência de propriedade de veículo.”

“Aprovação de legislação federal específica para regulamentar o desmanche de veículos.”

“Ampliação, em recursos humanos e materiais, da atual infra-estrutura do Departamento de Polícia Federal para possibilitar ao Órgão cumprir suas atribuições definidas pela Lei nº 10.446, de 08/05/2002.”

“Prioridade absoluta à investigação e ao combate à receptação, o que, segundo entendemos, requer uma ‘força-tarefa’ que integre os diferentes organismos (Polícia Federal, Polícias Estaduais, fiscais fazendários, Ministério Público, outros órgãos públicos estaduais e municipais, etc.), conforme suas competências e as necessidades de cada operação.”

“Estabelecimento de mecanismos legais ou contratuais que obriguem as concessionárias de rodovias de todo o País a colocarem à disposição das autoridades policiais competentes as imagens obtidas pelas suas câmeras de controle, bem como os sistemas de comunicações de que dispõem, para fins de prevenção e repressão aos crimes em geral, e, em especial, aos roubos e furtos de veículos e cargas.”

“Atualização do “Sistema de Integração Nacional de Informações de Justiça e Segurança Pública” – INFOSEG, regido pelo Ministério da Justiça, que se destina a permitir o inter-relacionamento entre os Bancos de Dados das SSP / Estaduais (RENAVAM – RENACH – SINARM – Informações Criminais).”

“Compete às Secretarias de Segurança Pública estaduais a atualização dos seus respectivos Bancos de Dados, de modo a viabilizar a eficácia do INFOSEG.”

“Tornar a Lei mais severa e o trâmite processual mais ágil, em relação aos delitos contra o patrimônio, da seguinte forma: aumentar a pena prevista para o crime de receptação dolosa qualificada (considerar a possibilidade de tornar o delito inafiançável, de modo a

manter o receptor preso e evitar penas alternativas); criar Varas Especializadas de Justiça nas capitais das Unidades Federadas, com competência ampliada para toda a UF, com a finalidade de combate ao crime organizado em todas as suas modalidades (considerar a possibilidade de criação de Juizados Especiais para Delitos de Veículos e Cargas); limitar a tramitação recursal na Justiça, resolvendo a ampla maioria das questões em níveis de 1ª e 2ª Instância; simplificar o rito processual; estabelecer a instauração de Inquérito Policial, independentemente de se tratar de autoria inicial conhecida ou desconhecida, dando maior prioridade e agilidade ao procedimento investigatório; celerizar procedimentos administrativos quanto ao expurgo de funcionários corruptos/desonestos.”

As maiores dificuldades, porém, continuam presentes para realizar aquilo que norte-americanos e canadenses chamam de “imposição da lei” (*law enforcement*). Isto é, temos leis para tudo, mas sua aplicação final permanece distante da objetividade e rapidez observadas em outros sistemas judiciais, como os de origem anglo-saxônica, e mesmo no italiano, por exemplo.

Vejo com satisfação, mas um pouco de reserva, que os governos da União e de São Paulo chegaram finalmente ao acordo para agir em conjunto contra o crime organizado, em função dos atentados praticados pelo PCC. A administração de recursos federais e estaduais através de um gabinete de gestão integrada pode, realmente, produzir a derrocada dessa e outras facções criminosas, desde que se preserve a honestidade de propósitos, sem desvios para exploração eleitoral. Como vimos, tal integração também está recomendada nas conclusões das comissões parlamentares de inquérito.

Ao presidir a CPMI do Roubo de Cargas, pude testar os notáveis efeitos de forças-tarefas compostas de agentes federais e estaduais dos setores de Polícia (militares e civis), Polícia Federal, fiscalização do Ministério e das secretarias da Fazenda estaduais, Agência Nacional do Petróleo (ANP) e outros órgãos importantes para esse tipo de repressão, a exemplo do indispensável Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Todavia, nada superou o uso do recurso legal chamado “delação premiada”. Permitiu-nos, aliado às quebras de sigilo, penetrar rapidamente no âmago das quadrilhas e produzir provas irrefutáveis.

As polícias civil e militar paulistas são exemplares em matéria de formação e treinamento do seu

peço. Conscientizei-me disso ao longo de 50 anos de carreira em nossa Polícia Civil, da qual continuo a me sentir parte, agora como Delegado de Classe Especial aposentado. Da mesma forma que a Polícia Federal, onde militei por 10 anos, as corporações policiais do Estado de São Paulo possuem todas as condições para desarticular as facções criminosas do neoterrorismo.

A investigação policial hodierna possui recursos legais, operacionais e técnico-científicos impensáveis naquela época. A defesa da sociedade passou a dispor de mecanismos legais até então apenas sonhados. Pode-se enfrentar o crime organizado, mesmo com a forma e diversidade de atuação que ele apresenta, particularmente na capacidade de alcançar grande extensões geográficas para se aprofundar no tecido social e comprometê-lo.

Entretanto, em âmbito nacional, esse enfrentamento implica medidas distribuídas por três grandes áreas: a jurídica, a estrutural e a operacional. Entre outras, podemos destacar as seguintes ações, algumas realizadas e outras por realizar:

Área Jurídica – Promulgação de leis

– Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995, que “dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas”, alterada pela Lei nº 10.217, de 11 de abril de 2001;

– Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, que “Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal (interceptação de comunicações telefônicas);

– Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, que “Dispõe sobre os crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores; (...) e dá outras providências”;

– Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que “Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas (...).

Área Estrutural

– modernização das polícias técnicas;

– modernização, informatização e desenvolvimento de bancos de dados;

– informatização dos sistemas administrativos e operacionais das polícias;

– integração dos sistemas de comunicações e informações da polícia federal e das polícias estaduais.

Área Operacional

– saneamento das polícias (corrupção, relações criminosas, relação problemática policial/sociedade, ligações promíscuas com a política local, inépcia na investigação criminal etc.);

– integração operacional da polícia ostensiva com a polícia judiciária;

– integração Ministério Público/polícia judiciária em todas as fases da atividade de investigação, conforme prevê a norma constitucional (art. 129).

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, permitam-me chamá-los assim. Fazer justiça no campo criminal é algo mais abrangente do que somente aplicar a lei, embora dela jamais devamos nos afastar durante os procedimentos que levem à condenação de quem ou sou desafiá-la.

Para fazer justiça, os magistrados guiam-se por seu próprio convencimento à luz das provas coligidas e dos valores do direito universal. Rogo aos céus que, em benefício da segurança pública, isto é, da felicidade de nossas famílias e nós mesmos, a Providência Divina sempre os oriente no sentido maior das nossas leis. Ou seja: proteger os direitos do ofendido, sem descuidar do ofensor, e garantir a vida, a integridade física e moral dos cidadãos, assim como o seu patrimônio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Senador Romeu Tuma, V. Exª será atendido na forma do Regimento da Casa.

Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio, do Distrito Federal.

V. Exª dispõe de até dez minutos.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Marcos Guerra, Srªs e Srs. Senadores, há trinta anos, o Brasil perdia, trágica e misteriosamente, seu eterno Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Morria na Via Dutra um homem do tamanho do Brasil, um homem bem maior do que seu tempo, bem maior do que seu próprio sonho. Foi uma morte quase que anunciada, para usar a expressão do escritor Gabriel Garcia Marques. Foi um acontecimento que deixou o Brasil em estado de choque e toda a sociedade, especialmente o mundo político, em profundo luto.

Tenho em mão um exemplar histórico da revista **Fatos e Fotos Gente**, de 5 de setembro de 1976, veículo de comunicação do grupo Manchete, presidido e dirigido pelo jornalista Adolpho Bloch, amigo e companheiro do Presidente Juscelino de todos os momentos, principalmente dos momentos mais difíceis de sua vida. É uma edição especial, toda dedicada ao fatídico acidente, que, certamente, está arquivada na Biblioteca do nosso Senado Federal.

Vale a pena folheá-la, especialmente nesta data, pois, pelo registro dessa tragédia, podemos fazer uma viagem pela vida e pela memória desse homem exemplar, que, como diz aqui no editorial da edição, “durante o breve tempo em que governou este País, demonstrou

uma visão e uma capacidade de realizações que acabariam por mudar o curso de nossa história”.

Juscelino Kubitschek, prossegue o editorial dessa edição histórica, “não precisou de poderes especiais para mandar e criar. Simplesmente, como um autêntico democrata, sonhou e concretizou o que ninguém esperava dele. E pela primeira vez, com JK, o nosso povo passou a acreditar na imagem de um Brasil país do futuro”.

Sr. Presidente, como já disse, a edição da revista é totalmente dedicada à gloriosa trajetória da vida do Presidente Juscelino. Na realidade, é um documento histórico que merece estar nos Anais desta Casa, que também foi casa de Juscelino.

Entre as inúmeras chamadas e fotografias da página onde está o índice da revista, chamou-me a atenção uma foto do Presidente tendo ao fundo o Congresso Nacional com a seguinte chamada: “O criador e a criatura”.

E, aqui, Sr^{as} e Srs. Senadores, vale a pena lembrar que, para cumprir a Constituição Brasileira e dar vida à meta-síntese do seu governo, Brasília foi construída em apenas mil dias, uma epopéia que espantou o mundo e que calou a ferrenha oposição ao seu Governo.

Há, nessa edição de **Fatos e Fotos**, um depoimento do escritor e acadêmico, também já falecido, Josué Montello, que, na época, era membro do Gabinete Civil da Presidência da República. Escreveu ele, lembrando uma fala de JK: “Se Deus, para fazer o mundo, teve de trabalhar seis dias, podendo descansar no sétimo, eu, para fazer a nova capital do Brasil, terei de trabalhar todos os dias, até poder concluí-la”. “Ouvi essas palavras do Presidente Juscelino, quando Brasília era apenas um sonho absurdo”, escreveu Montello.

Ora, Sr. Presidente, esse episódio demonstra o nível de consciência e de sabedoria do estadista que sonhou, que criou e deu vida à cidade onde hoje vivemos e de onde, com acertos e com erros, dirigimos os destinos do nosso Brasil.

Ao iniciar a construção de Brasília, Juscelino prometeu à sua equipe: “Quero deixar a cidade inaugurada e funcionando de modo que ninguém possa abandoná-la, sob pena de cometer um crime que terá o castigo da História”.

Que maravilha de destino esse que o Presidente JK sempre desejou dar à nossa cidade, a esta adorável Brasília!

Voltando a citar o escritor Josué Montello: “Brasília é o mais belo sonho que um homem poderia realizar no século XX”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao lembrar esta data que, embora trágica, é também história em sua essência, desejo refletir sobre os destinos desta filha predileta do Presidente Juscelino, que é Brasília, a Capital de todos os brasileiros.

Quis o destino que eu me casasse com a neta de JK, Anna Christina, mãe de meus filhos, que hoje cuida com zelo e com competência da parte da memória do fundador da nova capital, que se encontra no Memorial JK.

É neste contexto-homenagem à memória do nosso “Fundador” – palavra que ganhou uma dimensão extraordinária na inscrição da lápide do seu túmulo, hoje localizado no Memorial JK – que desejo avançar meu raciocínio de um passado tão vivo e glorioso para um futuro digno e promissor. Afinal, viajar no tempo foi também uma das especialidades de Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Bem sabemos que, quando decidiu construir Brasília, chamou para si um dos desafios políticos e estratégicos mais impressionantes da história moderna: cinquenta anos em cinco.

JK produziu uma das mais profundas e conseqüentes transformações realizadas na história política brasileira. Com um gesto rumo ao Planalto Central, viabilizou a integração nacional, criando as bases para a modernidade e para o desenvolvimento.

Brasília completou 46 anos no último abril. Neste período, o Brasil deu saltos de qualidade em todos os sentidos, sendo hoje uma das nações mais respeitadas e queridas do planeta. Faltam apenas quatro anos para Brasília completar o seu cinquentenário. Ou seja, esta cidade-síntese do Brasil, que, em tão pouco tempo, ganhou a admiração mundial e o honroso título de Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, dado pela Unesco, é também uma jovem senhora prestes a completar seus 50 anos.

Como todos sabem, Sr. Presidente, sou candidato a Vice-Governador na chapa do PFL. Aceitei o desafio para podermos, juntos, Arruda e eu, fazer um governo compartilhado, respeitando esse passado tão precioso do Presidente JK e viabilizando um futuro desenvolvimentista de luz e de realizações. Não foi à toa que nossa chapa foi batizada de “Por amor a Brasília”. Um dos nossos lemas é “Brasília, rumo aos 50 anos”.

Hoje, deste plenário, diante da memória de Juscelino, planto a semente primeira das comemorações do cinquentenário de Brasília. Trata-se de cidade que vive para si e vive para o Brasil, que tem vida própria e reflete o Brasil, que é cidadã e é capital, que é vila, assentamento, quintal, mas também é metrópole, planetária, utópica, universal e transcendental. É cidade aberta aos desafios e brasileiramente mestiça. É uma

cidade que já criou seus filhos, seus próprios códigos, seus ritmos, suas manias, desejos, sonhos e vontades. É cidade única, onde os automóveis param na faixa de pedestres, talvez um dos nossos mais nobres gestos de cidadania na Capital dos brasileiros.

Se Deus quiser, como Vice-Governador do Distrito Federal, terei muitas responsabilidades no sentido de garantir um maior desenvolvimento para nossa Capital. Entre os inúmeros projetos e programas que o nosso futuro governo está discutindo com a população brasileira, um deles é dedicado ao cinquentenário de Brasília.

Desejo também que o Senado Federal, Casa que recebeu o Presidente Juscelino Kubitschek como Senador por Goiás e que instituiu uma Comissão, que tenho a honra de presidir, para comemorar o cinquentenário de sua posse como Presidente do Brasil, venha a ser uma instituição parceira no projeto de mostrar Brasília ao Brasil e aos demais países do mundo.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – Nobre Senador Paulo Octávio, peço escusas a V. Ex^a por apartear-lo.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – É uma honra receber o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE. Com revisão do orador.) – Muito me sensibiliza ouvi-lo hoje, sobretudo quando evoca Juscelino Kubitschek, figura a quem V. Ex^a está ligado, até por laços familiares. Juscelino, de fato, é um referencial da vida republicana brasileira e o seu governo marcou, de maneira funda, a preocupação com a integração nacional. A edificação de Brasília é bem um exemplo disso. A transferência da Capital do Rio para um outro sítio, para uma outra região, foi o gesto de Juscelino Kubitschek que buscou promover a integração do País através da interiorização de sua Capital. Houve um historiador, Frei Vicente do Salvador, que não nasceu no Brasil, mas que escreveu sobre a nossa História, que disse de certa feita que o brasileiro vivia feito caranguejo, arranhando o litoral. Graças a Juscelino e com a mudança da Capital, que antes fora na Bahia, no litoral, em Salvador, o interior, para o Planalto Central, começou um grande processo de integração nacional. Não estaria exagerando se dissesse que todo esse processo de desenvolvimento que o País vive a partir da década de 60 é produto desse seu gesto, porque o governo naturalmente teve de dotar a capital de sua infra-estrutura física, de sua infra-estrutura de comunicações. Possibilitou que o Centro-Oeste desabrochasse, sendo hoje a região de maior dinamismo, em termos relativos, não tenho dúvida em afirmar isso, embora o Sudeste seja a mais rica do País. Ninguém pode deixar de reconhecer que o Centro-Oeste é, em termos relativos, a região de maior dinamismo econômico-social. Isso permitiu maior aproximação

Amazônia, tão esquecida, e permitiu o desenvolvimento da região nordestina, concorrendo, assim, para que o Brasil se integrasse sob vários aspectos, inclusive no demográfico, porque aqui vivem cidadãos e cidadãs das mais diferentes partes do território nacional. Lembrar Juscelino é lembrar o otimista, que acredita no País. Repito sempre uma frase dele, que tive oportunidade de ler: “o otimista pode errar, mas o pessimista começa errando”. Vi essa sua frase num jornal do Rio meses antes de sua posse na presidência, que reflete muito o que também penso sobre o Brasil. Acho que temos razões, em que pesem as crises que vivemos, para sermos otimistas, porque o Brasil tem tudo para ser a grande nação que todos almejamos. Esse é um sonho possível, “... um sonho intenso, um raio vívido”, como diz o nosso Hino Nacional.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Muito obrigado pelo aparte, Senador Marco Maciel.

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Foi justamente quando V. Ex^a assumiu a vice-Presidência da República, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, que Brasília teve o privilégio de ver aprovado nesta Casa, em dezembro de 2002, o Fundo Constitucional que garante a sua manutenção.

Registro, mais uma vez, o reconhecimento da população desta cidade, que V. Ex^a conhece muito bem, até porque mora aqui há muitos anos, como vice-Presidente e como Senador da República. Somos muito gratos a V. Ex^a, porque foi em seu Governo que Brasília conquistou independência econômica para continuar sobrevivendo.

Fica aqui, Senador Marco Maciel, o profundo respeito que tenho por V. Ex^a, e o apreço e a gratidão desta cidade pelo empenho de V. Ex^a no que diz respeito à sua consolidação.

Muito obrigado, de coração, em nome de Brasília e em nome dos brasilienses que tenho a honra de representar.

Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, era o que gostaria de registrar: um momento triste da histórica política brasileira e também um momento político de muita expressão, que diz respeito a um Senador da República que foi arrancado da cadeira do Senado, que foi cassado, que teve seus direitos políticos suspensos, mas que é, sem dúvida, um brasileiro que, quanto mais o tempo passa, mais aprendemos a admirá-lo.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Octávio, 3º Secretário o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Paulo Octávio, a Mesa pede licença a V. Ex^a, mesmo sendo este um momento triste, para se incorporar à homenagem que V. Ex^a presta ao grande brasileiro, vulto da nossa História, o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcos Guerra.

O SR. MARCOS GUERRA (PSDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, gostaria de parabenizar toda a população do Município de Colatina, minha terra natal, que completando hoje 85 anos de emancipação política.

É uma cidade da confecção, dos móveis, de ceramistas, uma cidade do mármore e do granito. Enfim, é uma cidade de empreendedores, de gente humilde, uma cidade que teve a honra de mandar para esta Casa cinco Senadores.

Fica aqui o meu registro. Parabéns a todos os colatinenses pelo dia de hoje, em que o Município completa 85 anos de emancipação política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a será atendido, na forma regimental, com os nossos aplausos.

Tem a palavra o Senador Roberto Saturnino.

V. Ex^a tem a palavra por dez minutos, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^a Senadora Heloísa Helena, Srs Senadores, ontem, compareci a esta tribuna para comentar matéria importante publicada na edição desta semana da revista **Carta Capital**, órgão de nossa imprensa que considero modelar.

Hoje, passando a vista nos noticiários dessa mesma imprensa, destaquei dois pontos, e quero ter breves comentários a respeito.

O primeiro diz respeito a uma declaração do Ministro Luiz Fernando Furlan, que, rebatendo notícia publicada no **O Estado de S. Paulo** com relação a uma desaceleração da nossa economia, disse que o Produto Interno Brasileiro crescerá ao redor ou acima de 4% neste ano.

Sr. Presidente, o crescimento da economia brasileira tem sido um dos temas preferidos da Oposição neste plenário, e há justificadas razões porque o País, há 20 anos, mais de duas décadas, atravessa um período de estagnação que prejudica enormemente a qualidade de vida da população e a própria perspectiva da sociedade brasileira em galgar os patamares a que está destinada a subir. Compreendo, embora não

aceite as declarações vindas da Oposição, porque no período anterior o Brasil cresceu menos, e aqui não havia as vozes deles a criticar a estagnação. As vozes vinham exatamente da Oposição do momento, que era o PT e os Partidos coligados.

Mas, Sr. Presidente, o que eu quero é aproveitar o tema para insistir em um ponto que já abordei desta tribuna e que, ontem, o Senador Sibá Machado abordou exemplarmente também em um pronunciamento que considere muito oportuno e clarificador.

S. Ex^a chegou a se comover com o pronunciamento, que foi comovente por tudo isso e porque retratou a expectativa da massa alijada do processo econômico, da massa marginalizada, da massa de brasileiros excluída do processo de desenvolvimento. A expectativa é que agora, com o Governo Lula, esse processo venha a se reverter como está se revertendo.

A afirmativa de que a prioridade do Governo Lula é a distribuição é crucial e da maior importância, porque altera toda a visão que se tinha até então do desenvolvimento econômico como sendo crescimento. Dizem que é preciso haver crescimento de, no mínimo, 5% ou 6% ao ano, porque a China cresce 10%, porque a Argentina cresce 8%, e não sei que outros países, mas há comparações exigindo da política econômica uma meta de crescimento acima de 6%.

Compartilhei desse ponto de vista, razão pela qual, escutando ontem o Senador Sibá Machado e meditando sobre os últimos tempos, sobre o que foram esses anos do Governo Lula, passei a compreender que o crescimento é importante sim, até porque é impossível distribuir sem um mínimo de crescimento; do contrário, teríamos que estar naquela hipótese do jogo de soma zero, em que é preciso tirar de um para dar a outro.

A distribuição se faz com maior facilidade e com maior viabilidade na margem de crescimento. Assim, um certo crescimento é importante. Entretanto, a prioridade é a distribuição, a prioridade é a justiça social, a prioridade tem essa substância ética que é o fundamento de qualquer nação.

É preciso que o Brasil seja um país justo para os seus cidadãos. Do contrário, encontrará, no futuro – e já começa a encontrar –, a ingovernabilidade e a instabilidade que caracterizam tantos países do nosso continente. Observem a Bolívia, a própria Venezuela e o México. O México, hoje, é um país profundamente dividido e de destino preocupante para nós.

É preciso que o Brasil cuide de estabelecer uma rota de crescimento que priorize a distribuição, invertendo aquele pronunciamento clássico de “fazer primeiro crescer o bolo, para depois distribuir”. Eu diria que é importante distribuir o bolo para que ele possa

crescer mais solidamente, com maior estabilidade, com a formação de consensos nacionais que possibilitem uma governabilidade estável, uma governabilidade que produza estabilidade e futuro. E isso exige uma dose de distribuição mais acelerada e mais prioritária em relação ao próprio crescimento.

Então, se crescermos 4% ao ano, e não 6%, estará atendido esse coeficiente mínimo, desde que se dê continuidade aos programas de distribuição e, até, que se aprofundem, se ampliem, esses programas de distribuição, como o Bolsa-Família, o Agricultura Familiar, o salário mínimo. Enfim, todo esse conjunto de programas que está distribuindo a renda e que vai alterar a estrutura e a distribuição de renda pela primeira vez na história do Brasil.

É importante que haja continuidade e aprofundamento desses programas. Agora, com crescimento sim, mas não vamos priorizá-lo. Vamos priorizar a distribuição. Foi isso que disse ontem, aqui, o Senador Sibá Machado, de uma forma candente, que nos comoveu a nós todos, referindo-se à sua história, às suas origens no Estado do Acre.

Sr. Presidente, pulando de um ponto a outro, quero referir-me ao noticiário de hoje, que deu conta da realização de um encontro, ontem, do Presidente Lula com um grupo de artistas, de intelectuais, de músicos, no Rio de Janeiro, na casa do Ministro Gilberto Gil. Lá não estava Chico Buarque, que seria a principal estrela de um encontro dessa natureza. Ele explicou a sua ausência em razão de compromissos inadiáveis, pois os havia marcado com muita antecedência.

Mas, ao não comparecer, reafirmou a sua intenção de voto no Presidente Lula para reelegê-lo. Mas é importante recordar aqui trechos da sua entrevista à **CartaCapital** e à **Folha de S.Paulo**, recentemente. Vou ler poucos trechos, Sr. Presidente, não vou ler a entrevista por inteiro. Mas diz Chico Buarque:

É claro que esse escândalo abalou o Governo, abalou quem votou no Lula, abalou, sobretudo, o PT. Para o partido esse escândalo é desastroso. O outro lado da moeda é que disso tudo pode surgir um partido mais correto, menos arrogante.

É importante essa reflexão do Chico Buarque sobre “um partido menos arrogante”. No fundo, sempre existiu, no PT, a idéia de que você ou é petista, ou é um calhorda; um pouco como o PSDB, que acha que ou você é tucano ou é burro”.

E diz adiante: “A crítica que se faz ao PT, entretanto, erra a mão”.

Olha essa expressão! O que é errar a mão? Errar a mão é errar na dose, errar na dosagem.

Ele diz:

A crítica que se faz ao PT erra a mão. Não só ao PT, mas principalmente ao Lula. Quando a Oposição vem dizer que se trata do Governo mais corrupto da história do Brasil, é preciso dizer: espera aí!

É preciso dizer: espera aí, Sr. Presidente, grande Senador Romeu Tuma, porque eu era menino e ouvia as críticas que se fazia ao Presidente Getúlio Vargas, que era o homem mais corrupto da história do Brasil. Era o homem mais corrupto da história do Brasil! Era um mar de lama. Essa expressão “mar de lama” nasceu naquele momento. Então, é preciso dizer: espera aí. O Governo mais corrupto!? Espera aí!

O mais corrupto foi o de Getúlio Vargas, depois, talvez, o de Juscelino Kubitschek, hoje tão brilhantemente lembrado aqui pelo Senador Paulo Octávio.

Mas era uma corrupção só. A construção de Brasília foi uma corrupção só. Eu me lembro, eu vivi. Lembro-me, perfeitamente. Então, diz Chico Buarque: “espera aí, espera aí. Errou na mão, errou na dose”.

Tenho dito isso aqui, repeti e até ponderei junto ao Senador Heráclito Fortes: espera aí, não é assim. Não vamos só ficar falando aqui, repetindo...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) –... coisas, porque esses pronunciamentos estão favorecendo à candidatura do Lula. Isso está sendo sobrejamente demonstrado.

Mas não é isso que me incomoda. Ao contrário, gostaria que ainda houvesse mais pronunciamentos, para melhorar a candidatura do Lula.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Já darei o aparte a V. Ex^a.

Mas, esses pronunciamentos acabam atingindo a Instituição. As pesquisas também têm demonstrado isto: quanto mais se fala em corrupção, o alvo, o objeto do pensamento do povo sobre a corrupção é o Congresso Nacional. Com isso, estamos atingindo a nossa própria Instituição ao errar na mão, como diz Chico Buarque. Então, é preciso ter essa sensibilidade.

Quero muito que discursos, como os que fazem aqui os representantes da Oposição, melhorem a candidatura do Presidente Lula, porque melhoram. Todos eles fazem subir o percentual, porque o povo está percebendo que, naquilo ali, há erro na mão, um erro de dosagem. E isso é muito importante para uma consideração política.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Saturnino, falo, em primeiro lugar, para fazer justiça ao Chico Buarque. E aí se coloca por terra aquela história de o Presidente da República dizer que não sabia de nada. No comecinho do Governo, Chico Buarque sugeriu a criação de um ministério cujo nome é jocoso e, regimentalmente, não posso dizer aqui. Mas V. Ex^a sabe qual foi o ministério que ele sugeriu, exatamente para evitar esses escândalos todos. E o Presidente, ingrato, não ouviu o companheiro de grandes lutas Chico Buarque de Holanda e não criou esse ministério. Talvez se tivesse ouvido o Chico ele não estivesse passando por tudo o que está passando. Agora, Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a, que já foi Prefeito do Rio de Janeiro, V. Ex^a, que sempre foi um apologista intransigente da retidão administrativa, vir para cá com a tese do rouba, mas faz, não fica bem. Não fica bem para a sua biografia. Desculpe-me a sinceridade, certo? Dizer que meteu a mão e achar que isso é normal, em V. Ex^a, com a respeitabilidade, com o nome que possui, com a admiração que muitos brasileiros depositam em V. Ex^a, não soa bem. Acho que o Presidente Lula não tinha o direito de permitir meterem a mão, até porque passou 20 anos pregando exatamente o contrário, a ponto de dizer que no palanque dele não subiria ladrão. Destruí reputações, atacou, acusou. Senador Saturnino, eu prefiro continuar com a linha que defendo, a da intransigência com esse tipo de atitude, a pensar que esse procedimento é normal. Confio um pouco, Senadora Heloísa Helena, no preceito bíblico de que, mais cedo ou mais tarde, é a virtude que triunfa. Não vi ainda ninguém enveredar pelo caminho da concordância, da omissão e da convivência nesta Nação e se dar bem. Desse modo, a vida do opositor Lula é quase perfeita, de luta. Entretanto, a vida do Presidente Lula, que não sabia de nada, fazendo com que o País tenha assistido aos quatro anos mais tristes da sua história no que diz respeito à corrupção, é inaceitável. Há, todavia, uma diferença grande: Juscelino – não sei se é verdade, pois praticamente eu não era nascido nessa época – pelo menos fez algo pelo Brasil. Quanto ao Presidente Lula, houve obras virtuais, só promessas e caixa dois. Paciência. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem razão: no curso da história, a virtude triunfa, tanto assim que Getúlio Vargas é hoje reconhecido como o maior estadista do Brasil e Juscelino Kubitschek é tão grande – ou quase – quanto ele. Mas, também na época, eram os mais corruptos.

No entanto, esse tipo de ataque que V. Ex^a me faz – e que, noutro dia, me fez o Senador Tasso Jereissati – está distorcendo as minhas palavras, como

se eu dissesse que não tem importância nenhuma a ética. Em momento nenhum, eu disse isso.

V. Ex^a deve, pelo menos, escutar o que eu digo. Eu disse o seguinte, está aqui, eu li as palavras: “o PT cometeu pecados”. Ninguém contesta que houve atos de corrupção. Ninguém contestou os trabalhos das CP-MIs. Nunca, Senador Heráclito. É preciso ver as outras dimensões da Nação brasileira, do povo brasileiro e não ficar só com esse argumentozinho que, pela repetição, fica enfadonho, desgastante e cai sobre nós, instituição Parlamento. Vamos discutir...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Eu até...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Vamos discutir o futuro do Brasil, o destino do Brasil, a justiça social, o pronunciamento do Senador Sibá de ontem. É isso o que eu quero. Agora, V. Ex^a fica no cantochão da coisa... Sabe, para mim é muito bom, isso só favorece o Presidente Lula porque ele cresce nas pesquisas, no entanto para a Instituição eu não acho o melhor caminho.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Saturnino...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Tenho dito isso de uma forma, de bom senso, chamando o bom senso; agora, quando digo isso minha palavra é distorcida, como foi agora, como foi outro dia com o Senador Tasso Jereissati. Assim mesmo, insisto.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Quero apenas prestar um esclarecimento. V. Ex^a tanto disse que defende a tese de que se a Oposição continuar batendo nessa tecla quem cresce é o Presidente Lula. Agora, o partido de V. Ex^a diz a meia verdade. Se essa tese fosse boa, o PT não teria entrado com recursos na Justiça Eleitoral proibindo que se fale em cuecão, em mensalão e outros termos. Então não é tão bom.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É importante o respeito às instituições e, por isso, é importante não permitir que certo tipo de pronunciamento vá a público. É outra questão. Agora, ética e corrupção são absolutamente importantes e fundamentais. Ninguém nunca deixou de reconhecer isso, ao contrário. Já encerrarei, Sr. Presidente...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Presidente Lula não reconhece, até porque ele alega que não sabia.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Reconhece, sim. Ele diz: “No meu Governo, todas as CPIs prosperaram. No Governo anterior, não se instalou nenhuma CPI. A CPI da Privatização não se instalou, a CPI da Compra de Votos não se instalou; a dos Empreiteiros não se instalou. No meu Governo, todas se instalaram e se apuraram”.

Sobre a discussão se Lula sabia ou não sabia, tudo bem, vamos ficar nessa discussão. Mas o povo já fez seu julgamento, e as próprias CPIs apresentaram suas conclusões. E vamos discutir isso? Vamos. Agora, vamos discutir também as questões levantadas pelo Senador Sibá Machado, as questões que dizem respeito ao destino desta Nação, à justiça social, ao fundamento ético que é a distribuição dos frutos do trabalho gerado pelos brasileiros. Isso a Oposição não quer discutir; a Oposição só quer ficar no cantochão, naquela lengalenga do dólar na cueca e etc.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me desculpe. Fiz um pronunciamento aqui, fiquei inclusive apelando, retardei meu pronunciamento para esperar que o Governo estivesse no plenário hoje. O Governo chegou ao plenário depois das 16 horas. Troquei meu lugar, esperando exatamente o debate. E puxei um assunto da maior gravidade que é exatamente a ameaça de fechamento da Volkswagen.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ah, bom...

Sobre esse tipo de pronunciamento, eu digo: deixa existir a Oposição, é preciso deixar ser a Oposição.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Veja bem, não vi o Governo se manifestar com essa preocupação com os desempregados, Senador.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Eu estava aqui, Senador.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas não vi a preocupação.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Mas é claro, eu disse: deixa o Senador falar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Ontem, nós discutimos a Varig aqui. A Oposição discute, mas o Governo foge da...

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – É diferente, é diferente.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agora, não posso deixar, Senador, de mostrar ao Brasil que, enquanto a Volkswagen ameaça ser fechada depois de receber empréstimo do BNDES, o Presidente da República vai para um jantar junto com empresários e o Presidente da Volkswagen. Vão comemorar o quê? Confraternizar? Um homem ocupado, em véspera de eleição, vai fazer o quê?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Sr. Senador...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É arrecadação? O que é?

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Quem sabe ele foi exatamente fazer ver ao Presidente da Volkswagen que é uma bobagem se retirar, fechar.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas aí seria uma conversa no Palácio, que é o local de trabalho, não com 12 ou 14 empresários.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Não, mas ele, explicitando suas perspectivas, seus planos de governo, é absolutamente convincente.

Quer saber, Sr. Senador Heráclito, eu não acredito que Volkswagen vá sair do Brasil coisa nenhuma. Sabe, isso é dessas notícias...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não. É só do ABC, Senador, não é do Brasil, não!

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Ah, bom, é só do ABC! Então, está bom.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Mas vai desempregar.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Mas se for para o Estado do Rio, acharei muito bom, será um grande progresso para o Brasil.

O que quero dizer é o seguinte: vamos discutir essas questões, V. Ex^a defende isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O problema é que vai demitir; não estão falando em remanejamento não, estão falando em demissão. E um partido, vulgo dos trabalhadores, tem o dever e a obrigação de abraçar essa causa para não deixar que aconteça o que houve com os servidores da Varig, pelos quais V. Ex^a lutou tanto.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ) – Hoje, realmente, cheguei um pouco tarde porque tinha por obrigação, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, receber a Sr^a Presidente do Senado japonês, que visitou a nossa Casa. Por isso, cumpri essa obrigação.

Mas, depois, escutei o pronunciamento de V. Ex^a e dos demais aqui e achei por bem dizer essas coisas que estou dizendo, secundando o que o Senador Sibá disse ontem. Para mim, foi da maior importância. A prioridade é a distribuição, é a justiça social, é o fundamento ético que dá aos que produzem a retribuição justa por aquilo que eles contribuem para a formação da riqueza do País.

Desculpe se me alonguei demais, Sr. Presidente. Agradeço-o pela benevolência.

Durante o discurso do Sr. Roberto Saturnino, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje referencia-se a data de falecimento do ex-Presidente do Brasil Juscelino Kubitschek. O Senador Paulo Octávio já falou sobre essa matéria, mas quero fazer um registro de protesto pela comparação, jogando em vala comum, que fez o Senador Saturnino Braga com relação a esse grande brasileiro.

Aliás, Juscelino, com sua característica democrática, entregou a direção da Novacap para o partido que mais oposição lhe fazia, que era a UDN. Foi preso, passou por provações, teve a sua vida devassada e nada se encontrou contra esse homem.

O Sr. Roberto Saturnino (Bloco/PT – RJ) – Entregou para Israel Pinheiro, do partido do Presidente!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Cinquenta anos depois,...

Quero dizer a V. Ex^a que a UDN achou por bem entregar a Israel Pinheiro a Novacap.

Agora, traçar uma comparação entre Juscelino e o que foi feito agora... E o volume de obras que havia naquele período? Aliás, Senador Roberto Saturnino, a grande virtude e a grande glória do atual Governo é que nós não temos obras; e as pequenas que temos, como as de tapa-buracos, estão cheias de denúncias de corrupção.

De forma que essa é uma injustiça que o Senador Roberto Saturnino comete contra o maior brasileiro do século passado. Lamento que, no desejo de defender o seu recém-escolhido correligionário Lula, o Senador Roberto Saturnino perca um pouco o compromisso com a história, com a dimensão e com o passado. Tenho pelo Senador Roberto Saturnino o maior apreço. Fui fã dele de carteirinha, quando eu ainda era garoto e S. Ex^a brilhava nas tribunas do Brasil, defendendo liberdades e combatendo injustiças.

Ninguém foi mais injustiçado neste Brasil que Juscelino. É inadmissível que, no dia de hoje, se tente, por longe que seja, comparar Juscelino ao atual Governo. Nisso, soa uma coisa muito estranha. Vez ou outra, o Lula se compara a Juscelino. O Presidente quer se comparar a quê? Obra, não fez. Dançador, não é. O Presidente Lula gosta de dançar, é homem da noite? Eu não sei. Pelo que sei, não. Juscelino tinha medo de Dona Sarah, mas enfrentava e corria o risco. Então eu não sei em que o Lula se pareceria com o Juscelino.

Juscelino era um democrata, conversava com parlamentares, recebia de manhã, de tarde e de noite. Lula corre de parlamentar como o diabo foge da cruz.

Não vejo, Senador Roberto Saturnino, na data de hoje nem em dia nenhum, nada de pior gosto que comparar Juscelino com Lula.

Quando ele se compara a Getúlio Vargas, é justificável, não pelas conquistas sociais, mas pela vocação íntima de ditador. Aí, sim! Lula não tem a visão estadista e desenvolvimentista de Getúlio, mas toda vez que pode manifesta-se com a vontade de criar um estado novo, de mandar, de criar um DIP; aliás, tentou criar um DIP no momento em que quis mudar e cercear a liberdade de imprensa, a expressão da classe artística brasileira. Quando quis que os textos das produções teatrais fossem remetidos ao Governo, mostrou sua vocação ditatorial, coroada com chave de ouro no momento em que pediu uma constituinte, imitando os exemplos de Hugo Chávez e Evo Morales.

Juscelino viveu crises, enfrentou o conflito de Aragarça, teve de anistiar militares, mas nunca quis se refugiar em uma constituinte para dar golpe no País. Foi um homem que amou as liberdades. Não se tem notícia de Juscelino, em nenhum momento, mostrando, Sr. Presidente, por menor que fosse, o veio de tirano ou de ditador. Perdoou os inimigos, conviveu com os adversários, de forma que não é justa a comparação feita nesta tarde.

Quem aqui fala é uma pessoa que, volto a lhe dizer, é seu fã de carteirinha e exatamente por isso, enquanto ainda é tempo de correções taquigráficas, peço que V. Ex^a não deixe constar na sua biografia esse equívoco que, tenho certeza, cometeu levado pela emoção. Mais do que, V. Ex^a, como correligionário e como homem que conviveu com Juscelino, sabe que em termos de virtudes um não amarra o cadarço do sapato do outro.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES.) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO (Bloco/PT – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu podia pedir a palavra pelo art. 14 porque fui citado, mas vou falar pela ordem, porque acho que a Oposição tem de falar e tem de ter a oportunidade de se expressar mesmo que distorça as palavras que digamos aqui. Deixe a Oposição falar. Os que me escutaram compreenderam muito bem o sentido de minhas palavras, que não têm nada a ver com o que diz o Senador Heráclito Fortes, mas deixem a Oposição falar porque essa é uma regra do jogo democrático.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu não estava no plenário, mas fui avisado do pronunciamento do Senador Roberto Saturnino, que considero uma pessoa de altíssimo nível, muito educado. Quero registrar a minha perplexidade. No momento em que acabo de fazer um pronunciamento enaltecendo a figura de um Presidente da República –que se torna maior a cada ano que passa – é triste vermos nesta Casa, de que Juscelino foi membro representando Goiás, um Senador atacar um governo que foi respeitado e reconhecido como o governo que mais fez pelo Brasil. Um governo que ofereceu emprego, que teve o maior salário mínimo, um governo que respirou liberdade e democracia, que incentivou as artes, um governo que abriu estradas, que incentivou a indústria naval e a indústria automobilística, um governo que todos nós estimamos e respeitamos.

É comum nesta Casa, nos pronunciamentos em homenagem a JK, mais de trinta Senadores, de todos os partidos políticos, fazer seus pronunciamentos.

Por isso, no momento em que, com pesar, registramos os trinta anos do desaparecimento desse grande estadista, não posso aceitar que um colega nosso venha, representando a Bancada do Rio de Janeiro, denegrir a imagem daquele que todos respeitamos.

Quero agradecer a posição firme do Senador Heráclito Fortes e fazer minhas as palavras de S. Ex^a, que falou com muita eloquência e com muita firmeza.

Sr. Presidente, eu acompanho a família JK e vejo em todos os locais a que vou, no Brasil todo, o respeito que a população brasileira tem por esse grande estadista. Presenciei aqui em Brasília os últimos dias de Dona Sarah Kubitschek, que morava em um apartamento. O homem que fez esta cidade, Sr. Presidente, não tem um imóvel, um pedaço de chão, não deixou absolutamente nada, absolutamente nada!

Esse foi Juscelino Kubitschek. É por isso que a História tem feito justiça ao homem que soube ser o senhor do seu tempo. Ele soube fazer, soube honrar a Presidência da República nos momentos mais difíceis e tortuosos da vida republicana.

É por isso que não podemos, de maneira nenhuma, aceitar uma crítica, como a que foi feita aqui pelo Senador Roberto Saturnino, justamente no dia de hoje. É muito triste!

Quero registrar aqui o meu pesar pelas palavras de que estou tomando conhecimento e pedir que o Senador Roberto Saturnino pense no que disse. Agora só nos resta esperar o julgamento das pessoas

que o ouvirem, mas é melhor ele ter oportunidade de demonstrar o arrependimento de suas palavras. Ele não pode querer defender o governo atual mirando-se no Governo de Juscelino, que todos nós, brasileiros, consideramos o estadista do século. Ele foi eleito o presidente mais atuante, o que mais ajudou o Brasil. Por isso, não podemos macular a nossa história nem podemos macular um herói brasileiro. Já temos poucos heróis neste país. Sem dúvida, na política, JK é um herói e não podemos macular a imagem desse grande estadista.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro e, em seguida, ao Senador Sibá Machado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Flexa Ribeiro se dirige à tribuna, eu pediria a V. Ex^a que aceitasse o envio de um requerimento que faço, nos seguintes termos:

Considerando que se encontra sob apreciação do Senado Federal a Mensagem nº 204, de 2006, que encaminha pedido de autorização para a elevação temporária de limite de endividamento da Petrobras Transportes S. A. (Transpetro), no valor de R\$ 5,6 bilhões, nos termos do disposto no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Fazenda o seguinte pedido de informações:...

Sr. Presidente, elenco oito pedidos e faço uma justificativa, agora reforçada pelo zelo que o Senador Roberto Saturnino tem pela discussão do futuro. Para se discutir o futuro da Transpetro e da Marinha Mercante brasileira é preciso que, de maneira urgente, esse requerimento seja respondido, até para que, com lucidez, possamos discuti-lo no plenário e estudar a sua aprovação, sem nenhuma necessidade de aqodamento pré-eleitoral. Além do mais, causa-me estranheza o fato de a exposição de motivos dizer que se trata da infra-estrutura do transporte marítimo no Brasil e esse processo, no aqodamento e na pressa da sua aprovação, não ter passado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado.

Aproveito a oportunidade para sugerir a V. Ex^a que o devolva à Secretaria da Mesa para os procedimentos legais; ou seja, encaminhá-lo à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura da Casa e assim cumprir o rito legal, que é uma tradição no Senado da República.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O Requerimento de V. Ex^a será encaminhado na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

S. Ex^a disporá de até dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Guerra; Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para dirigir-me aos meus amigos do meu querido Estado do Pará, que nos têm recebido em nossa caminhada por todos os municípios, no extenso território paraense com apreço, admiração e carinho na comitiva do candidato ao governo Almir Gabriel. Temos passado por Juruti, Santarém, Itaituba, Oriximiná, Monte Alegre, Capanema, entre outros municípios. Temos andado por todas as regiões, e a receptividade do povo do Pará em ter novamente, a partir de 1º de janeiro, no governo do nosso Estado, o ex-governador Almir Gabriel, que começou a reestruturação do Estado com o projeto do novo Pará, é imensa. Isso já é visto pela própria pesquisa do Ibope, que já coloca o futuro Governador Almir Gabriel, que possui 46% das intenções de voto, bem à frente, com um número de pontos superior à soma dos índices de todos os outros que também concorrem ao governo do Estado do Pará.

Sou surpreendido aqui, Senadora Heloísa Helena, apesar de não ter ouvido o pronunciamento, com a tentativa do Senador Saturnino Braga de tentar comparar o atual Presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o estadista, reconhecido por todos os brasileiros da nossa geração, Juscelino Kubitschek.

O Presidente Lula, ao longo de seu governo, tem tentado se comparar com diversas personalidades. Eu acho que ele deve se considerar, Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, o grande messias que veio para resolver os problemas do nosso País.

Sr. Presidente, quero aqui referendar aquilo que foi muito bem dito pelos Senadores Heráclito Fortes e Paulo Octávio. Vimos que o governo do Presidente Juscelino Kubitschek foi um Governo de plena democracia, que teve de combater duas tentativas revolucionárias – e o fez de forma democrática –, conviveu com os adversários e transformou este País. O meu Estado, hoje, encontra-se ainda na tentativa de subir no patamar de desenvolvimento, mas muito pior estaria se não fosse a visão de estadista de Juscelino Kubitschek de, naquela altura, abrir a Belém-Brasília, que fez com que a região Norte e, principalmente, o Estado do Pará se interligasse ao resto do Brasil, o que era somente feito por via aérea ou via marítima. Fez por via rodoviária, e abriu aquela que era chamada de “estrada das onças”, hoje, reconhecidamente, um

eixo de integração da maior importância não só para a região Norte, para o Estado do Pará, mas também para o Brasil.

Então, nós, que lutamos por uma integração nacional em que as regiões ainda em desenvolvimento possam realmente se incorporar ao esforço de desenvolvimento econômico e social dos brasileiros, lastimamos essa comparação por um Governo que nada fez e nada faz para vencer essa situação de inoperância.

No meu Estado – e acho que nos demais Estados brasileiros – não há nenhuma obra do Governo Federal. Eu desafio que se encontre no Estado do Pará uma obra iniciada e terminada pelo Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como acho que não há em nenhum outro Estado brasileiro.

O meu pronunciamento de hoje, Senador Marcos Guerra, Senador Sibá Machado, coincidentemente, era nessa direção. Na propaganda eleitoral do candidato Lula, ele se apodera de obras, algumas inexistentes, como é o caso da Transnordestina, onde esteve lá há pouco, assinando, talvez, um termo de início de serviço. Rodou por seis quilômetros de linha férrea – e o Senador Sibá com certeza reconhece isso – com vagões levados, por via rodoviária, de Fortaleza até o trecho iniciado da Transnordestina, para que ele pudesse colocar na sua campanha eleitoral que a Transnordestina é obra dele. É uma desfaçatez! Não há como. Os paraenses têm a oportunidade de me ver e ouvir pela TV Senado e Rádio Senado, Senador Sibá Machado. É impressionante como o Presidente Lula pode dizer para a Nação brasileira que foi ele quem duplicou a Hidrelétrica de Tucuruí. Não há como se entender um negócio como esse. Deveria haver, Presidente Renan Calheiros, uma legislação que punisse os candidatos “promesseiros” que se comprometessem junto à população, à sociedade brasileira, com promessas – porque não são compromissos, e não cumprissem. Teria de haver algo como uma punição. Pior ainda são aqueles que, como o Presidente Lula, se apoderam de obras que não são suas, que não foram iniciadas no seu governo, e quando muito, foram concluídas nesta gestão, como é o caso da Hidrelétrica de Tucuruí, que ele tão somente, Senadores Sibá Machado e Wellington Salgado, inaugurou a montagem das últimas turbinas.

Aí verificamos que a população brasileira, eu acho, não está enxergando essa jogada de *marketing* que está sendo feita; e ela não pode separar o joio do trigo daquilo que é mostrado à Nação como sendo obra do atual Governo.

Realmente, eu lamento. Gostaria até de estar aqui na tribuna, fazendo oposição ao Governo, por ser da base do Partido de Oposição, mas de uma Oposição

que pudesse reconhecer algo que tivesse sido feito de avanço para a sociedade brasileira.

Eu digo - e tenho dito aqui até a Senadora Ana Júlia Carepa, do Estado do Pará – que todos os programas deste atual Governo foram iniciados no Governo passado, e só se deu continuidade a eles. Os programas implementados por outros Governos foram só continuados. Eu até brinco com a Senadora Ana Júlia Carepa, digo a ela que só vou referir-me a esses programas pelo seu nome de batismo, ou seja, pela denominação que tinham, quando foram criados no Governo de Fernando Henrique Cardoso. É o caso do Bolsa Família. Então, vamo-nos referir ao Bolsa Escola, ao Vale Gás, que, fundidos e ampliados, deram origem ao Bolsa Família.

O Partido dos Trabalhadores induz a Nação brasileira. Tenho absoluta certeza de que o Brasil quer um momento novo no País, de desenvolvimento, de progresso, de geração de emprego e renda. Ainda no domingo, no programa Fantástico, houve uma declaração, se não me falha a memória, em um município da Bahia, de uma pessoa que queria emprego. Ela não queria esmola, mas uma oportunidade de trabalho para os filhos, que, naquele município, viam apenas a vida passar, sem terem oportunidade de evoluir como cidadãos.

Então, o Bolsa Família precisa ser continuado, não há dúvida disso. Ele não pode ser extinto, até porque começou no Governo passado, mas tem que ser direcionado àquelas pessoas que precisam de um atendimento emergencial, para que possam ter um emprego, gerar renda e, com dignidade, sustentar a sua família.

O Luz para Todos, tão festejado neste Governo, foi iniciado no Governo Fernando Henrique Cardoso como Luz no Campo e apenas continuado por este Governo. Qual é técnica do PT?

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Sr. Presidente.

Assume os projetos do Governo passado e faz com que esses projetos rebatizados sejam absorvidos como de autoria dele próprio. Isso não é possível! Não é possível enganar todo o mundo todo o tempo.

Então, eu tenho absoluta certeza de que a Nação brasileira irá refletir sobre aquilo que está sendo mostrado e há de ver que nós precisamos, sim, ter um Governo que coloque este País – ainda, se possível, nesta onda de desenvolvimento internacional – num patamar pelo menos próximo daqueles países que pretendem, como nós, alcançar o nível de Primeiro Mundo, e não ficar disputando índices de crescimento

com o Haiti. Ou seja, ao invés de nós estarmos disputando a presença no pelotão principal dos países em desenvolvimento, nós estamos disputando quem vai ficar por último no desenvolvimento nacional. Isso prejudica toda uma geração que pretende, com certeza absoluta, melhores condições de vida.

Se o Presidente me permitir, eu darei um aparte ao nobre Senador Sibá Machado.

Encerrando, quero dizer que essa propaganda que eu diria enganosa que está sendo veiculada há muito tempo – não é de agora – inclusive com verbas vultosas federais, agora, em nível eleitoral, continua na mesma linha de se apoderar de obras e de serviços que não têm nada a ver com este Governo.

No meu Estado, volto a repetir, eu desafio que alguém aponte uma única obra que tenha sido iniciada e tenha sido terminada por este Governo. E, no Brasil, uma obra de vulto que tenha sido iniciada e concluída nesta gestão do Presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer. E agradeço a generosidade do Presidente Renan Calheiros pelo tempo em que foi transcrito.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Marcos Guerra, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

Antes de conceder a palavra ao Senador Sibá Machado e, posteriormente, à Senadora Heloísa Helena, eu gostaria de, em nome do Senado Federal, dizer duas palavrinhas sobre a morte do ex-Presidente do Senado Federal Senador Moacyr Dalla.

O Senador Moacyr Dalla exerceu seu mandato entre 1979 e 1987, e marcou sua presença nesta Casa como defensor ardoroso do seu querido Estado, o Espírito Santo.

Coube ao Senador Moacyr Dalla presidir o Senado Federal e o Congresso Nacional em duas sessões históricas, que marcaram, sem dúvida nenhuma, a redemocratização do Brasil e, conseqüentemente, o fim do regime de exceção.

A primeira delas foi a votação da Proposta de Emenda à Constituição que instituiu as eleições diretas já para Presidente da República no Brasil: tratava-se da Emenda Dante de Oliveira, em 1984.

Mesmo sendo do PDS, Partido do Governo Militar, Moacyr Dalla se comportou com a isenção de magistrado. A derrota da Emenda Dante de Oliveira foi conseqüência da correlação de forças dentro do Congresso Nacional, naquele momento.

A redemocratização do País viria depois, de forma inevitável, porque era a vontade majoritária do povo brasileiro, como vinham demonstrando as eleições parlamentares no País ao longo de vários anos antes.

E foi ainda, Srs. Senadores, Sr^a Senadora, Moacyr Dalla quem presidiu a não menos histórica sessão do Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves Presidente da República, em 1985. Foi o último Colégio Eleitoral da História, porque a democracia no Brasil é irreversível.

Na ocasião, Moacyr Dalla pronunciou as seguintes palavras, ao anunciar o resultado: “Acabamos de escrever a última linha de um capítulo da vida pública brasileira. Páginas importantes elas contêm, ricas de experiência e ensinamentos, de glória e de frustração”.

O Senador Moacyr Dalla morreu no último dia 20, domingo, em seu Estado natal, o Espírito Santo, aos 79 anos. Seu enterro, no dia de ontem, recebeu as merecidas honras do povo capixaba.

Eu, como Presidente do Senado Federal, em nome de todos os Senadores, presto as merecidas homenagens a esse grande brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao Senador Sibá Machado. Em seguida darei a palavra à Senadora Heloísa Helena.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Heloísa Helena, ouvindo, na tarde de hoje, um pouco da continuidade do debate da semana passada e de ontem, aponte, em pronunciamento na tarde de ontem, algumas questões que considero importantes para complementar, Sr. Presidente.

O debate do qual participou há pouco o Senador Roberto Saturnino pareceu-me muito injusto, segundo pude compreender, por ter desvirtuado a comparação – que eu fiz ontem também – que ele faz do Governo Juscelino Kubitschek, como temos feito em relação a Getúlio Vargas, com o Governo do Presidente Lula.

Lendo algumas matérias nos jornais, uma chamou-me a atenção neste fim de semana. Uma pergunta se fazia na matéria: se, em relação ao déficit da Previdência e ao crescimento do País, deveríamos, para poder crescer a 6%, primeiramente superavitar a Previdência ou se, para superavitá-la, deveríamos, antes, crescer a 6%.

Volto ao que eu disse durante a semana passada e no dia de ontem. Entendo que o Presidente Lula está trabalhando nas duas direções: manter um crescimento equilibrado do nosso País com distribuição de

renda e, ao mesmo tempo, melhorar as condições da Previdência Social.

Dos elementos que consideramos, Sr. Presidente, para o desenvolvimento do nosso País, não há apenas a preocupação com uma obra prática, aquela que, no Estado do Acre, costume chamar de investimento da porta para fora das pessoas. Todos os investimentos da porta para fora são extremamente importantes, mas o Governo atual tinha uma missão primeira que não poderia deixar para depois, que não poderia pagar para ver, que era a de executar as políticas públicas da porta para dentro da casa das pessoas. Essa é a grande novidade.

Quando vejo da tribuna do Senado brilhantes pronunciamentos contestando a posição de membros do Governo, considero que seja a força da expressão Oposicionista que temos que respeitar, porque faz parte do debate. No entanto, não vamos abrir mão de expor aqui as grandes conquistas que tivemos durante esse tão curto período de tempo, porque foram significativas.

Não queremos aqui apenas responder aos desafios: onde está a ferrovia que foi feita ou não? onde está a hidrelétrica que deixou de ser construída? onde está a refinaria que não saiu do papel?

Isso é claro, porque são obras de médio e longo prazo e, por isso, não existe a menor possibilidade de serem concluídas e inauguradas dentro do tempo de um mesmo Governo, de um mesmo mandato.

Agora, repetir algumas coisas que já foram ditas e lembrar mais algumas, Sr. Presidente, é que eu pretendo fazer aqui.

Uma das perguntas que fiz ontem foi: quais são os cenários que o Brasil tem para ser considerado uma Nação desenvolvida e respeitada nos próximos vinte anos? Citei três fatores que já havia mencionado em vários momentos desta tribuna: o primeiro fator é que este País precisa, inicialmente, garantir a sua democracia. A nossa democracia está garantida, Sr. Presidente.

O segundo fator que acho muito importante é que possamos garantir o equilíbrio de contas do Brasil, que, no meu entendimento, está sendo feito. O terceiro item é que tenhamos o desenvolvimento com sustentabilidade. Não pode ser um crescimento de bolha, que, num primeiro sopro, se desmorone como se fosse um castelo de areia. Então, esse é o debate que estamos fazendo.

Acrescento o desendividamento do Brasil a partir das duas dívidas principais: a externa e a interna. Na dívida interna, ainda está longe de alcançarmos tal objetivo. E é claro que qualquer um que ler sobre a economia, verá esses números.

Agora, quanto ao desendividamento acelerado da questão externa, o Brasil está dando um basta. O País está saindo do seu endividamento externo e, daqui a médio prazo – no meu entendimento – haveremos também de resolver o problema da dívida interna.

Quanto ao crescimento do país, volto a dizer que, com relação à grande preocupação de crescer por crescer, poderemos crescer como muitos sem distribuição de renda. E para onde vai isso? Aprisionamento da riqueza?

Gosto de citar uma outra frase, Sr. Presidente, que quanto maior é o crescimento da riqueza individual de uma pessoa, mais alto será seu muro e mais valente será seu cachorro. Portanto, ele terá que fazer uma espécie de redoma de vida, viver isoladamente, preso na sua própria casa, porque não poderá sair à rua, pois haverá contestação sobre isso. Não queremos este caminho. O caminho da redoma das riquezas não nos interessa. Interessa para o Brasil o crescimento, o desenvolvimento com distribuição de renda e respeito à natureza.

Sobre a inflação, há um controle, Sr. Presidente, e não foi preciso escrever um texto mirabolante sobre uma maquete do que seria a política econômica do Governo ou um chamado plano econômico, como já vimos na nossa história, que não é isso. Há um compromisso de que tenhamos políticas que garantam um controle inflacionário. Quando há esse controle, protege-se o poder de compra das pessoas. Aqueles que conhecem a ciranda financeira estarão sempre protegidos, mas quem não conhece, quem não sabe como fazer aplicação, que recebe o seu salário e, no outro dia, tem de comprar comida, precisam de política de garantia de controle de inflação. E a nossa inflação está em queda, depois de fechar os oito anos do período do ex-Presidente Fernando Henrique com mais de 12%. E haveremos de chegar a 31 de dezembro deste ano com uma inflação de, no máximo, 5%. Com certeza, atingiremos essa meta, Sr. Presidente.

A questão do dólar, que tanto se critica, é um caminho que ficou dito desde os primeiros dias do mandato do Presidente: o dólar não será controlado por decreto do Presidente; é uma questão comercial, tem de estar numa relação livre. Com isso, é claro, há um setor que se prejudica porque é um momento conjuntural, mas, mesmo assim, está com alta competitividade. Hoje, temos um crescimento no setor de exportação no Brasil que é invejável e que desejo para todos os países do mundo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou já abrir para os apartes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Não, não, é só para...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, com licença, deixe-me fechar aqui, se não, tenho de voltar ao crescimento depois.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – É só para corrigir V. Ex^a com relação ao dólar.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou conceder o aparte a V. Ex^a, mas deixe-me terminar o meu pensamento. Com certeza, voltaremos ao debate.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Fico preocupado, quando um conterrâneo meu comete um erro.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Um instantinho, Senador Heráclito. Deixe-me terminar aqui e voltamos já ao debate.

Na questão da massa salarial como outro fator de distribuição de renda, o salário mínimo tinha uma política que ainda continua, porque não conseguimos encontrar a tal da fórmula de proteção de longo prazo. Ainda não conseguimos, temos que admitir isso e ter humildade nessa hora. Mas há uma busca incessante de se garantir ganho real. Cobre-se a inflação e dá-se um ganho real que, durante esse período de três anos e meio do Presidente, foi de R\$350,00.

A tabela do Imposto de Renda foi modificada para garantir que um número maior de trabalhadores esteja isento da cobrança do Imposto de Renda.

Quanto à política discutida no âmbito das centrais sindicais, em relação a oportunidade de trabalho, carteiras assinadas, estamos com mais de quatro milhões de carteiras assinadas. O problema dos desempregados, dos subempregados ou daqueles que estão na economia informal foi resolvido? Ainda não, mas estamos caminhando nessa direção e haveremos de atingir a meta anunciada há três anos.

Sr. Presidente, com relação ao equilíbrio das instituições, sabíamos disso e assistíamos a isso na imprensa, e os que estavam aqui também são testemunhas, que tínhamos um Ministério Público que não se expressava da forma como deveria. Agora, ele se expressa. Temos um Supremo Tribunal Federal que se expressa.

Se há uma dívida por parte do Congresso, cabe a ele se corrigir. Temos hoje – quero louvar V. Ex^a, Sr. Presidente, também por isso – o respeito às três instituições que representam o Estado brasileiro: o Congresso Nacional, o Poder Judiciário e o Poder Executivo.

Quando falamos em salto de qualidade, temos de, no ano que vem, apresentar ao Brasil uma reforma política. Eu assisti aqui às duras palavras que foram ditas por causa...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – ...de uma proposta feita pelo Presidente Lula. Está-se no âmbito de uma proposta. É uma sugestão, se o Congresso Nacional acatar. Quem decide é o Congresso Nacional, não é o Presidente da República. Qualquer cidadão brasileiro – incluindo o Presidente da República – pode fazer sugestões. A proposta foi a de uma Constituinte específica para tratar da reforma política. Por quê? Talvez, na imaginação do Presidente, como pode ser na de muitos, o Congresso Nacional, do jeito que está, com tantas matérias paralisadas há tanto tempo, não possa ter a velocidade necessária para fazer uma reforma mais aprofundada a partir do ano que vem. Portanto, cabe, sim, a análise da questão: com uma Constituinte específica ou não, que caminho teremos, no ano que vem, para aprofundarmos a reforma política?

Fala-se de melhorias em todos os setores da sociedade. Fala-se em baixar taxas de juros, que é um caminho que estamos percorrendo. Acredito piamente que podemos fechar este ano, Sr. Presidente, num patamar de inflação muito mais adequado do que aquele que estamos enfrentando atualmente.

Portanto, acredito que as turbulências da economia internacional não haverão de mudar o rumo do nosso País. O Brasil estará pavimentado para se sustentar em qualquer cenário que a economia mundial possa apresentar no ano que vem.

Agora, ouço, com atenção, o Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Inicialmente, Senador, parablenzo-o porque o pronunciamento de V. Ex^a é o de um candidato à Presidência da República.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vai demorar um pouco, Senador.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a dissecou as problemáticas e apresentou ou encaminhou as soluções. Só se esqueceu de dizer que quem tem memória e ouviu o belo e competente pronunciamento de V. Ex^a reforça aquilo que disse, há pouco, da tribuna: o Presidente Lula deu continuidade a tudo aquilo que vinha sendo feito nos dois primeiros governos de Fernando Henrique Cardoso, que reorganizou a Nação brasileira, reorganizou a economia nacional...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ouviu meu pronunciamento de ontem?

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Lamentavelmente, eu estava no interior.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Então, vou repetir alguns pontos. Mas pode concluir o pensamento de V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quando o Presidente Lula diz que recebeu uma nação com alta

taxa de juros e uma inflação descontrolada, ele se esquece de colocar, no contexto daquele momento, que isso ocorreu porque, quando se verificou, por meio das pesquisas, a possibilidade – que, naquela altura, se mostrava real e aconteceu – da vitória do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, a economia do Brasil entrou em pânico. Quando o Presidente assumiu e não fez nada daquilo que, ao longo de 20 anos, dizia que faria – pelo contrário, ele deu continuidade às políticas de Fernando Henrique Cardoso – a economia voltou à normalidade e deu sequência a essa situação de tranqüilidade, concordo com V. Ex^a, de superávit da balança comercial que sustenta a posição confortável na economia brasileira. Mas V. Ex^a esquece também de dizer, com referência ao salário mínimo de R\$350,00, que quem deu esse salário mínimo não foi o Presidente Lula.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Foi uma medida provisória da Presidente Lula.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, não.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não, foi uma medida provisória do Presidente Lula.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a esquece, e é bom que a Nação brasileira lembre, que quando veio o Orçamento, encaminhado pelo Executivo para o Congresso Nacional, a peça orçamentária previa R\$320,00.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Era a lógica do que foi decidido na LDO, R\$300,00.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Trezentos e vinte e três reais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – De R\$300,00.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Trezentos e vinte e três reais.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – De R\$300,00.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quem viabilizou os recursos no Orçamento para o salário mínimo de R\$350,00 foi o Congresso Nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Foi o que veio na LDO. Foi a medida provisória do Presidente Lula. Não, neste ponto, V. Ex^a está misturando as datas, a data de 2006 com a data de 2004. Em 2004 houve isso.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – O Senador Sibá está absolutamente certo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Eu pediria, com todo o respeito a V. Ex^{as}, que simplificassem um pouco o debate porque temos uma lista extensa de oradores.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Se o Presidente me permitir mais um minuto, só quero concluir o

raciocínio. Então vamos deixar claro, Presidente Renan Calheiros, Senador Marcos Guerra, Senadora Heloísa Helena, que quem concedeu o salário mínimo de R\$350,00 para o trabalhador brasileiro foi o Congresso Nacional, este Congresso que o Presidente agora quer descaracterizar e desqualificar perante a Nação brasileira. Talvez por isso Sua Excelência venha com essa proposta que...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...V. Ex^a vem defender, Senador Sibá Machado, como democrata que é,...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Defendo.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – a idéia de uma constituinte para a reforma política. Isso tem cheiro e rumo de Hugo Chávez, do *hermano* boliviano e de Fidel. Então, não é possível que isso contamine a Nação brasileira!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Defendo, porque senão posso dizer que é golpe qualquer idéia que o Congresso possa a vir a ter também. Estaremos proibidos de ter qualquer idéia. Qualquer idéia, independentemente de quem venha, pode parecer golpe. Não posso aceitar isso!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, mas nós não podemos...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não! V. Ex^a está sendo injusto com o nosso Presidente. Sua Excelência tem o direito de ter qualquer idéia. O que não pode é o Congresso Nacional se submeter; pode acatar, se for uma idéia interessante.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Então, V. Ex^a...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Senão, qualquer idéia de qualquer Senador ou de qualquer Deputado Federal estará sendo motivo de golpe contra a sociedade brasileira!

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a já deu a resposta que eu queria. Então, como podemos concordar com uma Constituinte quando o Presidente Lula não respeita o Congresso Nacional e veta todos os projetos aprovados? A maioria dos projetos em benefício da população brasileira é vetada.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Projetos que estão muito mais na linha da disputa eleitoral.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, senhor! Não, senhor! A maioria dos projetos é vetada pelo Presidente. Não discutimos o veto do Presidente aqui.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Cabe a nós discutirmos.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Então, o Congresso Nacional está sendo desqualificado pelo Executivo. E o Congresso tem que ser independente, como V. Ex^a sabe. Por último e para concluir, porque já estou abusando da generosidade do Presidente Renan, quero louvar V. Ex^a e pedir a Deus que isso se realize mesmo. V. Ex^a, se eu ouvi bem, disse há pouco que até o final do Governo será completada a promessa – não o compromisso – que o candidato de então fez de gerar dez milhões de empregos. Só gerou quatro! V. Ex^a disse, parece que eu ouvi isso, mas podemos recorrer às notas taquigráficas...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – As carteiras formais estão em cinco milhões.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não, a promessa era de dez. Se a promessa tivesse sido cumprida, seriam dez milhões. Deus queira que isso aconteça, para o bem do Brasil e de todos os brasileiros.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado, e ao Presidente, mas quero parabenizá-lo pela sua lucidez, pela sua coragem. V. Ex^a tem absoluta razão, o salário de R\$350,00 foi de autoria do Presidente Lula, por meio de uma medida provisória. A vontade do Congresso, Senador Flexa Ribeiro, era de dar um salário de R\$370,00, mas o Presidente Lula achou que o trabalhador ia ganhar muito e mandou uma medida provisória reduzindo-o, como fez agora com os aposentados. Admiro V. Ex^a por isso, porque não se afasta da verdade. O Presidente errou; V. Ex^a sabe disso. Ontem até falou muito bem aqui o Senador Paulo Paim. Para ver V. Ex^a o quanto uma medida provisória tem força nesta Casa, Sr. Presidente. Mais do que nunca, está provado que é hora de acabá-la. A vontade da Casa era de R\$370,00. Entretanto, o Presidente Lula foi contra a vontade da Casa e do trabalhador e fez essa redução. Mas o que eu quero mesmo, Senador Renan Calheiros, que tão bem preside esta Casa e está aqui neste momento, é parabenizá-lo e mostrar que nesta terra ninguém é insubstituível. A grande preocupação que se tinha aqui, Senadora Heloísa Helena, era, na ausência do Senador Mercadante, quem iria discutir economia pelo Partido dos Trabalhadores. E veja que V. Ex^a o substitui, Senador Sibá Machado, com melhor qualidade. Humilde, aceitando o debate, aceitando o diálogo e com números claros. Como sei que o pronunciamento de V. Ex^a, neste momento, não é só para este plenário um pouco vazio, mas para a história, sugiro que V. Ex^a apenas faça uma correção: o preço do dólar não é livre no mercado. O Banco Central, que é do Governo...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Ele tem feito intervenções porque essa tem sido também uma reclamação...

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Então não é livre o mercado. A intervenção do Governo, por meio do Banco Central, é constante. Quando o Governo intervém para comprar dólar mais barato, não é para aproveitar o subpreço e empregar esse dinheiro em questões sociais. Isso ocorre porque ele tem pressa em pagar os débitos internacionais. O PT sempre condenou os governos passados, aqueles que se preocupavam em pagar esses débitos. V. Ex^a, que é versado em economia, pode pegar um jornal de hoje, que tem um artigo muito bom sobre essa matéria. Por fim, já que V. Ex^a fala com autoridade, poderia deixar aqui, neste final de tarde, neste crepúsculo, na hora do Ângelus, alguma notícia que tranquilizasse os empregados da Volkswagen, que estão aqui sob ameaça de demissão. E o partido de V. Ex^a, vulgo Partido dos Trabalhadores, não se manifestou ainda em defesa dos trabalhadores. A minha preocupação é que este Governo não repita com os empregados da Volkswagen a atitude de insensibilidade, a falta de sentimento que teve com relação aos servidores da Varig. V. Ex^a, que é um homem que hoje defende as questões econômicas do Governo, podia tranquilizar a Nação e o povo de São Paulo. Isso porque a discussão já está ocorrendo desde segunda-feira passada. A discussão funciona? A discussão acontece? E agora há mais um novo avanço. Além da redução e das demissões, ainda vai haver redução no plano de benefício dos empregados, um reajuste na participação do plano médico e *outras coisas más*. O Governo Fernando Henrique, que V. Ex^a tanto critica, em uma questão como essa, chamava os responsáveis às falas, não deixava correr frouxo. Portanto, V. Ex^a, que teve passado marcante como trabalhador em São Paulo, podia tranquilizar os seus ex-colegas,...

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou tranquilizar V. Ex^a; pode ficar sossegado.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – ...dizendo que o governo dito dos trabalhadores também se preocupa com o trabalhador brasileiro. Mas parabéns a V. Ex^a! O Mercadante não faz falta aqui. V. Ex^a está discutindo a economia do seu Governo com mais clareza e humildade do que o até então Líder do Partido dos Trabalhadores. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a me permite trinta segundos?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – O Presidente já me alertou sobre o meu tempo. Eu preciso concluir.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – São apenas trinta segundos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, o que eu faço? Posso aceitar? (Pausa.)
Pois não, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Apenas para esclarecer o seguinte: é evidente que o salário mínimo foi decretado por meio de uma medida provisória do Presidente Lula. Não há dúvida quanto a isso. Contudo, eu me referi, Senador Heráclito Fortes, ao fato de que, quando veio a peça orçamentária para o Congresso, estava lá – é um documento – um salário mínimo de R\$323,00.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sim, foi isso.

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quem viabilizou os recursos para os R\$350,00 foi o Congresso Nacional, que emendou o Orçamento aqui. Como bem disse o Senador Heráclito Fortes, o Congresso – Senadores e Deputados – queria mais para o trabalhador brasileiro. O Presidente, então, fez a medida provisória estabelecendo o valor de R\$350,00. Mas, repito, quem viabilizou o salário mínimo de R\$350,00 foi o Congresso Nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que me conceda mais um tempo, apenas para que eu possa concluir.

Primeiro, quero agradecer pelo debate, na linha do respeito às pessoas e às suas idéias. Acho isto importante e penso que é o que tenho procurado fazer aqui.

Mas quero dizer que as informações que estou trazendo são do meu mais profundo convencimento, baseadas na realidade dos fatos que estão sendo divulgados.

Quando realizamos a LDO, ao longo dos, agora, quatro anos do Presidente Lula, o maior debate que fizemos foi sobre como iríamos trabalhar o salário mínimo, com que tipo de política a longo prazo. Aí, está se avaliando se o salário mínimo é calculado sempre baseado na inflação do período mais qual tipo de ganho real: um ganho real baseado no PIB real ou baseado no PIB *per capita*. Que tipo de indicador nós utilizaríamos para fazer a proteção do salário mínimo? Pode-se perguntar: Por que isso não foi feito antes? Porque não cabia, não podia, não havia caixa, não havia condições. Agora é que o País caminha, sim, para ter condições. Por que não foi feita a política de regularização do salário dos servidores de carreira? Porque não havia condições. Agora está tendo e é por isto que está acontecendo.

Portanto, neste aspecto de fazer um quadro demonstrativo... Onde estão os investimentos visíveis,

chamados de “da porta para fora”? Onde estão os investimentos que não são visíveis, chamados de “da porta para dentro”? Essa é a grande diferença.

Sr. Presidente, para encerrar, vou reproduzir o que dissemos ontem aqui. O nosso Brasil caminha para a sua consolidação democrática, para a consolidação do seu equilíbrio fiscal, para o seu desenvolvimento sustentável e – o que eu quero acrescentar mais uma vez – para fazer um outro império, não aquele império que se pautou em cima do sangue, do suor e do desespero de muitas pessoas e de muitos povos, mas do império dos mais pobres, do império daqueles que têm que se dar as mãos; império pautado na solidariedade.

É por isso que o Presidente Lula tem levado mundo afora, por onde ele tem andado, as experiências do que é o Bolsa-Família. Ele agora lança o desafio de levar o SUS, que não é uma criação do Presidente Lula, mas que é uma política que funciona bem no Brasil, embora inda precise ser melhorada. Ele leva as boas experiências do Brasil para os países que precisam se dar as mãos e estabelecer outro tipo de relacionamento político, econômico, tecnológico e, principalmente, solidário.

A fome no mundo não pode ser um problema a ser tratado apenas por quem passa fome; ela precisa ser tratada por todos os estadistas e por qualquer pessoa que tenha responsabilidade pública.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Sibá, o SUS funciona bem no Acre?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Vou encerrar, mas, se o Presidente concordar, poderemos nos inscrever para falar pela Liderança para continuar o assunto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu iria falar sobre a questão da segurança pública em São Paulo e em todo o Brasil e sobre essa disputa, inconseqüente, demagógica e eleitoreira entre o PT e o PSDB quanto à questão da segurança pública. Porém, diante dos últimos minutos de pronunciamento, eu me vejo muito tentada a falar um pouco sobre a política econômica, é claro.

Eu sei que a verborragia da patifaria neoliberal é muito sedutora. Ela traz uma terminologia com um ar de sofisticação técnica. Ela é pouco apropriada por alguns. E é por isso, Senador Flexa, que eu defendo com veemência o conhecimento. Conhecer profundamente as coisas, dedicar-se ao conhecimento, ao estudo. Acho que só isso é capaz de mudar o mundo.

Há pessoas que sabem exatamente o que é essa política econômica, que sabem que ela destrutura parques produtivos, destrói milhões de postos de trabalho, promove dor, sofrimento, pobreza, e há pessoas que a defendem por inocência ou por ignorância. É por isso que essa verborragia neoliberal é muito sedutora.

Não há nenhuma racionalidade técnica ou objetiva em defender a política econômica do Governo Lula, que é a continuidade técnica da política econômica do Governo Fernando Henrique. Um capitalista, um neoliberal defender essa política econômica eu compreendo, porque nós vivemos uma democracia e as pessoas podem se manifestar suas posições políticas. Mas, alguém que se reivindique de esquerda defender essa política econômica ou o faz por inocência e ignorância ou o faz por cinismo, vigarice e dissimulação.

O que acontece hoje no Brasil? Como se estabelece a política econômica? O Conselho Monetário Nacional, ou seja, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central e o Ministro do Planejamento... Espero eu ter a honra de chegar à Presidência da República para que essas figuras não sejam o que são hoje, três moleques sabotadores do desenvolvimento econômico, três moleques a serviço do capital financeiro, porque nunca houve, no Brasil, uma tão brutal e avassaladora transferência de renda do pobre, da classe média assalariada e do setor produtivo para o capital financeiro. Nunca! O maior lucro das instituições de capital aberto da história da América Latina acontece agora.

Então, esses três senhores, supostamente iluminados, com aquela cara de conteúdo, são três farsantes, que reproduzem a farsa técnica e a fraude política do Governo Lula, que reproduz, de forma medíocre, o Governo medíocre de Fernando Henrique Cardoso. Esses três senhores iluminados definiram, com base em equações matemáticas que nenhum economista sério do País conhece, que o Brasil não pode crescer mais do que 3,5%, enquanto que a média de crescimento no planeta Terra é de 5,5%.

A Argentina, nossa vizinha, cresce, há três anos, 9%, sem falar da China, da Índia, da Malásia e de outros países mais. Pois esses três senhores iluminados, medíocres, sabotadores do desenvolvimento econômico, estabeleceram que o Brasil não pode crescer mais do que 3,5%.

Então, toda vez que o Brasil vai se aproximando de 3,5% de crescimento, vem o Copom, presidido pelo Presidente do Banco Central, que deveria estar preso por crimes contra o Sistema Financeiro, que era Deputado Federal pelo PSDB porque comprou o mandato, e que foi nomeado Presidente do Banco Central por um Presidente Lula acovardado diante do

Sistema Financeiro... Então, vem o Copom, formado pelo Presidente e pelos Diretores do Banco Central, e diz que o crescimento não será saudável, aumentando a taxa de juros.

Tenho que respeitar a inocência, mas não posso aceitar alguém relacionar inflação à taxa de juros. Meu Deus do céu, não é possível uma coisa dessas! Nunca, na história do Brasil, houve um surto inflacionário que não viesse acompanhado do mesmo surto em outros países em igual situação. Sessenta por cento da inflação mais baixa do Brasil é de taxas administradas pelo Governo, taxas que o atual Governo, covarde, não teve a coragem de estabelecer a superação do chamado equilíbrio econômico-financeiro-contratual das tarifas da privatização irresponsável do Governo Fernando Henrique Cardoso. Não pode alguém dizer que baixar a taxa de juros faz voltar a inflação. Meu Deus, não faça uma coisa dessa, porque, se fizerem isso por ignorância ou inocência, tenho que dar a minha paciência maternal; senão, é vigarice política vender isso à opinião pública. Fuga de capital... Mentira! É impossível acontecer. O Banco Central tem todos os mecanismos objetivos se quiser estacionar 100% dos recursos numa instituição de crédito. Alguém dizer que essa política econômica distribui renda, meu Deus, é não conhecer a verdade. O PNAD, Programa Nacional de Amostragem Domiciliar foi comemorado pelo Governo, que dizia estar havendo distribuição de renda – uma ova. Desculpe-me a expressão. O PNAD só analisa renda do trabalho. No Brasil, é considerado milionário quem ganha R\$1,5 mil. É considerado milionário e paga 15% de tributo direto. Agora, os banqueiros, os especuladores, que ganham por mês R\$620 mil da bolsa, esses não pagam nem Imposto de Renda, nem CPMF.

Como pode alguém dizer que esse tipo de política econômica não concentra renda? Como pode alguém dizer que esse tipo de política econômica distribui renda? Sinceramente, pela inocência, tenho de agir com a paciência maternal. Mas só com muita vigarice política se é capaz de dizê-lo.

É por isso que o povo odeia político. É por isto: não há um detector de mentira quando o cabra está falando. Não há poço para colocar tanto óleo de peroba. Não há. É por isso que o povo odeia político.

Ir à televisão e mostrar o país das maravilhas nos discursos, realmente, é algo muito difícil de entender.

Concedo o aparte ao Senador Flexa.

Quero ainda abordar o tema da segurança pública, mas não pude deixar de falar sobre a política econômica.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Heloísa Helena, primeiro, parabenizo V. Ex^a pela sua

performance na disputa presidencial. A abordagem que V. Ex^a faz da área econômica me sugere dizer ao Senador Sibá Machado – que disse que o Presidente Lula distribui renda – que essa taxa de juros inominável usada no Brasil, não interessando se a inflação está baixa, é a taxa de juros real mais alta do mundo, continua sendo a mais alta do mundo. A inflação baixa, e a taxa de juros não baixa na mesma proporção. A transferência de renda está sendo feita para os banqueiros, para os banqueiros. Enquanto o Presidente Lula distribui para o Bolsa-Família R\$8 bilhões, ele distribui para os banqueiros, pagando esses juros inomináveis, Senador Sibá Machado, R\$48 bilhões por ano. É isso que leva aos lucros do sistema financeiro. Então, é isso que é tirado. O Brasil paga R\$48 bilhões aos bancos de resultado – estão aí os resultados dos bancos mostrando os lucros estratosféricos –, e esse dinheiro poderia estar sendo usado para infra-estrutura e geração de empregos. Trata-se daquilo a que a Senadora Heloísa Helena se referiu e que está relatado em matéria de revista semanal: há um problema sério em saber se a Previdência deve primeiramente saldar o déficit para poder crescer ou se tem de crescer para saldar seu déficit. Não se deve fazer mais nada do que gerar empregos. Para gerar empregos é preciso haver investimentos. Para haver investimentos é necessário que haja recursos. Desse modo, temos realmente, Senadora Heloísa Helena, de distribuir renda, ou seja, não concentrar renda no sistema financeiro, como o Governo Lula fez mais do que qualquer outro governo. Há 500 anos na história do Brasil, não se via uma concentração de renda tão forte como acontece nestes quatro anos do Governo do Presidente Lula.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a e aproveito o seu aparte para falar sobre a seguridade social, até porque há uma cantilena enfadonha e mentirosa, que acontecia no Governo Fernando Henrique Cardoso e acontece no Governo Lula, afirmando que há um déficit na seguridade social. Não há quem agüente isso. Será possível que essas pessoas não podem fazer contas? Será possível uma coisa dessa?

O próprio relatório do Tribunal de Contas da União, analisando as contas do Governo Lula de 2005, mostra claramente que a seguridade social é superavitária em mais de R\$50 bilhões. O problema é que a Desvinculação de Receita da União, criada por Fernando Henrique Cardoso por quatro anos e reeditada pelo Governo Lula por mais quatro anos – que espero seja extinta agora, que o próximo governo tenha vergonha na cara e não a reedite, como o Presidente Lula e Fernando Henrique fizeram –, saqueia oficialmente

25% do dinheiro da saúde, da assistência social e da previdência pública para jogar no superávit, que enche a pança dos banqueiros e esvazia as políticas sociais para o povo brasileiro.

Então, isto é fato: a seguridade social não é deficitária; é superavitária.

Sobre segurança pública tenho falado várias vezes aqui. Sei que o Senador Tuma já falou sobre isso. Se há algo que realmente me deixa triste – fico mais triste até do que indignada –, é o debate desqualificado, eleitoreiro e inconseqüente que está sendo travado entre o PT e o PSDB sobre a área de segurança pública.

Existe um foco em São Paulo, onde a polarização entre PT e PSDB é muito maior, mas qualquer pessoa de bom senso no País sabe que a crise na área de segurança pública, a crise no sistema prisional brasileiro está em todo o País. Qualquer pessoa o sabe.

Aliás, o Senador Arthur Virgílio até se comportou como homem aqui. Há alguns dias, S. Ex^a, que foi Líder do Governo Fernando Henrique, assumiu que o Governo Fernando Henrique não fez os investimentos que deveria ter feito na área de segurança pública.

São 12 anos de desrespeito completo com a área de segurança pública!

Há três anos todos os secretários de segurança pública do Brasil, todos os dirigentes do sistema prisional brasileiro entregaram à Secretaria Nacional de Segurança Pública do atual Governo e ao Ministério da Justiça do atual Governo todo um quadro, Senador Wellington, todo o detalhamento do sistema prisional brasileiro. Todo.

Qualquer um de nós aqui que tenha ao menos a possibilidade de manusear, de forma razoável, a Internet, terá conhecimento da situação de cada um dos 360 mil encarcerados do Brasil. Eu sei quanto existe de jovens, de mulheres ou de homens em regime aberto, semi-aberto, fechado; se eles estão na delegacia ou no sistema penitenciário. Todos têm condições de saber exatamente tudo: quais são as pessoas que estão lá porque roubaram margarina; quais são as pessoas que estão lá comandando o crime organizado. Ou seja, sabe-se de tudo exatamente.

Há dois anos e meio, apresentaram todas as alternativas concretas. Não estou nem falando de política social, não estou nem falando daquilo que diminuiria o risco de os filhos da pobreza irem para a marginalidade como último refúgio. Claro que não estou dizendo que somente filho de pobre é levado à marginalidade como último refúgio. É só olhar o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto para ver o monte de bandidos.

Não fizeram nada pelas políticas sociais, que diminuem o risco de os filhos da pobreza serem arrasta-

dos para a prostituição, para o narcotráfico. Este País se dá o direito de ter 76% dos seus jovens de 14 a 24 anos passando o dia sem fazer nada. Não estudam, não são capacitados para o trabalho, não fazem música, não têm acesso à cultura, não têm acesso a esporte, a nada. Viram olheiros, esticas, falcões do narcotráfico ou vão vender o corpo por um prato de comida.

Além de não terem feito nada pelas políticas sociais, para diminuir o risco, não fizeram nada para o sistema prisional. Não fizeram debate sobre o Sistema Único de Segurança Pública, sobre piso salarial para os trabalhadores da área de segurança pública, sobre os mecanismos de disponibilizar inteligência e o conhecimento, o monitoramento e o controle, a fim de impedir a promiscuidade do aparato de segurança pública com o crime organizado, monitoramento 24 horas por dia para aqueles que são reconhecidamente chefões do crime organizado, que se utilizam dos verdadeiros campos de concentração de pobres, que são os presídios brasileiros, e não fazem nada, absolutamente nada.

O Presidente da República, em vez de se ausentar da sua condição de candidato, em vez de sair do debate desqualificado, inconseqüente e eleitoreiro entre o PT e o PSDB, em vez de chamar todos os Governadores, todos os Secretários de Segurança e dirigentes do sistema prisional para coordenar um novo pacto na área de segurança pública, tratando de todo o sistema, aproveitando todo o diagnóstico e a exatidão técnica apresentada por todos os Estados brasileiros, em vez de se apropriar dos dados técnicos e objetivos para viabilizar uma alternativa concreta na área de segurança pública, ele entra nesse debate e pratica esse tipo de exercício do cinismo, da vigarice e da dissimulação. Realmente, é muito triste o que está acontecendo hoje no Brasil.

Concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra, contando com a delicadeza do Presidente, para encerrar o meu pronunciamento.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senadora Heloísa Helena, concordo inteiramente com V. Ex^a no que diz respeito à crítica à economia brasileira. Não ouvi o discurso do Senador Sibá Machado, pelo que entendi, defendendo essa tal economia, mas até o compreendo, pois uma das tarefas delegadas aos Líderes pelo Governo atual é defender o indefensável. Nenhum petista de verdade pode apoiar essa política, sob pena de revogar o passado e de assinar um documento dizendo: “Nunca acreditei no que eu disse a vida toda”. E não tem nada a ver com objetivos precários – V. Ex^a sabe que não é essa a minha atitude. Mas reconheço, da maneira mais clara possível, a sua desenvoltura, a sua capacidade de afirmação e sinceridade, que são

muito importantes neste momento da vida pública brasileira, quando é indispensável despertar a capacidade de indignação do povo. A sua palavra tem sido fundamental para que o povo desperte, levante-se e abra os olhos. Não há concordâncias nem discordâncias – nem é caso para serem explicitadas agora –, mas o reconhecimento do papel de V. Ex^a, para que o Brasil seja um País diferente, não este País de brincadeira, de fraude, com pessoas dizendo palavras em que não acreditam e o Presidente da República sem a menor responsabilidade pelo que diz. Não faz a menor questão de não falar a verdade. É prisioneiro de uma armadura que ele próprio criou, de uma política que se fundamenta basicamente em duas grandes alavancas: o Bolsa-Família e a Polícia Federal. Quando alguém acusa o Governo do Presidente Lula de algo que tenha a ver com a questão da honra, da austeridade, da corrupção, das instituições, o Presidente se pendura nas ações espetaculares da Polícia Federal. Não estou criticando essas ações. Estou dizendo que é nelas que o Presidente se apóia para não responder o que não pode responder. Quando alguém fala que a economia vai mal, que a pobreza é muito grande, que as disparidades regionais aumentaram, que as distâncias entre ricos e pobres cresceram, que a classe média empobreceu de fato e que os mais pobres do País continuam tão pobres quanto antes, o Presidente faz de conta que não viu nada, e fala do Programa Bolsa-Família. É uma forma de fugir da verdadeira discussão e de tentar levar a discussão apenas para o que lhe interessa: a versão, e não os fatos. Mesmo tendo com V. Ex^a discordâncias evidentes, reconheço que V. Ex^a atua de maneira sincera, concreta e destemida, o que sempre foi a sua marca. E esse é, seguramente, dentre todos os seus valores, o que eu mais admiro.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Sérgio Guerra.

Já que V. Ex^a mencionou o Programa Bolsa-Família, aproveito para dizer, mais uma vez, que, infelizmente, o Presidente Lula repete o Governo Fernando Henrique nessa história de não ir a debates. Isso é tão feio! É um misto de arrogância e de covardia. A arrogância é cega, embora não seja cegueira de fato. A minha filha de leite, Fabrícia, que é cega, vê muito mais do que todos nós juntos. Esse misto de arrogância e de covardia de não participar dos debates é algo muito ruim, porque eles saem mentindo nas belas peças publicitárias do programa eleitoral, ou colocam seus bajuladores, sua Base de bajulação, para mentirem pelo País afora.

V. Ex^a não imagina – sei que alguns Ministros disseram isso nos jornais – o quanto sou perguntada, por onde ando, por que vou acabar com o Bol-

sa-Família. Isso cabe na cabeça de alguém? É algo impressionante!

Digo que o Bolsa-Família ou qualquer política de transferência de renda não pode ser o que é hoje: um instrumento demagógico-eleitoreiro de se apropriar da dor e da pobreza de um pai e de uma mãe de família para tomar voto. Ficar o tempo todo tratando isso de forma demagógica é o mesmo de que nós, nordestinos, fomos vítimas, a vida toda, com a cesta básica. É a mesma política.

Defendo que o Bolsa-Família esteja associado à escola integral, para que, em vez de ser um estímulo à gravidez na adolescência, as meninas brasileiras possam escolher se serão cientistas, pianistas, bailarinas, professoras, qualquer coisa, e não condenadas a permanecerem pobres porque, do contrário, o Estado brasileiro não as quer ver. Essa política está sendo feita assim: se a pessoa arranjar um trabalho, perde a estabilidade da Bolsa. Então, não pode arranjar.

Por isso, defendemos muito mais o que é discutido como política de renda básica pelo Senador Eduardo Suplicy, uma proposta conseqüente, absolutamente estruturada tecnicamente e que pode estar associada à capacitação profissional, à inserção no mundo do trabalho, à escola em tempo integral, àquilo que, de fato, pode dar dignidade para meninas, meninos e famílias espalhadas pelo Brasil.

Mas esse tipo de molecagem de uma base de bajulação cínica, corrupta e dissimulada é que deveria obrigar o Presidente da República a ir aos debates. Porque vai ficar muito feio esse tipo de mentirinha contada, contada, contada, contada, contada, e que acaba criando uma situação de desespero nas famílias pobres de Alagoas ou de Piauí ou de qualquer outro Estado do Brasil.

Encerro, Sr. Presidente, mais uma vez pedindo ao PT e ao PSDB que superem esse debate inconseqüente, eleitoreiro e desqualificado sobre o tema da segurança pública. Que assumam humildemente os erros. E que possa, imediatamente, o Presidente coordenar um novo pacto federativo na área de segurança pública, a fim de diminuir o risco. O crime organizado age em São Paulo, mostrando ao Brasil o que pode acontecer. Em Alagoas, minha querida Alagoas de paz, quando Fernandinho Beira-Mar lá foi passar um tempo na Polícia Federal, o crime organizado e a base do narcotráfico soltaram fogos durante toda a madrugada para deixar claro que o Brasil – porque é também uma cambada de irresponsáveis – sequer faz o monitoramento das florestas para impedir a entrada de pasta-base de cocaína. E, é claro, pasta-base de cocaína não são os favelados que têm, eles apenas

são usados como mão-de-obra para essa grande empresa capitalista.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – V. Ex^a me permite um aparte, Senadora Heloísa Helena?

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Pois não, Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senadora Heloísa Helena, quero, por intermédio de V. Ex^a, de público pedir desculpas ao povo de Alagoas, pois tive culpa dessa visita incômoda. V. Ex^a se lembra de que esse hóspede estava sendo deslocado para o Piauí, em uma cooperação entre o Governo Federal e o Governo Estadual.

Aliás, foi o único momento em que o Governo Federal, de maneira efetiva, se preocupou com o Governo do Piauí, exatamente querendo mandar para lá um prisioneiro de segurança máxima. Fiz um protesto; houve uma frustração de expectativa por parte do Governo, e fui acusado de estar contra o desenvolvimento do Piauí, porque em troca – veja só que troca danada de boa, Senadora! – iam mandar construir no Piauí três presídios de segurança máxima. Com o impasse criado, o Governador ficou preocupado com a quebra de popularidade. E eu raciocinava: o que o Piauí vai ganhar com presídios de segurança máxima? Para colocar bandido federal? Não agüentamos os bandidos estaduais; para que isso? Dois dias depois, o Governador fez um pronunciamento me acusando de estar contra o progresso do Piauí e que o Governador Lessa, como tinha aceitado, ia ganhar os três presídios. Semana passada, estive em Alagoas e, muito sem jeito, perguntei sobre aquele assunto que me incomodou durante muito tempo. Pois bem, Alagoas recebeu lá o Fernandinho Beira-Mar, viveu problemas terríveis e não foi construído um palmo sequer daquilo que havia sido prometido. De forma que foi apenas uma enganação! Fico com a consciência muito tranqüila por ter defendido o Piauí. Mas, por outro lado, fico com remorso pelo sofrimento por que passou Alagoas. Dessa forma, aproveito o pronunciamento de V. Ex^a para, de coração, movido por um sentimento de remorso, pedir desculpas ao povo de Alagoas pelo mal que causei. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Heráclito.

Sr. Presidente, apenas para encerrar: há necessidade de um esforço. Às vezes, é muito cansativo ficar falando, porque são muitos anos de repetição sobre essa questão e muita insensibilidade por parte dos Governos.

Cabe na cabeça de alguém que um País não faça monitoramento de suas fronteiras? Cabe na cabeça de alguém que um País não fiscalize os seus laboratórios

brasileiros que estão produzindo insumos químicos como éter, acetona, ácido clorídrico, que vão para os Países produtores de coca, que fazem o refino dessas substâncias, para, depois, entrar aqui? Cabe na cabeça de alguém que o Brasil virou não apenas um corredor de exportação, mas uma base estruturada de narcotraficantes? Cabe na cabeça de alguém que a infância pobre brasileira esteja sendo destruída pela cocaína em pedra, que é o *crack*, e a juventude, em todas as classes sociais, esteja sendo destruída pela cocaína em pó?

Então, realmente, fica muito difícil entender por que, com tantas alternativas concretas, ágeis, eficazes, objetivas, de baixo custo e grande impacto social, os Governos se revezam no cinismo, na dissimulação, na incompetência, na irresponsabilidade. E, enquanto isso, quem sofre mesmo é a grande maioria do povo brasileiro.

É só, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcos Guerra.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Concedo a palavra ao nobre Senador Heráclito Fortes, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente, de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno da Casa.

V. Ex^a está com a palavra, Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente, quero pedir desculpas aos ouvintes por ter que voltar a falar hoje. Não gostaria de fazer isso. Mas aprendi com o Dr. Tancredo Neves, Senador Sibá Machado, que na vida ou na política você pode falar muito. Você não pode é falar demais. Eu vou tentar não falar demais, mas falar o suficiente para que todos entendam o momento que estamos vivendo.

O Presidente Lula, em uma entrevista a uma rede de tevê, no Rio de Janeiro, declara o seguinte:

Se alguém tiver alguma denúncia [claro que de corrupção], aproveite o meu Governo e a faça. Acho que isso é dinheiro que poderia ser revertido para programas sociais e ajudar o povo brasileiro.

Ele foi mais longe.

Achamos que é possível desbaratar todas as quadrilhas que estão montadas. Os números são estardalosos [ele já sabe]. Mas eu sonho que estamos

caminhando para consagrar no Brasil o que aconteceu na Itália, onde não ficou pedra sob pedra.

Consagrar o Brasil como um País que vem crescendo ano a ano. Senador Sibá, hoje o jornal **O Globo** traz isso com muita clareza: o Brasil vem crescendo ano a ano nos índices de corrupção.

O índice de corrupção no Governo Lula cresceu mais que o índice de crescimento econômico – aquele que V. Ex^a, como economista, tanto defende.

Senador Sibá Machado, o Presidente Lula quer comparar o que está sendo feito no Brasil com a Operação Mãos Limpas, na Itália, é uma piada porque de limpa não tem nada. O que se fez aqui foi uma ação de “mãos sujas”, com os dólares na cueca, com o mensalão, com as sanguessugas, com a evasão de divisas. Quem foi punido, Senador Sibá Machado?

Se é verdadeiro o sentimento expressado pelo Presidente Lula – para enganar as massas –, por que manobrou e não permitiu que o sigilo do Sr. Okamoto fosse quebrado?

Sr. Presidente, se é verdade o que disse o Presidente, por que proteger os seus companheiros de caminhada para que não fossem cassados, gesto esse simbolizado pela dança da Sr^a Angela Guadagnin em uma madrugada fria no Plenário da Câmara, em Brasília?

E a absolvição imediata de todos que voltam a ser seus companheiros nos palanques de São Paulo e do Brasil?

Que autoridade tem o Presidente da República para falar em mãos limpas, Senador Romeu Tuma? Não! A Operação Mãos Limpas, na Itália, foi outra coisa: prisões, condenações, perseguição de bandidos e morte. Aqui: conivência, silêncio, esquecimento e perdão. Que diferença!

Não sei o que o Presidente da República ganha com isso, tampouco que mensagem ele quer passar e para quem passar, Senador Sibá Machado. Como eu sei que não está em nenhum desses grupos de seu Partido – penalizados não, desbaratados sim – V. Ex^a não concorda com nada disso e seu semblante se torna triste a partir do momento em que se começa a falar desse assunto.

V. Ex^a é um assalariado, daqueles que nós olhamos e vemos que deve estar com o cheque-ouro comprometido, diferentemente dos colegas que tomam vinhos caros nos restaurantes da moda e de luxo pelo Brasil afora.

Senador Romeu Tuma, há um fato mais grave. Agora, estão tentando fazer da Polícia Federal instrumento dessas investigações. Mas a Polícia Federal não pode, Senador Romeu Tuma, se deixar levar por

esse tipo de coisa, pois pertence ao Estado e não à transitoriedade de Governo.

Senador Romeu Tuma, eu não sei por que, de repente, o Presidente Lula se diz defensor da Polícia Federal quando maltratou, durante três anos, com greve, com incompreensão, os servidores daquela corporação.

Sabe bem V. Ex^a que os servidores vieram aqui muitas vezes para pedir, no Congresso Nacional, o apoio que não tiveram no Governo. Essa história de querer carimbar como ação eventual é crime. É crime.

Senador Romeu Tuma, o mais grave disso tudo eu vou dizer agora. O Ministro Thomaz Bastos, no exercício da função que lhe é conferida de Ministro da Justiça, tem todo o direito de comunicar à Nação as ações da Polícia Federal, que ele diz ser republicana, e que é republicana não por sua vontade, mas pela formação que aqueles profissionais receberam. Mas ele não pode ter a dupla função, como Ministro da Justiça, de apontar para a Nação as ações da Polícia Federal em São Paulo em um dia e, no dia seguinte, Senadora Heloísa Helena, em um programa de televisão, defender um candidato da sua preferência – no caso, o Senador Mercadante, nosso amigo e nosso colega –, usando os argumentos da segurança pública de São Paulo. É um crime, é uma irresponsabilidade e, acima de tudo, uma falta de ética. E ninguém no Brasil deve conhecer mais de ética do que o Ministro, pela sua longa carreira como advogado, defendendo pessoas ilustres e famosas neste País.

Não é possível que isso aconteça, Sr. Presidente. O Ministro, que defende ações republicanas, não pode se apequenar para sobreviver em um cargo com esse seu gesto de comandar ações, de anunciar providências tomadas, de debater com o Secretário de Segurança, o Sr. Saulo, pela televisão, de ter posições contrárias, de passar informações da sua conveniência e, depois, ir para São Paulo usar o programa eleitoral gratuito para defender o candidato da sua preferência, usando exatamente os mesmos argumentos.

O que me estarrece é o Sr. Aloizio Mercadante aceitar isso. De repente, cola nele a pecha de vinculação de fatos graves que acontecem em São Paulo, com a participação direta do Governo.

Senador Tuma, concedo um aparte a V. Ex^a, com muita alegria. Em seguida, ao Senador Sibá Machado.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador, eu tive a oportunidade hoje de ser aparteado, com elegância, pela Senadora Heloísa Helena sobre a atividade histórica do PCC, do Comando Vermelho, e toda essa ligação e organização do crime. A Polícia Federal evoluiu e vem evoluindo na tecnologia de investigação. Mas

a Polícia não é de nenhum governo; é do Estado. Ela tem a responsabilidade de apurar os fatos que envolvam ou não agentes públicos. Toda a gama de legislação foi o Congresso que deu. Ao tempo em que lá eu estava, o hoje Diretor Dr. Paulo Lacerda, um homem de bem, correto, sério, que não aceita pressão, criou mecanismos contra a lavagem de dinheiro; investigou aquele caso do PC, do Collor de Mello; foi ele que iniciou toda essa operação na busca de informações. E desde o tempo em que lá passei, com o auxílio deles, fomos mudando a legislação que esta Casa deu. O grande número de investigações está na tecnologia da escuta telefônica, da infiltração, da lavagem de dinheiro. Então, a Polícia não tem nada, absolutamente nada, com o governante. Teria se o governante pressionasse para evitar que ela fizesse o trabalho, e ele aceitasse pacificamente – mas aí não mereceria a dignidade do cargo. Então, eu acho que ele não aceita, tem independência, e tem realmente sofrido com a falta de dinheiro para pagar diligências, para pagar diárias. Tudo isso é difícil. Veja quantos homens há na Amazônia. Falei hoje com a Senadora Heloísa Helena, trocando idéias de como melhorar o policiamento da região amazônica. Trabalha-se com dez, doze homens naquela fronteira enorme! Como é que se vai conseguir vencer o crime de fronteira? Não é só o tráfico de drogas; temos tráfico de armas, entrada de grupos guerrilheiros, tudo aquilo que envolve a atividade criminosa de fronteira. E o Exército, que quer impor dez mil homens em São Paulo, tem dificuldade, Senador Heráclito Fortes, para manter projetos, principalmente o Calha Norte. Quantas vezes, nós brigamos, quando da elaboração do Orçamento, para arrumar dinheiro para a manutenção de projetos como Sivam, Sipam e tudo isso que são tecnologias de ajuda à proteção não só da Amazônia, mas também para combater o crime. Então, são elementos que a Polícia tem hoje, mas que precisam, permanentemente, ser subsidiados e pagos para que possam desenvolver. Então nego, peremptoriamente, que algum governante possa dizer que a sua Polícia é particular.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a tem toda a razão e sabe o conceito que tenho da Polícia Federal. Na semana passada inclusive, dei a V. Ex^a um depoimento em aparte sobre o Superintendente da Polícia do Piauí, que não conheço, mas sei que pratica corretamente o exercício das suas funções lá no meu Estado. Não o vejo em badalação; vejo-o em ações corretas. Agora, pergunto a V. Ex^a: o Ministro da Justiça, responsável hierarquicamente pela Polícia Federal, Senadora Heloísa Helena, hoje vai para a televisão e fala sobre as questões de São Paulo como Ministro da Justiça; amanhã fala como militante político num progra-

ma eleitoral. O que é que a população entende? Que o Ministro está a serviço de uma causa, de um partido. O Ministro da Justiça, isento e republicano! Se saísse uma declaração dele, nobre Líder Salgado, envolvendo o nome do Ministro da Justiça num programa eleitoral – fosse de quem fosse –, teria o dever e a obrigação de tomar providência na Justiça Eleitoral para que os fatos não se repetissem.

E se a aparição tivesse uma conotação que deixasse em dúvida a Nação, deveria pedir o direito de resposta para prestar os esclarecimentos devidos. Não pode é o Ministro da Justiça ser militante partidário, nem um militante partidário ser Ministro da Justiça. Esse, sim, é o começo do caos.

Senador Sibá Machado, nobre Líder do PT nesta Casa, com o maior prazer concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, eu me sinto na obrigação de fazer este aparte porque, volto a dizer, como no debate de ainda há pouco, todos nós aqui estamos defendendo pontos de vista. E vamos defender aqui o nosso. Primeiro, a respeito da posição da Polícia Federal. A Polícia Federal está corretíssima. Ela não é propriedade privada de ninguém, de nenhuma força política ou de qualquer pessoa que esteja no exercício de um mandato. Mas sabemos que, na história da Polícia Federal, ela foi utilizada, sim, por determinados governos; tinha orientação para fazer algumas ações.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a, como homem responsável...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Período militar!

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – deveria dar os nomes.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Período militar! No período militar, ela foi orientada a ser uma polícia política.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Espere aí, mas nós lutamos tanto para mudar esse regime!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Só um instantinho. V. Ex^a me permite fazer o aparte?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Pois não, V. Ex^a vai falar.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Estou só dizendo aqui que o papel da Polícia é republicano mesmo, e é como tal que ela está trabalhando hoje. Não há interferência no seu papel. Portanto, a preocupação contra o Presidente Lula não procede. O Governo do Presidente Lula, no meu entendimento, e eu defendo isso por convicção, tem duas instituições hoje de fiscalização no Brasil que trabalham com total liberdade e isenção, o que não se via pouco tempo atrás, a Polícia Federal e o Ministério Público. Essas

duas instituições têm feito um trabalho no sentido de trazer aspectos históricos de corrupção no Brasil, tem desenterrado uma série de fatos. Mas não se pode dizer que a corrupção nasceu em 2003. Ela nasceu – sabe Deus quando – com a história do Brasil. Portanto, as instituições tinham uma dívida de cobrança e fiscalização. O Senador Roberto Saturnino lembrou uma série de episódios. Desse modo, o que não pode haver são dois pesos e duas medidas no trato com a Polícia Federal. Quanto à questão do Ministro Márcio Thomaz Bastos, quero dizer que essa regra vale para todos e não só para o Ministro da Justiça. Em todos os governos, qualquer ministro ou qualquer outra pessoa que assume função pública, antes de assumir essa função, tem uma opinião partidária...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ... daquele Partido que ganhou as eleições. Então eu quero defender, porque, se um dia eu ganhar uma eleição, quero montar um gabinete com as pessoas que formaram a aliança com a qual eu venci a eleição. Essa é a questão. Senão, fica parecendo que é pecado nomear alguém. Está correta a nomeação. Temos uma aliança política. Preenchemos, sim, os cargos que fazem parte da formação da aliança política, da governabilidade. Se essa pessoa fez uma declaração num programa eleitoral, é porque isso é permitido. Não está escrito na Constituição que é errado.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eticamente, é correto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quero dizer a V. Ex^a...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eticamente, é correto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É correto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senadora, aquela cartilha do PT só foi usada contra V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senão, qualquer Ministro de Estado estaria impedido de fazer isso. Podemos fazer referência a outras funções do serviço público, qualquer outra função do serviço público. Então, essa condenação não pode ser aceita.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Que dia o Ministro do Exército vai dar um depoimento lá, o Chefe do Exército, da Aeronáutica, da Marinha? Quando é que eles vão se pronunciar a favor da candidatura do Governador de São Paulo?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aí é um direito individual, porque ali está fora de uma citação. É escolhido dentro do quadro. É diferente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Como?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É dentro do quadro, carreira do quadro. Aí é diferente. Nas Forças Armadas, é escolhido dentro do quadro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ainda bem que V. Ex^a pensa igual aos militares. Parabéns a V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quando a função é civil, aí eu defendo, porque pode sim.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Ministro Armando Falcão deve estar orgulhoso da cria que mandou aqui para o Senado.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aí é uma relação...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, paciência! Qual é a autoridade que tem um Ministro da Justiça que está negociando, fazendo acordo com São Paulo e que nesta semana teve uma reunião com Cláudio Lembo para tratar do assunto mais grave do Brasil, que é a questão dos atentados...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas ele não fez nada de errado. Cumpru com a sua função de Ministro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ... e, em seguida, dá um depoimento sobre segurança apontando caminhos? Por que ele não foi falar sobre outro assunto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas ele pode.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, pode?!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Pode.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eticamente, é correto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – É uma área que ele conhece.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eticamente, é correto?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Conhece muito bem.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Partindo desse pressuposto – esse é um assunto de que eu não gosto de falar, mas V. Ex^a está me forçando –, é correto filho de Presidente da República montar empresa, receber dinheiro da iniciativa privada. É correto! Não é gente, não é ser humano? Que ética tem esse Partido de V. Ex^a! Que cartilha! Quando é o lançamento da nova cartilha do PT? Eu quero ir a esse lançamento, Senador.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Heráclito Fortes, eu sempre digo aqui que admiro muito

a inteligência de V. Ex^a, que pensa muito rápido, consegue fazer um diagnóstico em fração de segundos, é muito preciso na hora de fazer citações e dribla muito bem o assunto que está sendo tratado. Neste caso, estou citando apenas o que diz respeito a um direito civil do cidadão, desse Ministro ou de qualquer outro Ministro, que não os de carreira, no caso das Forças Armadas, fazer uma coisa dessas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – É um direito. O próprio Diretor-Geral da Polícia Federal, se assim quisesse, poderia se manifestar. Não é isso. Não é isso, não; a questão é ética.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, aí, o Ministro da Fazenda também não poderia, o da Reforma Agrária não poderia.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – São funções diferentes. O Ministro da Justiça...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, são pontos de vistas sobre questões que são conflitantes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – O Ministro da Justiça tem funções específicas de segurança. Sob sua responsabilidade está a Polícia Federal. É questão da ética de cada um.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E ela está livre para trabalhar. É isso que estou dizendo. A Polícia Federal não tem se pautado nem pelo corporativismo. Às vezes, os representantes de muitas categorias são corporativistas, mas ele não tem sido nem corporativista, porque quando alguns de seus membros estão envolvidos eles são presos. Veja: na última operação, foi presa uma pessoa vinculada ao Exército brasileiro...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Então, essa admiração pela Polícia Federal, a que V. Ex^a está se reportando, todos nós a temos, todos nós estamos muito satisfeitos com o desempenho da Polícia Federal. É um desempenho à altura de todo o mundo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex^a não acha que neste governo está se prendendo mais porque está se roubando mais? Seja sincero. V. Ex^a é um homem sincero.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas, digo a V. Ex^a que isso é força de expressão de oposição. Imputar ao Presidente atual, imputar ao Governo essas responsabilidades é um direito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não. Espere um pouco, Senador Sibá Machado. O dólar na cueca foi no governo passado?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como também a questão da privatização, da compra de vo-

tos, das 69 CPIs de São Paulo. Existe uma série de questões.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah, não venha com essa cantilena!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quero dizer a V. Ex^a que está correta a investigação sobre pessoas da atualidade. Está correta. Mas, o que não pode ser imputado é que a corrupção nasceu em janeiro de 2003.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – V. Ex^a implantou aqui um novo método: o PT está no banco dos réus e não quer ficar só, precisa de companhia; onde houver erro e pecado, assumam-se e venha para cá porque o PT não quer ficar sozinho.

Que é isso, Senador? Assumam as responsabilidades de vocês.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Quem tiver cometido...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Assumam as responsabilidades de vocês.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...terá um tratamento linear, se for do PT ou de outro partido tem de ser tratado igual.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual é a autoridade que vocês têm para acusar o governo passado, se vocês assumiram e não fizeram acusação sequer?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como as coisas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Qual a autoridade?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...que imputamos ao governo passado também não nos redime.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Nós estamos acusando o Governo agora, no alto.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...de não ser acusados de coisas que aconteceram com pessoas nossas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Estamos acusando no momento, no momento que ocorrem.

Ontem, quando V. Ex^a começou a falar sobre a navegação européia para o mundo, pensei: vai achar ladrão na Europa, lá atrás, nas caravelas.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E pode ter tido.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Vai ver que eles...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – E houve muitos mesmo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Eles são os culpados pelo PT ter roubado. O que é isso,

Senador? O Brasil todo está ouvindo. Esse partido de V. Ex^a que, durante vinte anos, quis ser monopolista da virtude, não pode entrar nessa de o Presidente falar em campanha de mão limpa, ter como exemplo a Itália...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Ele pode.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...e ter protegido, inclusive...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Não, aí ele pode. Ele pode, está aceitando...

(Interrupção do som.)

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Mas, Senador, um Presidente que não permitiu sequer a quebra o sigilo bancário de seus apaniguados?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Mas o Presidente não tem autoridade sobre isso, Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Manobrou o Congresso. E V. Ex^a, como membro, assinou sem saber uma das páginas mais vergonhosas de uma CPI, que é um anexo...

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Temos uma Bancada...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – ...tirando os seus companheiros.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...que tem os seus compromissos e suas responsabilidades.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – E por que seus companheiros de Bancada não assinaram? Por que a Líder não assinou?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Aqui temos autonomia, Sr. Senador.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Ah!

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Temos a nossa autonomia. Assumo minhas responsabilidades e acredito que cada um que está nesta Casa também o faz. E tem as questões de assuntos coletivos...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Peço aos Senadores que...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Coletivos?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – ...que têm de ser tratadas coletivamente.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Coletivo? Consciência coletiva ou individual?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Como aceito que todas as Bancadas tenham o mesmo tipo de entendimento...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Não, não, Senador Sibá. Não há homem no mundo que me faça assinar o que não concordo, principalmente um relatório naqueles termos, que isenta, que não acusa e quando acusa ainda é sob tese. E o PT, com rabo

preso, por que sabe por onde andou, sabe os seus rastros, quis fazer um acordo, desmerecendo o trabalho do relator. Seria melhor que não se falasse nisso. Esse é um momento negro. O relatório daquela CPI não deveria ser citado e eu não gostaria de falar sobre isso, porque não é bom.

Quero falar de assuntos recentes, como o Presidente da República falar sobre campanha das mãos limpas e que vai levar até o fim, não permitindo sequer que se quebre o sigilo bancário dos que lhe deram dinheiro para pagar as contas, que não deixa sequer que as investigações sejam concluídas.

Sr. Senador, infelizmente, a ética do Partido de V. Ex^a mudou, e mudou muito. O Brasil está julgando.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – O Sr. Senador Valdir Raupp, a Sr^a Senadora Lúcia Vânia e o Sr. Senador Sérgio Guerra enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o §2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos últimos 25 anos, o desenvolvimento alcançado pela indústria brasileira de turismo merece elogios. Todavia, apesar do enorme salto de qualidade registrado no período, o turismo brasileiro é ainda uma atividade econômica e de lazer em fase de organização, com uma potencialidade invejável de crescimento, com um enorme mercado a ser conquistado, com grande capacidade de geração de lucros e com muitas ofertas atraentes de investimentos.

É importante destacar dois pressupostos dessa expansão. Em primeiro lugar, ressaltar o processo de modernização acelerada de nossa economia, que se verificou com maior rapidez a partir do início da década de 1980. Em segundo lugar, evidencio a ação pontual do Governo, que tomou consciência da necessidade de apoiar e de participar ativamente dessa onda modernizadora que levou o nosso País a abrir seu caminho no processo de globalização.

Em face dessa realidade, grande atenção passou a ser dada à melhoria do turismo interno. O Estado cuidou logo de dinamizar as atividades da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), incentivou a realização de seminários, encontros e debates sobre turismo em todo o território nacional, ampliou consideravelmente os espaços de difusão na mídia, promoveu a criação de cursos específicos nas Universidades, patrocinou treinamento para milhares de pessoas que já atuavam no mercado do turismo e que não tinham boa qualificação, permitiu a abertura de linhas de crédito atrativas

em favor dos empreendedores, e contribuiu de forma objetiva para a criação de milhares de empregos diretos e indiretos, em uma atividade econômica exigente em termos de competência, de nível de escolaridade, enfim, de qualificação.

Merece igual destaque o volume de recursos que foi investido para estimular o turismo em nível nacional. Com o apoio do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), foram realizadas obras de saneamento básico em vários Estados, melhoria da coleta de lixo nas cidades turísticas, recuperação de trechos rodoviários e de patrimônios históricos, modernização de aeroportos nas principais capitais do País, e preservação de grandes áreas rurais destinadas ao turismo ecológico.

Segundo a Doutora Maria Luisa Leal, Secretária Nacional do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), entre 1994 e 2004, nove Estados do Nordeste receberam 670 milhões de dólares para ser aplicados em projetos de infra-estrutura e construção de aeroportos. Desse total, 400 milhões de dólares vieram do BID, 100 milhões de dólares de contrapartida federal, e 170 milhões de dólares dos Estados e dos Municípios.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao acompanhar todo esse esforço desenvolvido pelo Governo e pelos agentes interessados no desenvolvimento sustentável de nossa indústria turística, é importante fazermos uma rápida radiografia do setor, a fim de determinar qual a real importância da atividade turística em termos nacionais, e qual o seu significado no contexto de nossa economia.

Segundo estimativas do Plano Nacional de Turismo, a indústria brasileira do turismo deverá gerar, até o final deste ano, cerca de 310 mil empregos e ocupações. Outra meta a ser atingida até o final de dezembro de 2006 é a de atrair 7 milhões de turistas estrangeiros. A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) divulgou que, no mês de janeiro deste ano, houve cerca de 4 milhões e 200 mil desembarques nacionais de turistas. Para os representantes do Ministério do Turismo, em curto prazo, o setor deverá ser a terceira fonte de divisas na pauta de nossas exportações, com cerca de 6 bilhões de dólares anuais. Em 2005, essa receita ocupou o 5º lugar.

De acordo com a 2ª Pesquisa Anual de Conjuntura, da Fundação Getúlio Vargas, as 80 maiores empresas do ramo turístico faturaram 25 bilhões e 500 milhões de reais em 2005, um crescimento médio de 17,27% em relação a 2004. É importante dizer que esse lucro propiciou a oferta de 67 mil postos de trabalho formais, uma alta de 14,23% em comparação com 2004.

Por sua vez, o Banco Central deu a conhecer que, durante o ano de 2005, cerca de 5 milhões e 500 mil turistas estrangeiros gastaram no Brasil 3 bilhões 861 milhões de dólares. Este ano, a indústria do turismo deverá crescer cerca de 5,3% e somar um faturamento de 165 bilhões de reais. Tal resultado deverá colocar o nosso País na 18ª posição no *ranking* mundial, segundo os analistas internacionais. Assim, o rendimento do turismo brasileiro deverá representar cerca de 2,8% do Produto Interno Bruto (PIB) até o final de 2006.

Sem dúvida alguma, a indústria do turismo e sua capacidade de influência sobre outras áreas da economia estimulam o desenvolvimento em todos os sentidos. Além dos incontáveis benefícios que traz para um País e para uma região, favorece a criação de milhares de empregos diretos e indiretos em médio prazo, e, o que é mais importante, empregos qualificados.

Eminentes Sr^{as} e Srs. Senadores, a Amazônia detém um maravilhoso potencial turístico e uma inesgotável capacidade de oferta praticamente inexplorada. Sua beleza natural, sua grandeza, suas diversas paisagens, seu exotismo, a abundância de água, sua fauna inigualável, sua flora gigantesca, suas riquezas cobiçadas, e um clima que favorece a atividade turística ambiental, é um patrimônio privilegiado do Brasil e invejado pelo mundo inteiro.

No caso do Estado de Rondônia, por exemplo, que tenho a honra de representar nesta Casa, a rentabilidade desse bem natural e o usufruto harmônico e sustentável dessa fabulosa riqueza em favor de nossa população depende, fundamentalmente, de políticas equilibradas de turismo. Em minha opinião, esse valioso patrimônio requer, desde já, investimentos racionais, ou seja, iniciativas econômicas compatíveis com o equilíbrio do meio ambiente local e o respeito à integridade da floresta.

Infelizmente, no Estado de Rondônia e no resto da Região Amazônica, os incentivos às atividades turísticas ainda são bastante modestos. Isso nos leva a deixar de acumular receitas consideráveis a cada ano. O caminho seria prestar mais atenção à valorização desse acervo porque estamos deixando escapar a oportunidade de aquecer a nossa economia e gerar centenas de postos de trabalho.

Em minha opinião, todas as lideranças políticas estaduais, independentemente de posição partidária ou ideológica, deveriam motivar o restante de nossa sociedade organizada, empresários, comerciantes, intelectuais, religiosos, trabalhadores, estudantes, organizações sociais de peso e outras entidades representativas, para fazer um esforço conjunto em defesa da dinamização e do fortalecimento de nossa atividade turística. Entretanto, se não agirmos logo nessa dire-

ção continuaremos a perder uma grande oportunidade de abrir portas importantes ao desenvolvimento regional.

Assim, um plano diretor criterioso de turismo deveria ser pensado imediatamente, com definição precisa sobre o ordenamento do solo para a exploração turística na região. Ao mesmo tempo, precisaríamos desenvolver uma ação eficiente em matéria de saneamento básico dos municípios para evitar surtos de doenças tropicais, organizar cursos sobre educação ambiental, limpeza pública, higiene e segurança, enfim, destinar recursos razoáveis para a formação de mão-de-obra qualificada e construção de infra-estrutura de hotéis, pousadas e outros equipamentos fundamentais para o bom funcionamento da indústria do turismo em nosso Estado.

Dessa forma, sem uma política de turismo bem planejada no Estado de Rondônia, deixaremos de aproveitar as nossas belezas naturais e o grandioso potencial turístico. O Vale do Guaporé, por exemplo, onde podemos encontrar o Forte Príncipe da Beira, no Município de Costa Marques, cuja construção foi iniciada em 1776, poderia render somas importantes às finanças do Estado, gerar muitos empregos e contribuir, de maneira decisiva, para o desenvolvimento sustentável de toda a região. Todavia, a sua exploração turística ainda está longe de ser representativa.

O mesmo acontece com o Pólo de Guajará-Mirim, que é formado por áreas primitivas e remotas, localizadas em ambientes de serras e planícies. Esse Pólo oferece ao visitante a oportunidade de vivenciar e conhecer os costumes, o extrativismo, as lendas, o artesanato dos povos da floresta, índios, seringueiros e ribeirinhos, os quais convivem em harmonia com a natureza, retirando dela o essencial para a sobrevivência, com total respeito ao equilíbrio ecológico. Segundo os especialistas em turismo ecológico, conhecer Guajará-Mirim significa mergulhar pelo menos 100 anos no passado, em uma região cuja fauna e flora estão catalogadas entre as mais diversificadas do planeta.

Nobres Senadoras e Senadores, toda essa dissertação nos leva a concluir que, mais do que nunca, precisamos sensibilizar com muita firmeza as nossas autoridades para que novos incentivos sejam destinados ao turismo rondoniense. Ao mesmo tempo, é preciso estudar, modernizar, refletir sobre as vantagens e desvantagens do aproveitamento turístico de nossa região. É preciso, portanto, como disse anteriormente, definir estratégias e pensar de maneira profissional. Devo dizer que essa é uma tarefa não só do Governo local, mas, também, dos políticos, dos dirigentes, dos empresários, enfim, de toda a sociedade de Rondônia.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, realizam-se no Rio de Janeiro, até sexta-feira, o 11º Congresso Mundial de Saúde Pública e o 8º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva.

Os eventos são promovidos pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública.

Estão inscritos cerca de 10 mil pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Eles vão debater o tema “Saúde Coletiva no mundo globalizado: rompendo barreiras sociais, econômicas e políticas”.

O momento não poderia ser mais oportuno.

Estamos às vésperas de eleições em nível federal e regional. Candidatos apresentam-se ao eleitorado com programas em todas as áreas, e a da saúde é, sem dúvida, das mais importantes.

O Sistema Único de Saúde em nosso País atende, hoje, a mais de 80% da população, além de cobrir grande parte dos procedimentos mais caros e de alta complexidade que os planos de saúde não pagam.

O SUS teve seus princípios e bases estruturados há 20 anos, durante a VIII Conferência Nacional de Saúde.

Sua implantação no País significou, sem dúvida, o maior movimento de inclusão social da história brasileira.

É evidente que ainda há muito o que fazer, e o Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva e o Congresso Mundial de Saúde Pública são eventos da maior importância para a discussão dos aperfeiçoamentos necessários para a promoção da saúde e da vida por meio do SUS.

Eu gostaria de divulgar também alguns dos vários temas que estarão em debate hoje e nos próximos dias nos dois Congressos.

São temas que dizem respeito à saúde da população brasileira e mundial e que repercutem na vida do nosso planeta. Por exemplo, a importância da escassez da água e da crescente desertificação; as mudanças climáticas e a repercussão na saúde das populações; a bioética e a saúde pública; as últimas pesquisas sobre HIV/Aids; políticas públicas de acesso a medicamentos; políticas públicas em saúde mental; atenção primária à saúde; envelhecimento e saúde, entre tantos outros temas que englobam a questão da saúde como um dos principais desafios a serem enfrentados pelos governos visando à superação das desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e saudável.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil está de parabéns!

Uma instituição brasileira de renome internacional foi escolhida como a melhor instituição de saúde pública do mundo pela Federação Mundial das Associações de Saúde Pública, uma organização não-governamental que une profissionais de saúde para intercâmbios e colaborações.

Trata-se da Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, considerada a mais destacada instituição de ciência e tecnologia da América Latina.

Com 106 anos de existência, a Fiocruz abriga inúmeras atividades, como o desenvolvimento de pesquisas, a prestação de serviços ambulatoriais de referência em saúde, a fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico, o ensino e a formação de recursos humanos, entre outros.

São mais de 7.500 servidores e profissionais, que atuam num **campus** de 800 mil metros quadrados no bairro de Manguinhos, na zona norte do Rio de Janeiro, e nas unidades nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Manaus.

A Fundação Oswaldo Cruz é um orgulho para o nosso País e merece desta Casa o reconhecimento pelo trabalho que desenvolve há mais de um século.

Como liderança sanitária mundial individual, recebe o prêmio o sanitarista Paulo Buss, Presidente da Fiocruz. Faço questão de cumprimentá-lo e a todo o corpo de funcionários e servidores da Fundação Oswaldo Cruz por esses prêmios, mais do que merecidos e justos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto é para comentar a matéria intitulada “Alckmin: onda de violência é represália”, publicada pelo **Jornal do Brasil** no dia 8 de agosto do corrente.

A matéria destaca declarações do candidato à Presidência Geraldo Alckmin ao Jornal Nacional, da TV Globo:

“Há verdadeiras máfias para fazer o governo recuar”. Segundo o candidato a onda de violência em São Paulo foi motivada como represália às duras medidas adotadas pelo governo do estado contra o PCC.

Por fim, Sr. Presidente, requeiro que a referida matéria passe a integrar esse pronunciamento, a fim de que conste dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

JORNAL DO BRASIL 1891

DATA: 08/08/2006

ELEIÇÕES ■ Tucano garante que não vetaria reajuste a aposentados

Alckmin: onda de violência é represália

O candidato tucano à Presidência, Geraldo Alckmin, declarou ontem ao *Jornal da Nacional*, da TV Globo, que a nova onda de violência em São Paulo foi motivada como represália às duras medidas ado-

tadas pelo governo do Estado contra o PCC.

– Há verdadeiras máfias para fazer o governo recuar – disse Alckmin. – Mas temos que enfrentar e colocar esses bandidos em presídios de segurança máxima.

Alckmin também afirmou que, se eleito, concederia o reajuste de 16,6% negado aos aposentados pelo presidente Lula, sob a alegação de que o aumento causaria um rombo de R\$ 7 bilhões aos cofres da União.

– Faria tudo o que pudesse para pagar o reajuste – prometeu. – O governo gastou R\$ 20 bilhões com todo mundo, libe-

rou recursos para municípios e disse para aposentados: “Não temos dinheiro para vocês”.

Indagado se o PSDB não estava sendo incoerente, já que quando estava no governo também respeitava o controle dos gastos públicos na hora de reajustar as aposentadorias, respondeu:

– O governo FHC sempre procurou conceder reajustes e um erro não justifica outro. O governo Lula não tem R\$ 7 bilhões para quem ganha pouco, mas tem R\$ 9 bilhões para os aposentados da Petrobras.

Alckmin também respondeu sobre a atuação do PSDB

no caso do senador Eduardo Azeredo, acusado de receber recursos de Marcos Valério em 1998, quando concorreu à reeleição ao governo de Minas Gerais. Reforçou que o caso não pode ser comparado ao mensalão e que Azeredo responderá pelas acusações.

O tucano disse ainda que o PT no poder mudou.

– Hoje, qual é a tese do PT? Antes era: “Somos todos diferentes”. Hoje é: “somos todos iguais”. Não somos iguais.

O candidato do PSDB também negou irregularidades nos contratos de publicidade do banco Nossa Caixa.

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto hoje a esta tribuna para comentar o editorial intitulado “Os riscos do descontrole”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 3 de agosto do corrente.

O editorial trata da irresponsabilidade praticada pelo atual governo petista no que diz respeito à sua política de pessoal. Segundo o editorial, “O governo não apenas elevou o número de servidores, interrompendo a trajetória de redução que se observava desde o início da década passada, como passou a negociar a concessão de aumentos diferenciados e

generosos com dirigentes sindicais das carreiras do funcionalismo”.

O editorial conclui: “É pouco provável que, se reeleito, o presidente modifique a atual política, pois a utiliza para conquistar prestígio e votos e não demonstrou ter compreendido os riscos que ela embute”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que editorial acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Os riscos do descontrole

A política de pessoal do governo Lula está sob o comando dos sindicatos. A afirmação, do consultor de economia do Senado e especialista em contas públicas Marcos Mendes, define bem a maneira como o atual governo está administrando os gastos com o funcionalismo e embute uma advertência séria para o próximo presidente, qualquer que seja o escolhido pelos eleitores. Se o novo governo não conseguir retomar o controle dessa política, a crise fiscal será ainda pior do que a que já vem sendo antevista pelos especialistas e exigirá um ajuste ainda mais profundo e doloroso, se o objetivo for garantir o crescimento econômico com estabilidade.

A evolução das contas públicas mostra que um ajuste fiscal será inevitável já a partir de 2007. Em seminário realizado pelo Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, o economista Raul Velloso, especialista em finanças públicas, adverte que o modelo seguido até agora para a obtenção de superávits primários, baseado no aumento constante da carga tributária e na compressão dos investimentos do governo, já está esgotado.

Na sua atualizada opinião, esse ajuste chegou ao limite, porque “a sociedade não está disposta a pagar mais impostos nem há mais onde cortar investimentos”. Só isso seria mais do que suficiente para tornar urgente a mudança da trajetória das despesas correntes, que crescem ininterruptamente há vários anos. O futuro governo deverá tomar as decisões necessárias “logo depois

de tomar posse, quando terá cacife político para adotar medidas impopulares”, disse Velloso.

O atual governo vem fazendo exatamente o contrário, com uma política irresponsável na área de pessoal. Garantias asseguradas na legislação impõem aumentos constantes nos gastos com pessoal. Mas, por sua própria decisão, o governo Lula vem aumentando ainda mais essas despesas, que estão crescendo numa velocidade nunca vista desde o início do Plano Real.

O governo não apenas elevou o número de servidores, in-

Irresponsabilidade na área de pessoal ameaça as metas fiscais do governo

terrompendo a trajetória de redução que se observava desde o início da década passada, como passou a negociar a concessão de aumentos diferenciados e generosos com dirigentes sindicais das carreiras do funcionalismo – daí o consultor Marcos Mendes falar, no mesmo seminário de que participou Velloso, em política de pessoal comandada por sindicatos.

Os resultados dessa política são péssimos para as finanças públicas e, sobretudo, para o bolso do contribuinte. Mendes calcula que, só neste ano, as despesas de pessoal deverão registrar crescimento real, isto é, acima da inflação, de 10,2%. Isso equivale a praticamente todo o aumento real acumulado entre 1995 e 2005. É bom ressaltar que esse período inclui os três primeiros

anos do governo Lula, quando começou a mudar a política salarial. Em 2003, os gastos com pessoal foram reduzidos, mas nos dois seguintes eles voltaram a crescer de maneira acelerada, até atingir a velocidade máxima em 2006.

Até há pouco, os aumentos se concentravam no Legislativo e no Judiciário. De acordo com números apurados por Mendes, entre 1995 e 2005, as despesas com o pessoal do Judiciário cresceram 133% em termos reais. O governo não tem como evitar benefícios desse tipo concedidos pelos dirigentes dos outros poderes. Mas vinha compensando essa generosidade excessiva com um severo controle de seus próprios gastos com pessoal.

O quadro mudou. “O governo está soltando o fiel da balança, perdendo a única âncora dos gastos com pessoal”, disse o consultor do Senado ao **Estado** há algumas semanas. Ele teme que a generosidade do Executivo estimule os outros Poderes e o Ministério Público Federal a agir do mesmo modo.

Se persistir a tendência de crescimento dos gastos correntes, entre os quais se destaca a folha de pessoal, haverá uma crise fiscal cuja consequência, como apontou Velloso, será a perda da confiança na capacidade do governo de administrar sua dívida, o que pode resultar em fuga de capitais, alta do dólar, aumento dos juros, redução do ritmo de crescimento e, por fim, a recessão.

É pouco provável que, se reeleito, o presidente modifique a atual política, pois a utiliza para conquistar prestígio e votos e não demonstrou ter compreendido os riscos que ela embute.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Guerra. PSDB – ES) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 9 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 21 DE AGOSTO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, campanha eleitoral é uma boa oportunidade para ouvir a população e recolher as suas aspirações, as suas reivindicações.

Hoje, pretendo ser porta-voz de reivindicações empresariais do Paraná. Entidades representativas dos empresários estão elencando uma série de questões da maior importância para o desenvolvimento do nosso Estado e, por consequência, para o desenvolvimento do nosso País.

Os pontos destacados são relevantes. Ouvi a mesma reivindicação em vários pontos do Estado e em Curitiba, por intermédio do Presidente da Federação das Indústrias do Paraná. Na presença do candidato Geraldo Alckmin, em grande evento realizado na Capital do Estado, o Sr. Rodrigo Rocha Loures apresentou as principais reivindicações. O Vice-Presidente da República José Alencar, quando esteve no Paraná na posse do novo Presidente da Associação Comercial do Paraná, da mesma forma, ouviu reivindicações.

Estive em Foz do Iguaçu, Cascavel, Londrina, Maringá, cidades importantes do Estado do Paraná, e essas reivindicações são repetidas. O diagnóstico correto é o seguinte: agricultura, indústria e comércio acumulam prejuízos e dívidas em função da política econômica adotada pelo Governo Federal. Juros altos, juros estratosféricos fazem a alegria dos banqueiros que ganham como nunca na história do nosso País. Há a elevada carga tributária, que faz com que o Governo arrecade muito, arrecade exageradamente, aplicando muito mal e investindo muito pouco.

Daí a deficiência na infra-estrutura. Nós já repetimos aqui inúmeras vezes que o Brasil necessita de US\$28 bilhões de investimentos anuais para atender as necessidades do País em matéria de infra-estrutura.

Ano passado, Senador Geraldo Mesquita, o Governo Federal investiu apenas R\$3 milhões – míseros

R\$3 milhões –, o que nos leva à preocupação de que, a médio prazo, pode ocorrer um apagão logístico em nosso País, ou seja, traduzindo: o setor produtivo poderá produzir, vender e não conseguir entregar.

A política cambial agrava, hoje, a situação. É uma política cambial equivocada sob o ponto de vista do interesse das exportações dos produtos do setor produtivo nacional. O setor exportador vive uma crise em razão da valorização do real.

As cidades do interior do País, que têm a economia baseada na agricultura ou no agronegócio, passam por sérias dificuldades. Muitos Municípios tiveram perda de 40% de suas receitas. É a consequência: o Município perdendo 40% das suas receitas.

É bom destacar que o setor agropecuário representa a base de sustentação do comércio e dos serviços. Essas atividades foram fortemente atingidas pela crise.

Entre os pontos elencados pelas entidades empresariais do Paraná, destacamos alguns: mudanças na política cambial; agilização na renegociação das dívidas do setor rural; redução da carga tributária sobre o setor produtivo e consumidores, para permitir alavancagem dos investimentos e aumento do poder de compra da população; investimentos na infra-estrutura do País; ação vigorosa perante os organismos internacionais, especialmente a Organização Mundial do Comércio, para reduzir o subsídio com que os países desenvolvidos protegem seus produtores agropecuários; e etc.

Aliás, essa é uma questão crucial, que vai exigir capacidade e liderança política do novo Presidente do País, já que, até aqui, foram frustradas todas as tentativas de negociação com as nações mais poderosas do mundo, além dos subsídios – US\$1 bilhão por dia –, na Europa, nos Estados Unidos e no Japão, o que coloca em desvantagem o produtor nacional no momento de exportar seus produtos para o mundo.

Além disso, há uma política protecionista ampliada com barreiras alfandegárias e não alfandegárias que torna o produtor brasileiro refém das injunções internacionais. Certamente, seríamos uma nação muito mais rica e muito mais poderosa se tivéssemos a necessária força política para impor aos países que oferecem proteção em desvantagem aos brasileiros e aos países emergentes de modo geral, se tivéssemos essa capacidade política e força de representação para convencer as grandes nações de que é um bom negócio permitir o desenvolvimento de países como o nosso, que são contidos em função da política protecionista adotada pelas nações mais poderosas.

Como já destacamos, e ao encontro da visão das entidades empresariais do Paraná, a infra-estrutura de rodovias, ferrovias e portos do Paraná necessita de investimentos para dar vazão à produção e reduzir custos, uma vez que a maior parte dos produtos do Estado é de baixo valor agregado; em consequência, não comportam custos elevados de transporte e embarque para a exportação. Portanto, são necessários investimentos no setor de infra-estrutura.

Rodovias: recuperação da malha rodoviária federal existente no Paraná e pavimentação de rodovias federais, como a Boiadeira e a Transbrasiliana. Com relação à chamada Boiadeira, quando fui Governador, fizemos toda a pavimentação e as obras de infra-estrutura, e conseguimos pavimentar 20 km a partir da cidade de Campo Mourão*. Deixamos o Governo, e ninguém mais se preocupou com ela. Já são decorridos 16 anos, e ninguém mais cuidou de investir nessa rodovia, nem o Governo Federal, nem o Governo Estadual. As obras de infra-estrutura e terraplanagem, realizadas no período do nosso Governo, estão perdidas, em função das chuvas e da erosão, em prejuízo evidentemente do Estado do Paraná. Essa é uma rodovia importante, que liga a região de Campo Mourão ao Mato Grosso do Sul, passando por Cruzeiro do Oeste* e chegando até Icaraíma. Em nosso Governo, também demos início à construção da grande ponte de Porto Camargo, uma das maiores do País, a segunda em extensão. E a rodovia não foi concluída, não foi pavimentada. Ou seja, houve um enorme investimento na ponte, que, infelizmente, não pode dar vazão ao escoamento da produção do Mato Grosso do Sul na direção do Porto de Paranaguá, pelas péssimas condições rodoviárias.

Também a Transbrasiliana é outra rodovia que, quando Governador, construímos 50km dela, embora seja uma rodovia federal, que atravessa o País de ponta a ponta e, portanto, da maior importância. Quando Governador, investimos porque a União não investia. Já que a União não investia e o Paraná era prejudicado, o Governo Estadual houve por bem investir, e pavimentamos desde Ibaiti, no norte pioneiro do Paraná, até Ventania, mais ao centro do Estado. A Transbrasiliana é uma rodovia importante para o País e também para o Paraná.

Espero que o Governador Geraldo Alckmim, se eleito Presidente da República, atenda a todas as reivindicações que o Paraná apresenta e que, neste momento, eu me faço de porta-voz.

Além disso, a recuperação da Rodovia Lapa-São Mateus do Sul e a conclusão da duplicação da BR-116, trecho de Curitiba a São Paulo.

Ferrovias: a construção de um novo trecho ferroviário entre Guarapuava e Ipiranga e a construção de um novo traçado entre Curitiba e Paranaguá. Esta é uma ferrovia centenária, que está superada e comprometendo o transporte ferroviário no Estado, porque não tem condições de suportar o volume de carga que se exige hoje. Com a construção de um novo traçado, a modernização do traçado de Curitiba a Paranaguá é uma reivindicação da maior importância. O Governo Federal terá que gastar em ferrovia e armazéns R\$1 bilhão, já que também existe um déficit de cerca de 33,6% de armazenagem no Estado do Paraná, o equivalente a 8 milhões e 600 mil toneladas de grãos, portanto, um déficit considerável.

A construção dos trechos, também ferroviários, de Cascavel a Guaíra e de Cascavel a Foz de Iguaçu. Em nosso Governo, iniciamos a Ferroeste. Realizamos todos os projetos de viabilidade técnica e econômica e os projetos de engenharia; fizemos a licitação e iniciamos a obra, concluindo o primeiro trecho na região de Guarapuava. A construção do trecho de Cascavel a Guaíra e de Cascavel a Foz de Iguaçu, portanto, completaria a obra da Ferroeste, que é uma ferrovia de integração do Estado, ligando o oeste do Paraná ao Porto de Paranaguá.

Há, também, a necessidade de agilização na implantação de programas de modernização dos portos e a realização da dragagem permanente do canal; retirar as restrições ainda existentes para o embarque de soja transgênica; ampliação no sentido oeste do cais em Paranaguá; reforma da sub e da superestrutura de suporte à atracação de navios.

A cabotagem merece um capítulo especial na dissertação sobre a necessidade de se investir em infra-estrutura no Brasil. A utilização da cabotagem está dificultada pela pouca disponibilidade de navios com bandeira brasileira e seu alto custo, em função da reserva de mercado para empresas nacionais, garantida em lei.

Destacamos que os entraves legais e burocráticos que regulamentam a movimentação de cargas no Brasil também afetam a cabotagem, que sofre com a imensa burocracia. Há consenso sobre a necessidade de se elevar o volume de cargas transportadas por cabotagem no Brasil. A quebra da exclusividade da bandeira nacional é urgente para recapacitar competitivamente a cabotagem brasileira.

A cadeia logística está baseada em uma matriz de transporte (ferroviário, rodoviário e hidroviário) totalmente distorcida na utilização dos modais que a

integram e, em particular, a participação da hidrovia é praticamente inexistente.

O modal rodoviário está saturado, e a malha ferroviária logo chegará ao limite de sua capacidade de transporte.

O custo da cabotagem é encarecido ainda mais em face da incidência do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM. Afirma-se que é de até 25% o valor do frete.

Nesse contexto, apoiamos a isenção da cobrança do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante no transporte de cabotagem.

Igualmente defendemos a utilização de embarcações com bandeira estrangeira para navegação de cabotagem para transporte ao longo da costa brasileira, bem como a criação de programas de investimento para recuperação e modernização da frota brasileira, antiga e insuficiente, de modo a reduzir o custo no transporte de cabotagem.

Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ainda em meu Estado, há necessidade de investimentos em aeroportos. A cidade de Cascavel, uma capital regional, no oeste do Paraná, reivindica, há muito tempo, a construção de um aeroporto à altura do seu crescimento econômico. Há resistência em relação a essa obra, mas já houve a desapropriação da área, que ficaria entre Toledo e Cascavel, atendendo, portanto, a duas grandes cidades do oeste do Paraná. É uma reivindicação das mais importantes para o desenvolvimento do oeste do Estado. Estamos apresentando, entre todos os temas abordados aqui, a construção desse aeroporto de Cascavel como uma prioridade para o desenvolvimento do nosso Estado.

É urgente também a necessidade de se considerar a construção da terceira pista do Aeroporto Internacional Afonso Pena, em São José dos Pinhais – o 6º aeroporto nacional.

Aliás, a internacionalização do referido aeroporto se deu também no nosso Governo, no período em que governava o Paraná e era Presidente da República o atual Senador José Sarney. Reivindicamos ao Presidente Sarney não só a internacionalização do Aeroporto Afonso Pena, mas a construção dele, a construção do novo aeroporto. Essa obra foi realizada àquela época, com o Estado cuidando das desapropriações necessárias, diárias, que deveriam ser utilizadas para a construção do aeroporto. O Estado cuidou de deslocar as famílias que lá residiam a outras áreas, adotou todas as providências burocráticas com agilidade e conquistou o Aeroporto Internacional Afonso Pena,

encravado no Município de São José dos Pinhais, na periferia de Curitiba.

Hoje se reivindica a construção da terceira pista, que custa em torno de R\$120 milhões. Portanto, uma obra importante.

Também reivindicamos a construção do terminal de cargas no Aeroporto Afonso Pena, com o objetivo de acomodar o crescente fluxo de aeronaves, bem como capacitar o aeroporto para receber aeronaves de maior porte, uma vez que elas não podem decolar com grandes cargas.

Essa é uma reivindicação não apenas dos empresários do Paraná, mas de todo o povo paranaense.

Esperamos que aqueles que disputam a eleição agora, ao assumir compromissos com o nosso Estado do Paraná, possam levar em conta essas reivindicações que estamos apresentando hoje da tribuna do Senado e que serão, sem dúvida alguma, bandeira nossa aqui, em Brasília, a partir da instalação do novo Governo Federal, em 1º de janeiro do próximo ano.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agenda do Presidente do Senado Federal

22–8–2006 terça-feira

• 14:45 – Senhora Chikage Oogi, Presidente da Câmara dos Conselheiros do Japão – Partido Liberal Democrático, acompanhada

Senhor Koutaro Hayashi

Senhora Kayoko Shimizu, Parlamentar do Partido Liberal Democrático

Senhor Azuma Koshiishi, Parlamentar do Partido Democrático

Senhor Hisashi Kazama, Parlamentar do Partido Ko-me

Senhor Yoshiyuki Sadaoka, Chefe do Departamento de Relações Internacionais

Senhor Kazunori Miyazaki, Secretário da Presidente

Senhor Kokudo Mori, Conselheiro

Senhor Susumu Hinata, Segurança

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal. – **Martha Lyra Nascimento**, Chefe de gabinete, Presidência do Senado.

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

Emenda
AO
PROJETO DE LEI
N.º 13/2006-CN
MENSAGEM
N.º 086, de 2006 – CN
(Nº 00665/2006, na origem)

Ementa: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, crédito especial no valor global de R\$ 209.908.000,00 (duzentos e nove milhões, novecentos e oito mil reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.”

EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL

EMENDA - 00001
PL 0013/2006-CN-CN
Mensagem 0086/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN /013 – 2006 - CN	PÁGINA 01 DE 01
----------------------------	--	---------------------------

TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – SUBVENÇÃO ECONÔMICA A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – RJ, NO VALOR DE R\$ 13.000.000,00 (TREZE MILHÕES DE REAIS)

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 24000

UNIDADE: 24901

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

VALOR R\$ 13.000.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.572.1388.0A29.0001

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO FLUMINENSE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO JOSÉ DIVINO	RJ	SEM PARTIDO
DATA	ASSINATURA		
14/8/2005			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002****PL 0013/2006-CN-CN**

Mensagem 0086/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN /013 - 2006 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

INCLUIR ONDE COUBER NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RJ, NO VALOR DE R\$ 13.000.000,00 (TREZE MILHÕES DE REAIS)

CANCELAMENTO:

ÓRGÃO: 24000

UNIDADE: 24901

GND: 3

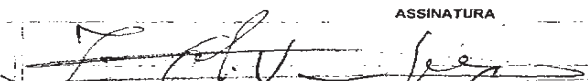
MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

VALOR E\$ 13.000.000,00

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.572.1388.0A29.0001

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDO COM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O APOIO A PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL, NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, COM O OBJETIVO DE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO FLUMINENSE.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO JOSÉ DIVINO		SEM PARTIDO
DATA	ASSINATURA		
14/8/2005			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003****PL 0013/2006-CN-CN**

Mensagem 0086/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN -013/2006 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

ACRESCENTE-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I - APOIO A PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL - NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS)..

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 24901

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

FUNCIONAL PROGRAMATICA: 19.572.1388.0A29.0001

VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDOCOM ESTA EMENDA, DOTAR O MUNICÍPIO DE POÇO DANTAS, DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA APOIO A PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO QUE HABITA NO MUNICÍPIO DE POÇO DANTAS, NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00004
PL 0013/2006-CN-CN
Mensagem 0086/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-013/2006 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

ACRESCENTE-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – SUBVENÇÃO ECONOMICA A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 1.000.000,00 (UM MILHÃO DE REAIS)..

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 24901

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.572.1388.0A29.0001

VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDOCOM ESTA EMENDA, DOTAR O MUNICÍPIO DE POÇOS DANTAS, DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA CUSTEIO DE SUBVENÇÃO ECONOMICA A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO QUE HABITA NO MUNICÍPIO DE POÇO DANTAS, NO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00005
PL 0013/2006-CN-CN
Mensagem 0086/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI NÚMERO PLN-013/2006 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

ACRESCENTE-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – SUBVENÇÃO ECONOMICA A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO – NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS)..

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 24901

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.572.1388.0A29.0001

VALOR R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDOCOM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA CUSTEIO DE SUBVENÇÃO ECONOMICA A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO QUE HABITA NOS MUNICÍPIO DO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO WILSON SANTIAGO	PB	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00006****PL 0013/2006-CN-CN**

Mensagem 0086/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI NÚMERO
PLN -013/2006 - CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTE-SE NO PROJETO/ATIVIDADE DO ANEXO I – APOIO A PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL – NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS)..

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 24901

GND: 3

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 99

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 19.572.1388.0A29.0001

VALOR R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

PRETENDOCOM ESTA EMENDA, DOTAR VÁRIOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS, DE RECURSOS FINANCEIROS, PARA APOIO A PROJETOS DE INCLUSÃO DIGITAL, PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO QUE HABITA NOS MUNICÍPIO DO ESTADO DA PARAÍBA.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO WILSON SANTIAGO

PMDB

DATA

ASSINATURA

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia PFL – Rodolpho Tourinho* ^S PFL – Antonio Carlos Magalhães** PFL – César Borges**	Rio Grande do Sul PMDB – Pedro Simon* BLOCO-PT – Paulo Paim** PTB – Sérgio Zambiasi**	Amazonas PMDB – Gilberto Mestrinho* PSDB – Arthur Virgílio** PDT – Jefferson Péres**
Rio de Janeiro BLOCO-PT – Roberto Saturnino* PRB – Marcelo Crivella** PMDB – Sérgio Cabral**	Ceará PSDB – Luiz Pontes* BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes** PSDB – Tasso Jereissati**	Paraná PSDB – Alvaro Dias* BLOCO-PT – Flávio Arns** PDT – Osmar Dias**
Maranhão PMDB – João Alberto Souza* PFL – Edison Lobão** PFL – Roseana Sarney**	Paraíba PMDB – Ney Suassuna* PFL – Efraim Morais** PMDB – José Maranhão**	Acre BLOCO-PT – Tião Viana* PMDB – Geraldo Mesquita Júnior** BLOCO-PT – Sibá Machado** ^S
Pará PMDB – Luiz Otávio* BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa** PSDB – Flexa Ribeiro** ^S	Espírito Santo PSDB – João Batista Motta* ^S PSDB – Marcos Guerra** ^S BLOCO-PL – Magno Malta**	Mato Grosso do Sul PSDB – Juvêncio da Fonseca* PTB – Antônio João** ^S PMDB – Ramez Tebet**
Pernambuco PFL – José Jorge* PFL – Marco Maciel** PSDB – Sérgio Guerra**	Piauí PMDB – Alberto Silva* PFL – Heráclito Fortes** PMDB – Mão Santa**	Distrito Federal PTB – Valmir Amaral* ^S PDT – Cristovam Buarque** PFL – Paulo Octávio**
São Paulo BLOCO-PT – Eduardo Suplicy* BLOCO-PT – Aloizio Mercadante** PFL – Romeu Tuma**	Rio Grande do Norte PTB – Fernando Bezerra* PMDB – Garibaldi Alves Filho** PFL – José Agripino**	Tocantins PSDB – Eduardo Siqueira Campos* BLOCO-PL – João Ribeiro** PC do B – Leomar Quintanilha**
Minas Gerais BLOCO-PL – Aelton Freitas* ^S PSDB – Eduardo Azeredo** PMDB – Wellington Salgado de Oliveira** ^S	Santa Catarina PFL – Jorge Bornhausen* BLOCO-PT – Ideli Salvatti** PSDB – Leonel Pavan**	Amapá PMDB – José Sarney* PMDB – Gilvam Borges** PSDB – Papaléo Paes**
Goiás PMDB – Iris de Araújo* ^S PFL – Demóstenes Torres** PSDB – Lúcia Vânia**	Alagoas P-SOL – Heloísa Helena* PMDB – Renan Calheiros** PSDB – João Tenório** ^S	Rondônia PMDB – Amir Lando* BLOCO-PT – Fátima Cleide** PMDB – Valdir Raupp**
Mato Grosso PSDB – Antero Paes de Barros* PFL – Jonas Pinheiro** BLOCO-PT – Serys Slhessarenko** -----	Sergipe PFL – Maria do Carmo Alves* PMDB – Almeida Lima** BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**	Roraima PTB – Mozarildo Cavalcanti* PDT – Augusto Botelho** PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT

Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres¹

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. Jonas Pinheiro ² (PFL)	MT	2271
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
Juvêncio da Fonseca ² (PSDB)	MS	1128	4. Leonel Pavan ² (PSDB)	SC	4041
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. (Vago) ⁴		
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
(Vago) ⁶			1. (Vago) ³		
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ²⁻⁵	AP	1717
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago) ²⁻⁷		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 17.8.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito na Sessão do SF do dia 18.4.2006.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gerson Camata (PMDB/ES), licenciado de acordo com Of. GSGC – 100/2006, de 3.5.2006, lido em Plenário nesse mesmo dia.

⁴ Vaga ocupada pelo Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB/AL), licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁵ O Senador Gilvam Borges encontra-se licenciado do cargo durante o período de 25.7.2006 a 14.11.2006.

⁶ O Senador Ney Suassuna renunciou à titularidade do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de acordo com o Of. GLPMDB nº 307-B/2006, lido na Sessão de 15.8.2006.

⁷ A Senadora Serys Slhessarenko, eleita na Sessão do SF do dia 18.4.2006 para integrar, como suplente, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, renunciou à respectiva vaga de acordo com o Ofício GSSS2 nº 337, lido na Sessão de 17.8.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS) ⁴	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) ³	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 9.6.2006)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

³ Licenciado a partir do dia 19.4.2006, de acordo com Requerimentos nºs 455 e 456, de 2006, publicados no DSF de 21.4.2006.

⁴ Licenciado a partir de 4.5.2006, de acordo com Requerimento nº 498, de 2006, publicado no DSF de 3.5.2006.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 09.06.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Alceu Collares (PDT-RS)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado ALCEU COLLARES (PDT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

(Atualizada em 29.3.2006)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado ALCEU COLLARES

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> ALVARO DIAS PSDB-PR
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ALCEU COLLARES PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES</u> <u>EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 9.6.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO”
Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 9.6.2006

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



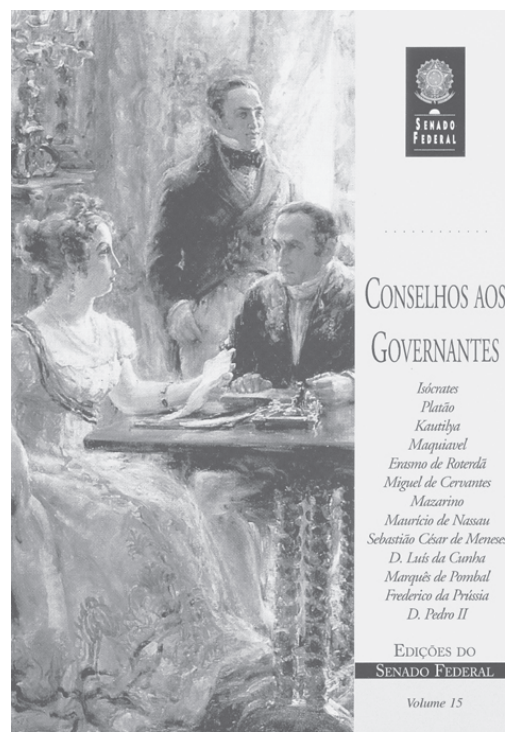
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 126 PÁGINAS